



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



DEILIANY LIMA DE SOUZA

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO, INFRAESTRUTURA TURÍSTICA E
DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL: UMA ANÁLISE DO
COMPLEXO ORLA DO MAÇARICO E DA URBANIZAÇÃO DA
PRAIA DO ATALAIA EM SALINÓPOLIS-PA.**

Belém, Pará
2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DEILIANY LIMA DE SOUZA

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO, INFRAESTRUTURA TURÍSTICA E
DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL: UMA ANÁLISE DO
COMPLEXO ORLA DO MAÇARICO E DA URBANIZAÇÃO DA
PRAIA DO ATALAIA EM SALINÓPOLIS-PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação da Professora Dra. Maria Goretti da Costa Tavares.

Belém, Pará
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Souza, Deiliany Lima de, 1981-

Produção do espaço, infraestrutura turística e desenvolvimento socio-espacial: uma análise do complexo orla praia do maçarico e da urbanização da praia do atalaia em salinópolis-pa. / Deiliany Lima de Souza. - 2014.

Orientador: Maria Goretti da Costa Tavares.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2014.

1. Turismo - Salinópolis (PA). 2. Turismo - Política governamental - Salinópolis (PA). 3. Infraestrutura - Salinópolis (PA). I. Título.
CDD 23. ed. 338.47918115

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Maria Goretti da Costa Tavares (FGC - IFCH/ UFPA)
Orientadora

Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega (PPGTUR/ UFRN)
Examinador externo

Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral (FGC- IFCH-UFPA)
Examinador Interno

Apresentado em: 10/06/2014

Conceito: Excelente

Belém, Pará
2014

Minha eterna gratidão a Domingos Souza e Creuza Souza a quem eu dedico minhas maiores vitórias e àqueles que me ensinaram a acreditar que com perseverança e fé tudo é possível.

AGRADECIMENTOS

A Deus Pai Todo Poderoso que sempre esteve presente em minha vida e muito mais forte, ainda, durante esses dois anos e três meses de mestrado, bem como as pessoas que colaboraram para que hoje eu chegasse na etapa final desta dissertação de mestrado. Nesse período tive que superar muitas dificuldades de ordem pessoal e profissional para dar conta de concluir esse trabalho. Assim, quero registrar aqui alguns nomes que merecem destaque.

A conclusão desse trabalho não seria possível sem a preciosa orientação da minha querida professora Dra. Maria Goretti Tavares ao qual tenho uma grande admiração e carinho. Obrigada professora em mais uma vez ter aceitado me orientar mesmo com todas as minhas dificuldades, sua orientação, firmeza, atenção e paciência foram fundamentais durante a realização do trabalho.

Quantos fins de semanas e feriados tivemos que abrir mão, não é William Oliveira e Ana Clara Oliveira? Agradeço a vocês que estão sempre comigo me apoiando incondicionalmente. A minha filha pelo sorriso e abraço que sempre me revigora e me dá força para continuar e ao meu marido e amigo que acredita no meu sucesso e sempre me ajuda a superar os desafios. Depois da defesa prometo que vamos passar um fim de semana na praia.

Minha querida mãe Creuza Maria, mulher guerreira que tinha como maior sonho ver os filhos formados, você conseguiu mãezinha, olha a sua filha aqui na busca de mais uma formação! Obrigada minha linda por tudo que tens feito por mim te admiro muito! Meu pai querido, Domingos Sálvio, homem sábio e bondoso o qual me orgulho muito, que sufoco passamos não é pai no início do mestrado lá em 2012? Mas graças a Deus hoje você está aqui para testemunhar mais uma conquista da sua filha. Aos meus irmãos Simone Souza e Dayvs Souza, hoje, estamos distantes, mas nossos corações estão sempre unidos, pois sempre pude contar em diversas ocasiões com apoio e carinho de vocês que me incentivam sempre a continuar. Obrigada meus maninhos!

Aos moradores de Salinópolis que me auxiliaram no andamento dessa pesquisa na concessão das entrevistas e informações preciosas em especial aos amigos que tive a oportunidade conquistar. Meu muito obrigada aos amigos Rafael, João Paulo, Márcia, Adriana, Arley, Elane e Dona Estela. Obrigada por disponibilizar as suas vivências no município escolhido para essa pesquisa.

As minhas queridas amigas Daniela Silva e Ivonete Ribeiro. Dani sempre me incentivando com palavras de estímulo me ajudando a ter forças para encarar as dificuldades e Ivonete minha querida conselheira de problemas pessoais e profissionais e que aceitou o desafio de fazer a revisão gramatical mesmo com seu tempo apertado e suas dificuldades do cotidiano. Obrigada minhas amigas queridas!

Agradeço também algumas amigas que estão longe, mas que sempre torcem por mim: Eunice Melo, Luiza Neves, Fátima Novaes e Edêmia Teixeira. Obrigada pelas mensagens de incentivo e carinho. Prometo que marco nosso reencontro depois da aprovação!

Quero registrar meus sinceros agradecimentos aos professores Ms. Willame Ribeiro e ao professor Dr. Márcio Douglas pelas importantes contribuições para o aprofundamento deste trabalho durante a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.

Ao professor Ms. Paulo Mello e professor Dr. Eduardo Brandão, que compartilharam comigo informações, mapas e estudos sobre a cidade de Salinópolis.

Agradeço também as professora doutoras Janete Coimbra e Lígia Simoniam pelas excelentes contribuições para esta pesquisa.

Ao meu mais recente amigo e auxiliar em questões tecnológicas e formatação de artigo Jimmy Senna, pela sua presteza, eficiência e disponibilidade. Valeu Jimmy.

A minha querida professora Dra. Márcia Pimentel que inconscientemente colaborou para que eu chegasse até aqui. Obrigada professora por me reapresentar meu estudo de caso.

Aos amigos que conquistei no mestrado do PPGE0 2012, amigos no qual dividi as alegrias e conhecimentos adquiridos em especial as minhas companheiras da Geografia do Turismo e de orientadora Débora e Alessandra. É meninas tudo valeu a pena, conseguimos!

E finalmente, agradeço ao Programa de Pós Graduação de Geografia da Universidade Federal do Pará e a todos os professores do curso de mestrado em Geografia que colaboraram diretamente para que eu alcançasse êxito. A todas essas pessoas só tenho a dizer muito obrigada.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 –Hotel Salinópolis	49
Foto 2 – Lixão de Salinópolis.....	51
Foto 3 – Casa de Veraneio, Av.Beira Mar, Praia do Maçarico	60
Foto 4 – Casas de Veraneio, Av. Beira Mar, Praia do Maçarico.....	60
Foto 5 – Casa de Veraneio, Ilha do Atalaia, Praia do Farol Velho	62
Foto 6 – Casa de Veraneio, Ilha do Atalaia, Praia do Farol Velho	62
Foto 7 – Casa de Veraneio, Bairro Centro	63
Foto 8 – Condomínio de Luxo, Ilha do Atalaia.....	64
Foto 9 – Condomínio de Luxo, Ilha do Atalaia.....	65
Foto 10 – Complexo Orla do Maçarico	74
Foto 11 – Orla do Maçarico, visão da ciclovía e calçadão	75
Foto 12 –Orla do Maçarico, visão placa calçadão.....	75
Foto 13 - Orla do Maçarico, barracas de comercialização	76
Foto 14 – Orla do Maçarico, noite	78
Foto 15 – Marketing Ambiental	80
Foto 16 – Ponte sobre o mangue, praia da Curvina.....	80
Foto 17 – Orla do Maçarico, propaganda governo local	81
Foto 18 - Orla do Maçarico, Parque de Diversão	82
Foto 19 – Orla do Maçarico, Palco de atrações.....	82
Foto 20 – Orla do Maçarico, Visão Noturno	83
Foto 21 – Atração Noturna na Fonte do Caraná.....	83
Foto 22 – Placa de informação da Reforma da Orla do Maçarico	84
Foto 23– Turismo de Massa na Praia do Atalaia.....	85
Foto 24 – Praia do Atalaia, carros na praia.....	86
Foto 25 – Urbanização Praia do Atalaia.....	86
Foto 26– Urbanização Praia do Atalaia Rampa de acesso a praia.....	87
Foto 27– Urbanização Praia do Atalaia, Coreto	88
Foto 28– Estacionamento de ônibus.....	89
Foto 29 – Lixo – Praia do Atalaia	91
Foto 30 – Recuperação da PA 444 – Acesso a Ilha do Atalaia	92
Foto 31– Recuperação da PA 444 – Acesso a Ilha do Atalaia	92
Foto 32 – Investimento e Marketing do Governo do Estado.....	93

Foto 33 – Recuperação das rampas de acesso para a Praia	94
Foto 34 – Recuperação das rampas de acesso para a Praia	94
Foto 35– Acesso ao Final da Praia do Atalaia.....	95
Foto 36– Praia do Atalaia – Palco Show	96
Foto 37– Praia do Atalaia, baixa estação.....	96
Foto 38 – Praia do Atalaia, alta estação.....	97
Foto 39 – Fossas Irregulares.....	97
Foto 40 – Fossas Irregulares.....	98
Foto 41 – Mutirão no Bairro João Paulo II para limpeza da rua	114
Foto 42 – Passagem Trindade, Bairro Guarani.....	115
Foto 43– Trav. Manoel Castro, Bairro Destacado.....	115
Foto 44 – Escola Estadual Joaquim de Castro/Bairro Prainha	124
Foto 45– Escola Municipal José Leonardo – Bairro Guarani	125

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

Mapa 1: Localização da Cidade de Salinópolis	42
Figura 1 – Carta Imagem Salinópolis	45
Mapa 2 - Mapeamento do uso do solo na orla do município de Salinópolis.....	59
Mapa 3 - Localização das infraestruturas turísticas.....	68
Figura 2 - Folder de propaganda de Construtora	117

TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS.

Tabela 1 - Brasil: Exportações X Receita Cambial do Turismo (Us\$)	21
Tabela 2 - Evolução da Demanda Turística no Pará	32
Tabela 3 - Demanda Turística do Estado do Pará - 2001	36
Gráfico 1 - Produtos Comercializados no Trade Nacional (2011)	39
Gráfico 2 - Total de Atrativos Avaliados por Polo (2011)	40
Tabela 4 - Pesquisa de demanda turística do município de Salinópolis.....	53
Tabela 5 - Avaliação dos Recursos Turísticos do Polo Costa Atlântica em Função dos Mercados	55
Quadro 1 – Resumo – trabalhos de campo	71
Quadro 2 – Sigla dos Entrevistados	73
Gráfico 3 – Áreas Mais Atrativas e Frequentadas	101
Quadro 3 – Consequências Geradas pelos Impactos do Turismo	103
Tabela 6 - Investimento no Setor Turismo – Salinópolis 1997/2013	106
Quadro 4 – Parâmetros Socioespaciais	112
Tabela 7 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Idhm	118
Tabela 8 - Estoque de Emprego Segundo Setor de Atividade Econômica	119
TABELA 9 - Receitas Municipais – 2000/2010	120
TABELA 10 - Distribuição da População Ocupada-Poc por Classe De Rendimento Nominal Mensal 2010 Classe de Rendimentos De Todos Os Trabalhos Em Salário Mínimo 2000 – 2010.	120
Tabela 11 - População, área geográfica e densidade demográfica do município de Salinópolis - PA	121
Tabela 12 - Estabelecimentos por Dependência Administrativa e Graus de Ensino.....	126
Tabela 13 - Matrícula por Dependência Administrativa e Níveis De Ensino	127
Tabela 14 - Hospitais e Leitos Segundo Algumas Características 2006-2011	130
Gráfico 4 - Percentual de Moradores com acesso a água ligada à rede e esgoto Sanitário adequado -	131
Tabela 15 – Abastecimento de Água.....	132
Quadro 5 – Alternativas para potencializar os espaços turísticos na geração do desenvolvimento socioespacial.	140

LISTA DE ABREVIATURAS

- AGU** – Advocacia Geral da União
- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- COSANPA** – Companhia Saneamento do Pará
- DETRAN** – Departamento de Trânsito do Pará
- EMBRATUR** – Instituto Brasileiro de Turismo
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- FOMENTUR** – Fórum de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará
- IDESP** – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- IDHM** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- MTUR** – Ministério do Turismo
- OMT** – Organização Mundial de Turismo
- PARATUR** – Companhia Paraense de Turismo
- PDT/PA** – Plano de desenvolvimento do Estado do Pará
- POC** – População Ocupada
- PROECOTUR** – Programa Para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
- PRODETUR** – Programa de Desenvolvimento do Turismo
- ROTAM** – Ronda Tática Metropolitana
- SEGETUR** – Sistema Estadual de Gestão do Turismo
- SEIR** – Secretaria de Estado
- SEMA** – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
- SEPOF** – Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças.
- SETRAN** – Secretaria de Estado de Transportes
- SETUR** – Secretaria de Estado de Turismo
- SUS** – Sistema único de Saúde
- UFPA** – Universidade Federal do Pará
- WTTC** – World Travel & Tourism Council

SUMÁRIO

RESUMO	xii
ABSTRACT	xiii
PRÓLOGO	1
INTRODUÇÃO.....	5
CAPÍTULO I – TURISMO E DESENVOLVIMENTO: UMA RELAÇÃO POSSIVEL?	16
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE DESENVOLVIMENTO	16
1.2 TURISMO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO URBANA	20
1.3 TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: CENÁRIO NACIONAL E ESTADUAL.....	28
CAPÍTULO 2 - PRODUÇÃO E CONSUMO DO ESPAÇO EM SALINÓPOLIS	41
2.1 CONTEXTO SÓCIO-ESPACIAL DO MUNICÍPIO	41
2.2 O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DE SALINÓPOLIS EM DESTINO TURISTICO E SUAS CONSEQUENCIAS SOCIO-ESPACIAIS.....	48
2.3 O FENÔMENO DAS SEGUNDAS RESIDENCIAS E INSERÇÕES DAS PRÁTICAS E SIMBOLOGIAS METROPOLITANAS	56
CAPÍTULO 3 – INFRAESTRUTURAS TURÍSTICAS EM SALINÓPOLIS: LIMITES E POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL	67
3.1 O PERCURSO DO TRABALHO DE CAMPO	69
3.2 COMPLEXO ORLA DO MAÇARICO	73
3.3 URBANIZAÇÃO DA PRAIA DO ATALAIA	85
3.4. INFRAESTRUTURAS TURÍSTICAS E OS PARÂMETROS DO DESENVOLVIMENTO SOCIO-ESPACIAL	101
3.4.1 A autonomia como parâmetro subordinador para a busca do desenvolvimento sócio-espacial em Salinópolis	108
3.4.2 Os parâmetros subordinados e as infraestruturas turísticas: realidade, conflitos e perspectivas	111
3.5 O TURISTA E O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL: OPINIÕES E CONFLITOS.	134
3.6 PERSPECTIVAS PARA AUTONOMIA EM SALINÓPOLIS	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	148
ANEXOS	158
Anexo A – Reportagem revista Terra Imatura	159
APÊNDICES	160
Apêndice A - Roteiro de entrevistas qualitativas com os moradores locais.....	161
Apêndice B - Roteiro de entrevistas quantitativas com os moradores locais.....	163
Apêndice C - Roteiro de entrevistas quantitativas com o turista.....	166
Apêndice D - Entrevista entrevistas qualitativas com os turistas.....	168
Apêndice E - Roteiro de entrevistas com o secretário municipal de turismo.....	169

RESUMO

O turismo a partir da década de 1990 passou ser vislumbrado como uma importante alternativa de desenvolvimento para muitas cidades brasileiras atreladas ao processo de urbanização, *marketing* e venda das localidades turísticas. As políticas públicas de turismo são estabelecidas sempre com o discurso da geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida da população local. Entretanto, apesar da importância do turismo como gerador de riqueza é necessário analisar as reais possibilidades de esta atividade ser potencialmente geradora de desenvolvimento, considerando que vivemos no modo produção capitalista, que acima de tudo visa o lucro e gera exclusão social. Neste sentido, este trabalho tem como principal objetivo, realizar um estudo da relação entre turismo, políticas públicas e desenvolvimento a partir da implantação de grandes obras de urbanização turística, procurando demonstrar quais as repercussões no desenvolvimento sócio-espacial. Para alcançar os objetivos propostos foi realizado coleta de dados em órgãos públicos relacionados ao turismo em Salinópolis e análise dos planos, programas e projetos de desenvolvimento turístico, além disso, foram realizados trabalhos de campo à localidade para realização de estudo descritivo de caráter exploratório objetivando investigar a atual dinâmica do turismo na cidade e realização de entrevistas com os atores locais e com pessoas envolvidas de alguma maneira com o turismo, não só moradores locais, mas também com os turistas. O quadro de Salinópolis revelado a partir dos Parâmetros Subordinados e Subordinadores apresentado nessa dissertação foi construído a partir da observação e principalmente do registro dos próprios moradores, evidenciando os diversos conflitos e problemas sócio-espaciais, sobretudo em razão da não evidência de uma mudança social positiva com maior qualidade de vida e mais justiça social. Tais conflitos não permitem, ainda que o turismo atue como um instrumento capaz de promover a autonomia dos indivíduos e, assim, promover o desenvolvimento sócio-espacial.

Palavras-Chaves: Infraestrutura turística, desenvolvimento sócio-espacial, Salinópolis.

ABSTRACT

The tourism from the 1990s began to be glimpsed as an important alternative development for many Brazilian cities linked to urbanization, marketing and sale of tourist localities process. The tourism policies are always set with speech generating employment and income and improving the quality of life of local people. However, despite the importance of tourism as a generator of wealth is necessary to analyze the real possibilities of this activity is potentially generating development, considering that we live in a capitalist mode of production, that above all for-profit and generates social exclusion. Thus, this work has as main goal, to conduct a study of the relationship between tourism, public policy and development from deployment works great tourist urbanization, seeking to demonstrate the repercussions on the socio-spatial development. To achieve the proposed objectives was carried out data collection in public agencies related to tourism in Salinópolis and analysis of plans, programs and projects for tourism development, in addition, field work was carried out to the location to conduct descriptive exploratory study aiming to investigate the current dynamics of tourism in the city and interviews with local actors and people involved in some way with tourism, not only locals but also tourists. The framework of Salinópolis revealed from Subordinates and subordinators Parameters presented in this dissertation was built from observation and especially the record of the residents themselves, showing the various conflicts and socio-spatial problems, mainly because of no evidence of a positive social change higher quality of life and social justice. Such conflicts do not allow even that tourism acts as a tool to promote the autonomy of individuals and thus promote the socio-spatial development.

Key Words: Tourist infrastructure, socio-spatial development, Salinópolis.

Prólogo

A trajetória na definição do tema

Apresento o início da minha dissertação com a certeza que este trabalho representa muito mais do que uma qualificação acadêmica e profissional, mas, sobretudo uma realização que me possibilita experiência de vida e crescimento pessoal.

O interesse em estudar o processo de consolidação do turismo em Salinópolis remonta ao ano de 1999, ano em que me preparava para o vestibular da Universidade Federal do Pará, para o curso de turismo.

Salinópolis representava no meu imaginário um lugar de rara beleza cercada de uma natureza nunca antes vista ou sentida, e que por razões econômicas não me permitiam desfrutar. As concepções e vivências de praias e natureza eram para mim muito relacionadas com as paisagens de Belém e Mosqueiro, e desse modo “*Salinas*” (como é conhecida pelos paraenses) representava o exótico e o “sonho” de desfrute.

Durante minha infância e adolescência considerava *Salinas* destinada àqueles com maior poder aquisitivo, a classe média alta de Belém e que podiam usufruir não só da paisagem, como também de uma cultura e realidade diferente da capital. Algo distante da minha realidade de estudante de escola pública, mas que almejava um dia usufruir das “maravilhas” que o recurso financeiro possibilita ao homem, e um deles seria o lazer, através do turismo e *Salinas* representava o mais próximo (distância em km’s) da minha realidade. Além disso, tinha interesse em estudar a importância do turismo para a cidade e o intercâmbio cultural com a população local.

No ano de 2000, quando cursava minha primeira graduação (Turismo) em uma oportunidade impar a convite do meu namorado na época, hoje meu marido, tive o primeiro contato com a tão famosa “*Salinas*” e fiquei hospedada justamente na casa de uma família de classe média alta de Belém. De fato, a paisagem da cidade com suas praias oceânicas, dunas, o lago da coca-cola era realmente algo diferente de tudo o que eu conhecia sobre cidade turística. Entretanto, meu primeiro contato com o local revelou as consequências geradas pelo turismo de massa: engarrafamento de quase uma hora para se chegar à praia mais visitada, poluição sonora, feiras lotadas, falta de água e uma quantidade muito grande de resíduos sólidos não só nas ruas como na praia. Além disso, algo também me chamou atenção: Diferente das cidades do interior do Pará, a cidade parecia não ter identidade local (isso evidenciado nos locais que tive acesso naquele momento: bairro centro e praias do Atalaia, Farol Velho e Maçarico), o que observei foi

a transferência da identidade belenense para Salinópolis, isso porque as características e símbolos típicos da metrópole se configuravam no espaço da cidade, ou seja, aquela sociedade elite da capital não tinham contato com a cultura local, isso porque a cultura da metrópole era imposta a cidade com os serviços e vida típica de cidade grande. A convivência durante os 15 dias que fiquei na casa da família de classe média de Belém, me revelaram que pelo menos nos lugares que pude frequentar naquele momento seguia a lógica imposta pelos moradores de segundas residências.

Tudo era novo e diferente da minha realidade, porém nem tudo foi como eu idealizava. Os sons me incomodavam (os jovens com seus carros sonoros), a impessoalidade, a ostentação, o luxo, o requinte. E isso sim, era algo distante da minha realidade e que naquele momento não representou desejo de consumo, confesso que a cidade não me causou o frisson como eu idealizara e senti saudade das minhas idas a Mosqueiro de barco com toda família. Voltei para minha realidade de estudante, agora de universidade pública, um pouco decepcionada e decidida a mudar o rumo das minhas pesquisas para o Trabalho de Conclusão do Curso.

Concluí o curso de turismo no ano de 2004 e minhas atividades profissionais na época me levaram a pesquisar sobre patrimônio cultural e turismo, mas apesar de ter obtido a nota máxima na defesa do trabalho, não senti desejo em dar continuidade.

Ao concluir o curso de turismo ocorreu comigo algo que é comum a muitos recém-formados: a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Outrossim, algumas dúvidas me inquietavam: o que eu sei fazer? Para onde vou? Que tipo de profissional eu sou? Naquele momento me senti um pouco perdida, era como se tivesse me faltando alguma coisa. Mas o que? Senti falta de está estudando, pensei numa especialização, no entanto, resolvi tentar fazer um curso que pudesse me completar enquanto profissional. Foi então que no fim de 2005 resolvi fazer Geografia, fiz mais por impulso e sem compromisso, porém o descompromisso e falta de ansiedade, sintomas atípico dos vestibulandos, contribuíram para o meu reingresso na Universidade Federal do Pará.

Iniciei o curso no ano de 2006 e logo no primeiro ano na primeira atividade de campo da disciplina Introdução a Ecologia, ministrada pela querida professora Márcia Pimentel, o destino foi justamente a cidade de Salinópolis. Foi o reencontro com a cidade do meu imaginário, só que agora com outro olhar: de futura geógrafa. Pude, então, ver a cidade através da sua reconfiguração espacial voltada para o consumo do turismo e a mudança da paisagem para o lazer, tive contato com a outra realidade do município, aquela “não turística”, além disso, redescobri *Salinas* como um importante

objeto de estudo para analisar a Geografia do Turismo, e compreender como esta atividade consome e produz o espaço. Naquele momento decidi iniciar meus estudos sobre o lugar com o intuito de analisar as consequências socioespaciais da atividade turística.

Em 2008, concomitante com a graduação de geografia fiz uma especialização no Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), onde obtive excelentes contribuições de algumas professoras para o aprofundamento da minha pesquisa sobre Salinópolis, em especial as professoras Simaia Mercês (orientadora), Rosa Acevedo, Violeta Loureiro e Lígia Simoniam. Como resultado apresentei a monografia intitulada: “Urbanização Turística e Paisagem. O Caso Do Município De Salinópolis”, onde analiso a utilização da paisagem para promoção e venda da cidade. Em 2011, dando continuidade a monografia da especialização com aprofundamento geográfico, defendi o Trabalho de Conclusão de Curso da Geografia intitulado: “A Participação do Turismo na Produção do Espaço Urbano Litorâneo Paraense: Uma Abordagem do Processo de Urbanização Turística de Salinópolis/PA”, neste trabalho, orientado pela professora Goretti Tavares, procurei detalhar o processo de urbanização destinado ao turismo, tendo como fundamentação teórica Mullins (1991), e onde pude constatar que as políticas públicas através das intervenções urbanas são destinadas àqueles espaços destinados ao turismo em detrimento aos espaços da população local.

Em 2012 obtive aprovação no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, com a certeza em continuar os estudos sobre Salinópolis. A definição do objeto de estudo para dissertação de mestrado não foi tarefa fácil, apesar de já possuir muita leitura sobre o objeto de estudo fiquei em dúvida em dar continuidade, isso porque após uma pesquisa mais elaborada constatei a existência de vários estudos sobre as transformações socioespaciais causados pelo turismo na cidade e confesso que fiquei um pouco retraída em continuar a pesquisa, isso porque o pesquisador sempre quer trazer algo inovador para o debate acadêmico. Todavia, após diversos diálogos com a minha orientadora, professora Goretti Tavares, revisão das sugestões da minha banca do TCC dadas pelos os professores Márcio Douglas e Willame Ribeiro e contribuições dos professores do mestrado, em especial os professores Janete Coimbra, João Nahum e Gilberto Rocha, consegui definir meu projeto de pesquisa. Identifiquei que a cidade é muito estudada porque ela sofre transformações no espaço num processo muito acelerado e que por conta disso tem sido objeto de estudo de muitas pesquisas.

Desse modo, as pesquisas são de extrema importância para análise sócio-espacial e contribuem para a formação de apreciações científicas, que possam identificar não só as problemáticas geradas pelo turismo de massa, mas também suscitar possibilidades de desenvolvimento para a população local.

Após leitura de diversos trabalhos, constatei a importância de se entender o processo de consolidação do turismo em Salinópolis, a começar dos diversos agentes locais com o intuito de tentar enxergar o turismo a partir do cotidiano, do espaço vivido. O que significa, para os habitantes da cidade de Salinópolis, viver num espaço marcado pela lógica do turismo? O que turismo tem gerado de desenvolvimento? O turismo é importante para sua vida econômica e social? São questionamentos como esses que orientarão o capítulo onde realizei a pesquisa de campo.

Posteriormente a análise do segmento de turismo adotado na cidade, identifiquei que o poder público difunde o turismo como gerador de desenvolvimento. Essa difusão me inquietou em refletir: afinal, o que é desenvolvimento para o turismo? qual desenvolvimento o turismo proporciona? Desenvolvimento para quem? E desse modo compreender a relação entre turismo, políticas públicas e desenvolvimento sócio espacial.

Diante do anseio de apreender a dinâmica e importância do turismo para comprovar algumas hipóteses procurei buscar a melhor instrumentação teórica a fim de compreender a realidade daquela cidade procurando me ater às leituras de Márcio Lopes de Souza para entender a teorização e conceituação de desenvolvimento e entender a relação do turismo com a geração do desenvolvimento socioespacial, o que detalharei ao longo da dissertação.

Assim sendo, espero que o que foi apresentado, aqui, tenha servido não só para expor um pouco sobre a minha trajetória acadêmica, como também, acredito que auxiliará na compreensão do que vem a seguir.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, o turismo passou ser considerado como uma atividade econômica com grande potencial de desenvolvimento para o Estado brasileiro. De acordo com Cruz (2005), após longos anos na marginalidade da administração pública, o turismo passa a ocupar lugar de destaque no planejamento governamental. Nesse momento são intensificadas as políticas públicas para dinamizar a atividade turística no país, com a construção de projetos de urbanização turística e embelezamento que possibilitassem a formação de uma paisagem atraente para o capital e para os visitantes.

Arelado ao processo de urbanização, *marketing* e venda das localidades turísticas, o poder público elabora discursos com o objetivo de justificar a importância do turismo para o desenvolvimento local com o intuito de obter a adesão da população local.

No estado do Pará, em particular nas cidades litorâneas, a valorização das cidades vem sendo associada ao acelerado processo de urbanização voltado para o incentivo da atividade turística e construção de paisagens esteticamente favoráveis ao turismo. As políticas públicas direcionadas para o turismo vêm sendo realizadas, através de projetos urbanos voltados para o embelezamento das cidades, no intuito de inserir o Pará nas principais rotas do turismo brasileiro. E desse modo esta atividade vem se tornando protagonista na configuração espacial dos lugares, sendo responsável pela implantação dos principais equipamentos urbanos.

Com o objetivo de tornar a cidade competitiva e melhorar o acesso dos visitantes, as políticas públicas de turismo são estabelecidas sempre com o discurso da geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida da população local.

Entretanto, apesar da importância do turismo como gerador de riqueza é necessário analisar as reais possibilidades dessa atividade ser potencialmente geradora de desenvolvimento social, considerando que vivemos no modo de produção capitalista, que acima de tudo visa o lucro e gera exclusão social.

O Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (PDT/PA) foi apresentado em 2001 pelo Governo Estadual visando definir estratégias para que o turismo gerasse melhoria de qualidade de vida à população paraense, entretanto, como observa Serra (2008) ao privilegiar certos grupos da sociedade paraense circunscreve o

poder de decisão sobre o desenvolvimento do turismo para poucos, desse modo, desconsidera os anseios e expectativas dos moradores locais.

O município de Salinópolis, localizado a 200 km da cidade de Belém destaca-se como um dos principais balneários paraenses. É considerado o principal destino das férias de verão, principalmente dos moradores da classe média da capital do Estado. A cidade se caracteriza pelo predomínio de atividades ligadas ao sol e a praia e de atividades pós-praia (alimentação, compras, entretenimento noturno). Esta cidade foi considerada pelo PDT como a principal cidade do polo Amazônia Atlântica por possuir melhor infraestrutura voltada ao turismo.

As diversas consequências geradas pelo turismo na cidade de Salinópolis é alvo de vários estudos em diferentes abordagens científicas e versando sobre temas diversos. Para efeito dessa dissertação, destacamos alguns estudos mais recentes, que serviram de base teórica sobre o local objeto deste estudo.

No que tange ao cotidiano, existem estudos enfocando a realidade local em relação aos problemas e desafios enfrentados pela população frente ao avanço da atividade turística, que influencia a vida social dos moradores. Destaca-se nesse sentido, a tese de Adrião (2002), que analisou uma comunidade denominada Prainha onde constatou que famílias de pescadores artesanais gradativamente abandonam o trabalho da pesca na sua forma tradicional, para partirem em busca de outras atividades voltadas para o comércio balnear na expectativa de melhorar de vida.

Brito (2004) faz uma análise do processo de (re) organização socioespacial do Município de Salinópolis/PA, através da apropriação do solo por segundas residências e práticas de incentivo ao turismo. Em sua dissertação de mestrado a autora demonstra que ao longo de sua história, Salinópolis vem sendo alvo de intervenções de vários agentes sociais, onde o Estado tem tido importante papel na transformação do lugar, valorizando seu território e atendendo principalmente aspirações da classe empresarial dos setores imobiliários e hoteleiros, que buscam obter lucros com os potenciais dessa região.

A pesquisa de Marinho (2008) defende que a atuação dos vetores de ocupação associada ao conjunto de políticas públicas são concebidos pela reorganização do espaço urbano da cidade, pois esses vetores promovem a produção de novas formas e processos socioespaciais no espaço urbano. O autor identificou que os principais problemas decorrentes do avanço da urbanização são o crescimento desordenado e

periférico, segregação socioespacial, impactos ambientais e modificações do modo de vida local.

Melo (2008) em sua pesquisa de mestrado analisou a sensibilidade das paisagens costeiras de Salinópolis, com base em indicadores físicos e socioeconômicos para compreender a vulnerabilidade a partir dos fatores de risco ambiental, onde concluiu que paisagem do município, tem sido reestruturada/degradada, sobretudo pela indústria do turismo que se instala para valer na década de 1960 e intensifica-se sobremaneira a partir de 1995, com o Projeto Novo Pará e as novas intervenções urbano-turísticas.

França (2008) em sua dissertação de mestrado analisa como as transformações geradas pelo desenvolvimento da atividade turística têm afetado a dinâmica da população, especialmente os níveis e padrões da fecundidade da mulher residente no município. A pesquisa resultou na constatação de que a atividade turística abalou o comportamento reprodutivo da mulher em dois momentos distintos. Primeiro com a prevalência de taxas de fecundidade elevadas dado a cultura da valorização de família numerosa associada ao grande contingente de mulher imigrante em idade fértil no município; num segundo momento, a queda acentuada da fecundidade diante as mensagens da modernidade trazidas pela atividade turística, o crescimento do espaço urbano e, principalmente, pela ação das políticas públicas no que diz respeito ao controle da natalidade.

Na dissertação de mestrado de Nunes (2012) é abordada a gestão de resíduos sólidos urbanos e a percepção que os moradores do entorno do aterro sanitário têm dos riscos socioambientais, que a presente obra de engenharia vem ocasionando aos aspectos bióticos e abióticos da região considerando o turismo e a pesca como fonte de subsistência. Como resultado da pesquisa o autor identificou que a gestão dos resíduos sólidos do município vem adotando ações contrárias àquelas instituídas pelas leis federais e estaduais, já que os resíduos sólidos coletados são destinados de forma irregular gerando degradação nos diversos aspectos: fauna, flora, água e ar comprometendo a qualidade de vida da população local.

As consequências geradas pela atividade turística em Salinópolis têm gerado diversos estudos e pesquisas que ilustram uma realidade complexa, é o que podemos perceber, através de diferentes abordagens evidenciando os diversos impactos sociais, culturais e ambientais que o turismo tem ocasionado.

O levantamento das pesquisas evidenciou que a localidade apresenta a atividade do turismo consolidada e isso se deve não só a presença de atratividades naturais, mas,

sobretudo devido à presença de uma infraestrutura urbana que facilita o acesso aos principais pontos turísticos.

Em muitas localidades turísticas o processo de consolidação do turismo sob o discurso de desenvolvimento é utilizado como simulacro de muitos problemas sociais, desse modo em Salinópolis faz-se importante compreender se de fato a atividade turística tem gerado desenvolvimento.

Neste estudo optou-se por realizar uma análise da relação do turismo com o desenvolvimento sócio-espacial, a partir da leitura de Marcelo Lopes de Souza, tendo como referência a urbanização turística no município de Salinópolis, através das duas obras que se destacam como intervenções urbanas voltadas para o fomento do turismo e que são alvo das constantes atuações do Estado e da Prefeitura Municipal visando manter a imagem de cidade praiana urbanizada e com qualidade de vida ecologicamente correta. Uma voltada para atração diurna e outra noturna: O Complexo Turístico Orla do Maçarico e a urbanização da Praia do Atalaia.

Esses dois empreendimentos turísticos foram eleitos para análise dessa dissertação em virtude da representatividade diante do cenário estadual e nacional e devido a grande concentração de visitantes nos períodos de férias escolares e feriados prolongados o que ocasiona uma grande mudança socioespacial no território.

Desse modo, este trabalho tem como questão central: **A urbanização turística, através do processo de construção e recuperação do Complexo Orla do Maçarico e Urbanização do Atalaia tem sido capaz de promover o desenvolvimento socioespacial no sentido de possibilitar condições de inserção econômica e social da população de modo a promover sua autonomia?** Baseado neste questionamento, esta pesquisa traz ainda como questões secundárias: Qual a importância socioeconômica dessas obras para a comunidade local? O tipo de desenvolvimento proposto pela implantação dessas infraestruturas é condizente com a realidade encontrada na localidade de Salinópolis?

Neste sentido, este trabalho tem como principal objetivo realizar um estudo da relação entre turismo, políticas públicas e desenvolvimento, a partir da implantação de grandes obras de urbanização turística procurando demonstrar quais as repercussões no desenvolvimento sócio-espacial. Entretanto, busca-se analisar essa relação a partir da perspectiva do cotidiano, dos agentes locais que atuam direta ou indiretamente na atividade turística. Para tanto esta dissertação apresenta, ainda, alguns objetivos específicos importantes:

- a) Analisar o processo de instalação do Complexo Orla do Maçarico e Urbanização Praia do Atalaia;
- b) Identificar e analisar os indicadores socioeconômicos despontados após a consolidação desses instrumentos a partir da perspectiva dos moradores locais;
- c) Analisar quais os benefícios observáveis oriundos desses empreendimentos e para quem esses benefícios foram destinados;
- d) Avaliar se a instalação desses equipamentos na cidade de Salinópolis propiciou desenvolvimento sócio-espacial para a população local.

Nesse contexto, esta pesquisa propõe discutir a ideia de desenvolvimento a partir de uma perspectiva sócio-espacial, onde o desenvolvimento dever ser visto não apenas a partir do espaço social, mas também das transformações das relações sociais projetadas no espaço. Este conceito de desenvolvimento é um processo de mudança para melhor, uma busca incessante por mais justiça social e melhor qualidade sobre a base da autonomia individual e coletiva (SOUZA, 2006).

Diante da problemática da pesquisa surgiu a seguinte questão: como é possível “mensurar” de um modo mais qualitativo a efetividade ou não do processo de desenvolvimento em Salinópolis? A definição tomou como fundamento os parâmetros subordinadores e subordinados utilizados por Marcelo Lopes de Souza que servirão de base reflexiva para interpretarmos se o turismo tem contribuído para o desenvolvimento sócio-espacial de Salinópolis. Em consonância com Souza (2006) a autonomia individual e coletiva é tomada como parâmetro subordinador e a qualidade de vida e a justiça social são vistas como subordinados, segundo o autor mesmo que se possa ter ganhos em qualidade de vida e justiça social, uma sociedade só pode ser considerada autônoma se esses ganhos forem fruto de decisões democráticas.

Para responder as questões, aqui propostas, num primeiro momento foi realizado um levantamento bibliográfico acerca de conceitos que de alguma forma pudessem contribuir para um melhor entendimento dos temas a serem abordados nessa pesquisa. Nesse sentido, buscou-se apresentar e discutir sobre o próprio conceito de desenvolvimento, na ciência geográfica, a partir da análise de Desenvolvimento sócio-espacial refletido por Marcelo Lopes de Souza.

Foi realizado, ainda, uma análise da relação do turismo com desenvolvimento, gestão urbana e políticas públicas, partindo do pressuposto que os empreendimentos

turísticos aqui analisados estão localizados na área urbana do município de Salinópolis nos quais são direcionados recursos do poder público para o fomento do turismo na localidade.

Além do levantamento bibliográfico e da definição dos parâmetros de análise foi realizado, também, uma pesquisa documental a partir de consultas à Companhia Paraense de Turismo (PARATUR), Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) Secretaria Estadual de Obras e Finanças (SEPOF), Secretaria Estadual de Transporte (SETRAN), Prefeitura Municipal de Salinópolis, Secretaria Municipal de Obras de Salinópolis, Secretaria Municipal de Turismo de Salinópolis e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Salinópolis, além de consultas aos sites sobre o município, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre outros. Todas essas fontes foram utilizadas para entender melhor a dinâmica do turismo no município em voga, bem como os aspectos que exercem influência direta e indiretamente sobre a localidade. A partir dos dados e informações foi realizada uma aproximação com a área de estudo, ou seja, com as infraestruturas analisadas no município, onde foram relatadas as principais histórias, fatos e características da região para melhor entendermos as peculiaridades do local.

Os trabalhos de campo na localidade a princípio propiciou um estudo descritivo de caráter exploratório no intuito de investigar a atual dinâmica do turismo na cidade. Num segundo momento foram realizadas entrevistas com os atores locais e com pessoas envolvidas de alguma maneira com o turismo, não só moradores locais, mas também com os turistas. Essas entrevistas aconteceram objetivando entender melhor a realidade local, a partir das opiniões dos atores e também serviram para refletir sobre a problemática suscitada nessa pesquisa, tendo como base os parâmetros de análise explicitados anteriormente.

A metodologia adotada para atingir os objetivos envolveu estudos qualitativos e quantitativos com o intuito de permitir melhor compreensão baseada não apenas em dados estatísticos, como também nas razões dos fatos e fenômenos circunstanciais ao objeto de estudo (DENCKER, 2007). Desse modo, a metodologia de pesquisa está atrelada à utilização de análise dialética do espaço e do desenvolvimento, através da utilização de dados quantitativos como análise dos indicadores do Censo Demográfico e pesquisas utilizadas nos documentos oficiais do Estado: Plano de Desenvolvimento Turístico do Pará (2000/2011) e Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará (2012/2020), como também qualitativos, através da análise das entrevistas.

A pesquisa quantitativa foi realizada, através da análise dos dados da amostra do Censo Demográfico de 2000 e 2010 a fim de comparar os dados dos índices oficiais ligados a qualidade de vida: saúde, emprego, educação e renda, além da realização de entrevistas quantitativas a dois grupos: os turistas, consumidores dos espaços turísticos analisados nesse estudo e moradores locais conforme detalharemos posteriormente.

A pesquisa qualitativa também foi de grande importância para responder aos questionamentos dessa dissertação, principalmente no que diz respeito a análise do turismo como gerador de desenvolvimento socioespacial, uma vez que será direcionada principalmente àqueles nas quais as políticas públicas são direcionadas: a população local e os turistas. Desse modo, pretende-se compreender a relação do turismo com desenvolvimento socioespacial a partir da perspectiva do espaço vivido, quotidianamente experienciado (LEFEBVRE, 2000).

Entretanto, como a pesquisa qualitativa é frequentemente apresentada nos estudos acadêmicos apenas em contraponto a pesquisa quantitativa, não sendo definida e caracterizada, faz-se necessário esclarecer alguns pontos para elucidar como e porque a pesquisa qualitativa será de grande importância para o desenvolvimento dessa dissertação.

De acordo com Gaskell (2008) a compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais específicos é a condição *sinequa non* da entrevista qualitativa. O autor defende que a pesquisa qualitativa pode ser empregada como base para construir um referencial para futuras pesquisas, além de testar expectativa e hipóteses. Portanto, essa pesquisa pode fornecer informações importantes para a compreensão de determinada realidade social.

A diferença do método da pesquisa qualitativa para o quantitativo de acordo com Richardson (1989) é que este, diferentemente daquele, não emprega um instrumental estatístico como base na análise de um problema, não pretendendo medir ou numerar categorias.

Günther *apud* Flick, VonKardorff e Steinke (2006) apresenta quatro bases teóricas da pesquisa qualitativa:

- a) a realidade social é vista como construção e atribuição social de significados;
- b) a ênfase no caráter processual e na reflexão;
- c) as condições “*objetivas*” de vida tornam-se relevantes por meio de significados subjetivos;

d) o caráter comunicativo da realidade social permite que o refazer do processo de construção das realidades sociais torne-se ponto de partida da pesquisa.

A utilização da pesquisa qualitativa por meio das entrevistas, através de questões adequadas às questões e objetivos pode contribuir para a compreensão do fenômeno pesquisado e para o desenvolvimento do bem estar social. Segundo Dalfovo, *apud* Cassel; Symon, (2008) a pesquisa qualitativa apresenta algumas características básicas:

- a) Um foco na interpretação ao invés da quantificação: geralmente, o pesquisador qualitativo está interessado na interpretação que os próprios participantes têm da situação sobre o estudo;
- b) Ênfase na subjetividade ao invés da objetividade: a busca de objetividade é um tanto quanto inadequada, já que o foco de interesse é justamente a perspectiva dos participantes;
- c) Flexibilidade no processo de conduzir a pesquisa: o pesquisador trabalha com situações complexas que não permitem a definição exata e a priori dos caminhos que a pesquisa irá seguir;
- d) Orientação para o processo e não para o resultado: a ênfase está no entendimento e não num objetivo pré-determinado, como na pesquisa quantitativa;
- e) Preocupação com o contexto no sentido de que o comportamento das pessoas e a situação ligam-se intimamente na formação da experiência;
- f) Reconhecimento do impacto do processo de pesquisa sobre a situação de pesquisa: admite-se que o pesquisador exerce influência sobre a situação de pesquisa e por ela é também, influenciado.

As entrevistas qualitativas são essenciais para o entendimento e exploração das perspectivas dos atores sociais, no caso específico das consequências caudadas pela atividade turística, apresenta-se como indispensável para elucidação dos reais benefícios gerados pelo turismo, assim sendo o entrevistado assume um importante papel para a compreensão da realidade social:

[...] o entrevistado é visto como informante-chave capaz precisamente de “informar” não só sobre suas próprias práticas e as suas próprias maneiras de pensar, mas também – na medida em que ele é considerado como “representativo” de seu grupo ou de uma fração dele – sobre os diversos componentes de sua sociedade e sobre seus diferentes meios de pertencimento. Nesta última acepção, o informante é tudo como uma testemunha privilegiada, um observador, de certa forma, de sua sociedade,

com base em quem um outro observador, o pesquisador, pode tentar ver e reconstruir a realidade. (POUPART, 2008, p. 222).

Diante da contextualização sobre a pesquisa qualitativa e da importância dos atores sociais para compreensão da realidade é que consideramos as entrevistas qualitativas como um importante instrumento de análise para compreensão da consolidação da atividade turística em Salinópolis e sua relação com desenvolvimento socioespacial.

A coleta de dados foi feita principalmente *in loco* e também via telefone, restringindo-se a um número limitado de pessoas. A estratégia adotada foi a utilização das chamadas “amostras intencionais”, onde segundo Mattar (1996) os sujeitos são escolhidos em razão de sua representatividade diante de algum aspecto a ser pesquisado. No caso desse estudo, especificamente, tendo em vista a variedade dos grupos e de agentes envolvidos diretamente no processo turístico e a seleção dos métodos quantitativos e qualitativos, os diferentes indivíduos foram escolhidos a partir de um levantamento preliminar da realidade local. Diante disso, optamos por entrevistar turistas e moradores locais, através de entrevistas estruturadas e semiestruturadas. Além disso, optou-se em entrevistar outras pessoas que também estão envolvidas com a atividade turística na localidade, conforme será detalhado no percurso do trabalho, no último capítulo.

A escolha desses entrevistados obedece a três critérios. O primeiro referente à relação com o turismo direta ou indiretamente dos indivíduos pertencentes a esses grupos, aqueles indivíduos que utilizam o turismo com meio de renda, seja através da comercialização de produtos ou através do fornecimento de serviços para os moradores temporários que possuem casa de veraneio: como caseiros, jardineiros, empregadas domésticas. O segundo critério foi baseado na representatividade diante da sociedade de Salinópolis, aquelas pessoas envolvidas em associações de moradores que sofrem alguma influência da atividade turística, assim como aquelas pessoas que atuam em setores públicos estratégicos do turismo no município. E o terceiro critério considerado foi à relação de proximidade com os espaços turísticos que estão sendo analisados nessa dissertação, ou seja, pessoas que residem em áreas adjacentes a estes espaços.

Os roteiros para a realização das entrevistas foram pensados em responder as questões da problemática e alcançar os objetivos propostos. Sendo assim, foram selecionadas as entrevistas semiestruturadas, pois como defende May (2004) esses tipos de entrevistas permitem que as pessoas respondam mais nos seus próprios termos do

que as entrevistas padronizadas, possibilitando ao entrevistador registrar informação qualitativa sobre o tópico em questão.

Após as entrevistas foi efetivada a transcrição das mesmas para a realização da análise com intuito de avaliar os discursos do poder público local atrelado aos planos de desenvolvimento do turismo bem como com o que é apresentado pelos representantes da comunidade local e pelos turistas.

A importância do estudo dessa dissertação consiste em discutir como se configura no espaço a relação das políticas públicas com o processo consolidação do turismo, através do discurso de desenvolvimento utilizado como pretexto para construção das grandes obras de infraestrutura de acesso e lazer para o turismo. Pretende-se, desse modo, estimular reflexões e debates sobre a temática para suscitar a problemática: “para quem de fato é promovido esse desenvolvimento?” e, além disso, provocar outras pesquisas sobre o assunto.

Parte-se da hipótese que as políticas públicas voltadas para o turismo no município de Salinópolis seguem a lógica do capital em inserir a cidade no contexto global, através de uma racionalidade homogeneizante do espaço e da vida. Impregnando o modelo de turismo como o ideal para geração de desenvolvimento econômico, mas este modelo adotado demonstra ser espacialmente restrito e elitizado, já que se apresenta limitado a espaço/territórios que são objetos e fluxos da atividade turística. Esses espaços são utilizados como discursos que transformam parcelas privilegiadas do espaço urbano em áreas representativas da totalidade urbana e desse modo o turismo é difundido como gerador de desenvolvimento, mas sem de fato gerar autonomia (SOUZA, 2006) à população local.

O trabalho está estruturado em três capítulos: o primeiro, intitulado **Turismo, Desenvolvimento: Uma relação possível?** São apresentadas as concepções e análises a partir de uma perspectiva geográfica do turismo e do desenvolvimento, procurando destacar como o turismo é usado na gestão urbana das cidades, como também é analisada a relação turismo e políticas públicas com ênfase na atuação do Estado nas políticas públicas voltadas para o turismo no Pará. No segundo capítulo, **Produção e Consumo do Espaço em Salinópolis** é ilustrado o lócus da pesquisa, principais características e contextualização histórica do processo de transformação em destino turístico, destacando a atuação das políticas públicas. Neste capítulo analisamos o processo de produção do espaço, por meio do uso turístico do território, destacando o fenômeno das segundas residências e a difusão das práticas metropolitanas pelo

turismo. No último capítulo: **Infraestruturas Turísticas em Salinópolis: Limites e Potencialidades para o Desenvolvimento Sócio-espacial.** Trata-se do resultado do trabalho de campo, onde o principal objetivo será a análise de como ocorre a relação entre turismo e desenvolvimento. Neste capítulo são analisados os indicadores socioeconômicos oficiais após a consolidação do turismo a partir de 2000 e a apresentação dos resultados dos dados quantitativos e qualitativos, através das entrevistas com a comunidade envolvida direta ou indiretamente com a atividade turística, turistas e com os gestores municipais. Além disso, é apresentada a avaliação: será que de fato o turismo proporcionou desenvolvimento a partir de uma concepção sócio-espacial? E, ainda, sugestionam-se possibilidades do uso do território turístico de Salinópolis como vetor de desenvolvimento sócio-espacial.

Diante disso, espera-se que os resultados obtidos nessa pesquisa possam servir de subsídios ao planejamento do uso do espaço para a atividade turística de modo que ofereçam condições ao desenvolvimento sócio-espacial.

1. TURISMO E DESENVOLVIMENTO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

Neste capítulo serão apresentadas as concepções e análises, a partir de uma perspectiva geográfica da relação entre turismo desenvolvimento, procurando inserir o discurso do desenvolvimento, através da atividade turística na gestão urbana. Além disso, é apresentado o estudo da relação turismo e políticas públicas com ênfase da atuação do Estado nas políticas voltadas para o turismo no Pará.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE DESENVOLVIMENTO

A palavra desenvolvimento tem sido muito utilizada pelas ciências sociais nos últimos anos em face ao crescimento de problemas ambientais, econômicos e sociais. Logo, diversos adjetivos foram inseridos a esse vocábulo: sustentável, urbano, local.

Na geografia, o conceito de desenvolvimento passa a ter destaque a partir do final da Segunda Guerra Mundial como uma nova sub-disciplina da Geografia a partir da Geografia dos países em desenvolvimento. De acordo com Bohle (2010), a Geografia do desenvolvimento foi introduzida enquanto programa científico na referida disciplina em 1979 por Jürgen Blenck, que defendia que o centro da Geografia do desenvolvimento está à tese de que não há problemas “geográficos” em si, ou seja, o espaço em si não tem problemas, no entanto apenas os seres humanos, grupos e sociedades humanas que têm que lidar com o seu meio geográfico. Portanto, o objeto científico não seria mais o país em desenvolvimento em si, e sim o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Assim, a “variável explicativa” é o desenvolvimento, e não mais o espaço geográfico.

A geografia do desenvolvimento se ocuparia, então, dos problemas sociais dos países em desenvolvimento. Por isso, a Geografia não poderia ser neutra e apolítica, mas seria necessário que o cientista revele seu posicionamento teórico e social nas questões estudadas. A Geografia do desenvolvimento transitará de uma ciência espacial *stricto sensu* para uma ciência social. (BOHLE, 2010 p. 8).

Mas o que viria ser desenvolvimento? O que significa ser uma cidade, um Estado, um País desenvolvido? A teorização do desenvolvimento é intensificada após a Segunda Guerra Mundial, isso porque neste período os governos tinham a preocupação

de reconstrução dos países abalados pela guerra. Desse modo, estudos voltados a esse tema foram, em geral, ligados ao aspecto econômico. Os países passaram, então, a ter como meta principal a promoção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), como destaca Bohle (2008):

Durante muito tempo, o desenvolvimento foi simplesmente equiparado ao desenvolvimento econômico. Nos relatórios anuais sobre o desenvolvimento mundial do Banco Mundial, por exemplo, o desenvolvimento foi medido pelo crescimento do produto nacional bruto. Com isso, ignorou-se, primeiro, a distribuição de riqueza dentro das sociedades, e segundo, questões sobre o quê foi feito com os recursos econômicos para os seres humanos e suas necessidades. (BOHLE, 2010 p. 10).

O crescimento econômico passou a ser sinônimo de desenvolvimento, este desenvolvimento associado ao modo de produção capitalista, como ressalta Souza (1996):

[...] vários autores têm encerrado a discussão sobre o desenvolvimento com a seguinte sentença: o desenvolvimento só tem servido à ocidentalização do mundo, à exploração capitalista em escala mundial, à destruição da etnodiversidade em nome de uma pasteurização cultural; falar em desenvolvimento significa defender os interesses capitalistas ou, mais amplamente, os valores do Ocidente e do modelo civilizatório capitalista. (SOUZA, 1996, p. 7)

Desse modo, de acordo com Souza (2006), a partir dos anos 1950 muitos estudos e pesquisa foram realizados objetivando a teorização do desenvolvimento, entretanto o conteúdo hegemônico do termo tem sido basicamente, expresso pelo adjetivo econômico. Tornando, desse modo o crescimento econômico sinônimo de desenvolvimento.

No entanto, ainda existe bastante controvérsia entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento e ainda é um tema muito discutido dentro das ciências sociais:

Poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que têm-se prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados frequentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejulga, indicando em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento. (SCATOLIN 1989, p.06)

Souza (2008) ressalta que o desenvolvimento econômico engloba crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e modernização tecnológica não relacionado, necessariamente à qualidade de vida, o que condiciona a teoria sobre desenvolvimento muito complexa. A definição do que então seria desenvolvimento ainda não é um conceito fechado, isso porque as teorias e conceitos não conseguem explicar diversos fenômenos do crescimento econômico e social ocorridos nos países ditos “subdesenvolvidos”.

O autor, entretanto, compreende que o desenvolvimento deve ser entendido como mudança social positiva, o que significa melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social. Para este autor esta mudança precisa contemplar não apenas as relações sociais, mas igualmente a espacialidade, o que ele denomina desenvolvimento socioespacial.

O Economista Amartya Sen (2012) analisa o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Este autor defende que desenvolvimento requer que se removam as principais fontes e privação da liberdade: pobreza e tirania; carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática negligenciada dos serviços públicos e intolerância e interferência excessiva do estado repressivo. Esta liberdade deve ser imposta como principal meio e fim do desenvolvimento.

Considerando o contexto do modo de produção capitalista que priva os indivíduos de liberdades essenciais e qualidade de vida, fica difícil considerar o desenvolvimento como algo atingível, onde possa, de fato, eliminar as injustiças sociais historicamente construídas na sociedade capitalista.

A partir da década de 1980 com a intensificação e evidência dos problemas ambientais surge uma nova corrente do termo desenvolvimento, denominado desenvolvimento sustentável, no qual de acordo com Relatório Brundtland (1987) seria aquele desenvolvimento que satisfaz *as* necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações vindouras satisfazerem as suas próprias necessidades.

Desse modo, esta corrente do desenvolvimento tem como principais fundamentos: a preservação do equilíbrio global e do valor das reservas de capital natural; a redefinição dos critérios e instrumentos de avaliação de custo-benefício a curto, médio e longo prazo, refletindo os efeitos socioeconômicos e os valores reais do consumo e da conservação; a distribuição e utilização equitativa dos recursos entre as nações e as regiões a nível global e à escala regional, (BRUNDTLAND, 1987).

Ao longo da história a conceituação do termo desenvolvimento baseou-se na ocidentalização e no capitalismo, fundamentado no poder da mecanização e da tecnologia, um modelo que beneficia uma pequena parcela da população mundial. As cidades passaram ser intituladas como desenvolvidas baseada no grau de modernização e tecnologia, todavia exclui grande parte da população:

Modernização essa que, cabe sublinhar, tem sido amiúde socialmente excludente; especialmente em cidades do "Terceiro Mundo" seu corolário é, não raro, muito mais negativo que positivo, considerando-se a maioria da população e o longo prazo. Trata-se de uma modernização que redunde em um incremento da segregação residencial e da concentração espacial de privilégios (sendo, exatamente por isso, comumente saudada, exigida e protagonizada pelas elites urbanas), na geração de vazios urbanos devido à especulação imobiliária e em outras deformações, (SOUZA, p. 10, 1998).

Mediante esta realidade um novo modelo de desenvolvimento surge baseado na ideia de construção de sociedades mais justas com extinção ou diminuição da exploração, denominado “desenvolvimento alternativo”. De acordo com Santos e Rodriguez (2002), a utilização do adjetivo “alternativo” apresenta-se pela falta de um termo mais adequado, mas refere-se à adoção de práticas e teorias que desafiam os modos do sistema capitalista, ou seja, seria “a conveniência política e teórica de qualificar algo que cede terreno aquilo a que se pretende opor” (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p. 27). Este modelo de desenvolvimento tem também em sua essência os preceitos autonomia.

Os diversos conceitos e teorias sobre desenvolvimento, segundo Souza (2008) tentam amenizar o economicismo, mas de um modo geral não conseguem superar o entendimento sobre o que define desenvolvimento, em sentido capitalista e ocidental, é a modernização da sociedade:

Considerações sobre problemas ecológicos e sociais, via de regra, não têm servido para outra coisa que meramente relativizar ou suavizar o primado da ideologia modernizadora capitalista, sem destroná-la e mesmo sem tentar questioná-la radicalmente. (SOUZA, p. 60, 2008)

O “desenvolvimento” no sentido de superação de problemas e conquista de cada vez maior autonomia individual e coletiva, é um desafio planetário, universal – e não

um “privilégio” de um certo grupo de países, por mais que a (semi) periferia do sistema capitalista presente, obviamente dificuldades e desigualdades. (SOUZA, 2006).

Souza (2002) defende a autonomia como parâmetro essencial do desenvolvimento socioespacial, considerado com parâmetro subordinador por excelência, e a justiça social e qualidade de vida devem ser considerados como parâmetros subordinados.

Schwartzman (1974) define alguns critérios possíveis para avaliar a qualidade de vida: liberdade de escolha, satisfação de necessidades psicológicas fundamentais e a extensão do conceito de participação. Desse modo, o autor relaciona qualidade de vida com expansão e consolidação dos direitos civis, políticos e sociais.

Para Souza (2006) qualidade de vida corresponde a crescente satisfação das necessidades, sejam elas básicas e não básicas de uma parcela cada vez maior da população. Neste sentido qualidade de vida está diretamente relacionado ao desenvolvimento socioespacial.

O conceito de qualidade de vida é sempre utilizado no discurso de implantação da atividade turística. Esta atividade é ilustrada como importante instrumento da gestão urbana para a geração do desenvolvimento, o que será apresentado a seguir.

1.2 TURISMO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO URBANA

O turismo é sempre divulgado pelos órgãos oficiais como uma atividade com grande potencial de desenvolvimento econômico e social das localidades onde é realizado capaz de gerar um grande volume de empregos, renda e investimentos, a partir das atividades e empreendimentos.

A atividade turística depende de diversos serviços para sua realização como: transportes, alojamentos (hotéis e pousadas), restaurantes, atrações naturais e culturais da cidade. É a atividade do setor terciário que mais cresce no Brasil e no mundo, movimentando direta ou indiretamente mais de 1,2 bilhões de dólares (OMT - 2012). É o meio lícito que mais movimenta dinheiro.

De acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT) esta atividade está oscilando entre o 2º e o 3º setor de maior movimentação econômica em escala mundial o turismo emprega 250 milhões de pessoas, e é o maior gerador de receitas de impostos, equivalendo atualmente a US\$ 802 bilhões de dólares. Movimenta em receitas cambiais

algo em torno de US\$ 919 bilhões. O fluxo internacional de turistas no mundo chegou a 935 milhões de viagens em 2010, também segundo dados da OMT. Entre 1999 e 2010, o fluxo internacional de turistas no mundo registrou crescimento 49%. É a maior atividade do mundo em termos de produção bruta, (OMT, 2012).

No Brasil, em 2008 o turismo ocupou a 5º colocação na pauta de exportações, segundo a tabela 1 a seguir, perdendo somente para algumas commodities, tais como minérios de ferro e seus concentrados, óleos brutos de petróleo, soja, açúcar. Mas por outro lado, arrecada mais do que as exportações de frango, café, pastas químicas de madeira e até mesmo automóveis e aviões.

TABELA 1: BRASIL: EXPORTAÇÕES X RECEITA CAMBIAL DO TURISMO (US\$)

PRODUTOS	VALOR
1. Minérios de Ferro e seus Concentrados	28.911.882.009
2. Óleos brutos de petróleo	16.151.047.206
3. Soja mesmo triturada	11.042.999.979
4. Açúcar de cana, em bruto	9.306.850.558
5. Turismo	5.918.900.000
6. Carne de frango congelada, fresca ou refrigerada incluindo miúdos.	5.789.272.946
7. Café cru em grão	5.181.682.351
8. Pasta química de madeiras	4.750.530.537
9. Farelos e resíduos da extração de óleo de soja	4.719.373.240
10. Automóveis de passageiros	4.416.526.927
11. Aviões	3.972.120.010

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Banco Central do Brasil (2008).

De acordo com a World Travel & Tourism Council (WTTC) no Brasil, a contribuição direta para a empregabilidade do país deverá ser de 2,8 milhões de empregos, crescendo algo em torno de 2,3% ao ano, chegando a 2021, a 3,6 milhões de empregos diretos. Para o ano de 2013 a projeção era de que o país recebesse em torno de 10,6 milhões de turistas, gerando um total de R\$ 38,7 bilhões de receita, o que representaria um aumento de 7% a 8% de gastos ao ano. O anuário estatístico do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) ano base 2013, ainda não disponibilizado, precisa ser analisado para verificar se essas metas foram alcançadas. Entretanto, segundo o EMBRATUR, com base em dados da Organização Mundial do Turismo (WTO), mostram que o país recebeu, no mínimo, seis milhões de turistas estrangeiros. Se comparado com os demais países da América do Sul, o desempenho é ainda melhor porque eles cresceram apenas 2%, em comparação a 2012.

Esses números mostram a importância que o turismo representa para o mundo, principalmente por ser um gerador de renda e empregos. No Brasil, segundo o EMBRATUR (2010), a atividade turística vem apresentando um crescimento bastante expressivo para a economia. Em 2009 gerou uma receita de US\$ 852,40 bilhões de divisas para o país, atuando sobre 53 diferentes segmentos da economia. O turismo vem crescendo de maneira extremamente veloz possibilitando um avanço econômico nas mais diversas regiões e criando alternativas de expansão do mercado de trabalho.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) divulgou em maio de 2013 a lista com os países que mais faturaram em receitas de turismo internacional em 2012. Segundo essa pesquisa o Brasil subiu uma posição no ranking ocupando, agora a 39ª colocação, ao registrar US\$ 6,6 bilhões. Valor 1,4% superior ao registrado no ano anterior. Na América Latina, o único país melhor classificado que o Brasil é o México, na 24ª colocação, com US\$ 12,7 bilhões em ingressos.

Segundo os dados oficiais a atividade turística é apresentada como geradora de desenvolvimento econômico e riqueza, entretanto não está necessariamente relacionada à melhoria da qualidade de vida da população local, pois não oferece distribuição estrutural da riqueza como ressalta Cruz (2006):

Distribuição espacial da riqueza não é o mesmo, entretanto, que distribuição estrutural da riqueza. Por isso, muitos lugares pobres, capturados pela atividade do turismo, viram suas economias dinamizadas e assistiram a profundas transformações em seus territórios sem que, necessariamente, suas populações se tivessem tornado automaticamente detentoras de melhores condições de vida e de renda. (CRUZ, 2006, p. 339)

Os números oficiais do turismo apresentam na atualidade esta atividade como um dos principais segmentos econômicos em nível mundial. Em virtude dos possíveis benefícios econômicos gerados pelo turismo, muitas cidades passaram a vislumbrar nesta atividade uma opção para o desenvolvimento.

A busca por investimentos e capital externo passou a ser constante nos planejamentos urbanos impulsionando, assim, a competição entre as cidades. Vender a cidade, através de estratégias do *marketing* urbano colaborou para produção das *cidades-empresa-cultural*, como destaca Arantes (2000), pois essas estratégias passaram a ocupar um importante papel nas políticas públicas assumindo uma função básica do governo local.

Entretanto, de acordo com a autora essa realidade impulsionou um novo modelo de gestão urbana explicitando uma estratégia fatal para a cidade, pois ao cruzar a cultura, a arte, o dinheiro e o poder; a cidade passou a ser “vendida” de duas formas: como um pacote comercial maquiado de arte e cultura para atender a lucratividade e o bem-estar de pequenas parcelas privilegiadas da sociedade; em fragmentos que são os locais e espaços subsidiados por grandes empresas, que ao incentivarem o acesso à cultura elas legitimam e fortalecem sua marca. Neste sentido, a *cidade-mercadoria* torna-se palco da sociedade espetáculo e circunscrição da "indústria cultural" pós-moderna (ARANTES, 2000).

Seguindo a lógica do processo de consolidação capitalista, as cidades seguem um mesmo padrão de planejamento urbano baseado na cultura universal, transformando-se em meras mercadorias com objetivo de tornarem-se cada vez mais competitiva no mercado mundial, ocasionando diversos impactos socioeconômicos.

E diante dessa realidade o turismo assume papel de destaque, através das melhorias de infraestrutura voltada para atrair não só investimentos como também visitantes, passando em muitos casos a assumir um posicionamento de verdadeiro “salvador” de economias estagnadas:

A ênfase no turismo, na produção e consumo de espetáculos, na promoção de eventos efêmeros numa dada localidade representam os remédios favoritos para economias urbanas moribundas. Investimentos urbanos desse tipo podem ser paliativos imediatos apesar de efêmero aos problemas urbanos. Mas estes são, em geral, altamente especulativos (HARVEY, 1996, p. 59).

Desse modo, o novo modelo de administração urbana influenciou diretamente na promoção do turismo como uma alternativa para vender a cidade, agora diferentemente da fase de gerenciamento: a cidade busca como primórdio as qualificações empresariais.

As políticas urbanas passaram a focalizar em infraestrutura que fornecesse condições atrativas para o mercado externo.

Ao mesmo tempo, a localidade passa a se preocupar com a qualidade (e docilidade) da força de trabalho, com o espaço construído e espaços relativos às condições específicas locais que vão qualificar a localidade em sua disputa por novos investimentos. Embora passem a promover melhorias nas condições de vida da sociedade em geral, são respostas mais às exigências locacionais das empresas que às mobilizações sociais locais (FERNANDES, 2001, p.34).

O novo foco na Gestão urbana estimulou o poder local a disputar com outras cidades a conquista de capital, passando a se preocupar com o espaço construído e com a infraestrutura da cidade visando qualificá-la na busca de novos investimentos.

É a partir deste período que se observa a nova face do poder local utilizando-se do princípio das chamadas “cidades-modelos”, que de acordo com Sanches (2001, p. 31) “[...] são imagens de marca construída pela ação combinada de governos locais junto a atores hegemônicos com interesses localizados, agências multilaterais e redes mundiais de cidades [...]”. Neste sentido, a imagem da cidade assume importância nas políticas públicas, onde os governos preocupados em produzir uma paisagem esteticamente favorável revelam a preocupação em produzir uma imagem urbana voltada para o *marketing*, pois de acordo com Arantes (2000) é esta simbiose de imagem e produto que caracteriza a cidade-empresa perseguida pela terceira geração urbanística.

O *city marketing* adquire importância como instrumento das políticas urbanas baseadas na cidade-mercadoria. A imagem urbana se fortalece na intenção estratégica de venda e desse modo, a cidade, através do poder público passou a modernizar seus espaços com intervenções na paisagem urbana:

Essa estratégia global encontra uma nova dinâmica para a reprodução do capitalismo: a construção da cidade-mercadoria que, sob a égide de poder político dos governos locais, perfila-se através dos processos de reestruturação urbana (como exigência da economia competitiva) e através da construção de imagem para vendê-la, para inseri-la no mercado (...) são produzidas representações que obedecem a uma determinada visão de mundo, são construídas imagens síntese sobre a cidade e são criados discursos referentes à cidade, encontrado na mídia e nas políticas de *city marketing* importantes instrumentos de difusão e afirmação. (SANCHES, 2001, p. 33).

A mídia assume uma função importante na construção da imagem da cidade estimulando a construção de opiniões positivas acerca da política adotada, assim como defende Sanches (2001, p. 36) “[...] Em seu papel de mediadora entre os cidadãos e a cidade, a mídia é estratégica para os governos locais, pois realiza a espetacularização da cidade acerca de sua transformação [...]”. A mídia atua no sentido de proporcionar a sensação de satisfação e aceitação no consumo de espaços, favorecendo a implantação de projetos urbanos e anuência dos moradores, transformando os novos lugares da cidade em espetáculo.

Segundo Fernandes (2001) a mídia apresenta-se como um instrumento na penetração da construção da imagem das cidades e assim fazer que todos evoquem o “*espírito da coalização do crescimento*” e para justificativa da implantação das políticas urbanas nas cidades, o poder público procura a todo custo conseguir apoio da população local e isso foi conquistado através do que denomina Vainer (2000) e Sanches (1999) de “orgulho cívico” ou patriotismo local. Assim a população convence-se de que o modelo de planejamento urbano que valoriza a imagem da cidade é o melhor, porém a comunidade local acaba sendo condicionada pelas imposições das políticas urbanas voltadas para a produção da imagem de “cidade-modelo” sem participar diretamente de tal política.

Essa busca em “melhorar” a imagem da cidade estimulou a concentração das políticas no *city marketing* urbano, com o intuito de divulgar a cidade atraente para o capital em detrimento de investir em recursos para auxiliar o bem estar da população, ocorrendo, desse modo, a inversão de prioridades no uso dos recursos públicos como defendem Arantes (2000) e Vainer (2000).

Essa realidade é muito evidente na produção de infraestruturas para o turismo, onde a mídia passa impregnar na população local das cidades a ideia da possibilidade de emprego e renda e melhor qualidade de vida, e assim são implantados grandes projetos urbanos voltados exclusivamente para o turismo sem o usufruto da maior parte população local.

Os anseios da população são saciados apenas na contemplação em vislumbrar os grandes projetos urbanos sem muitas vezes poder usufruir, de fato, dos mesmos:

[...] a produção social da contemplação inclui a emergência de uma ação ampla de planejamento que permite a mobilização, a administração e o direcionamento de massas de recursos, mercadorias e pessoas. Este planejamento, que inclui a contínua absorção de novas tecnologias e instrumentos, permite a interligação entre os equipamentos específicos do setor e o consumo geral de espaços e mercadorias. (RIBEIRO, 1995 p. 270).

Neste sentido, os projetos urbanos são realizados de acordo com o princípio estético no propósito de tornar a cidade com aparência favorável aos investimentos:

Ao trazer o pensamento estratégico e empresarial para a esfera da administração urbana, consultores “estrategistas” difundem a proposta de que características de paisagem urbana devem ser utilizadas como um dos principais trunfos na competição por recursos e investimentos. (PEREIRA, 2007, p.06)

A paisagem urbana ganha destaque na construção da “indústria da produção de imagens” (Harvey, 2001) baseada na promoção e competição de recursos. A cidade acaba por se transformar em uma mercadoria, um objeto de luxo a ser vendido num mercado competitivo com um público alvo específico: aqueles com poder aquisitivo elevado que podem consumir o espaço. A cidade passa a ser pensada como empresa:

A cidade acaba por adquirir o caráter de uma empresa, um agente econômico que atua de acordo com as regras impostas pelo mercado. Assim, a cidade deixa de ser pensada sob um plano político, não sendo mais construído como um território de exercício da democracia local (VAINER, 2000, p. 90).

As políticas públicas, prioritariamente, atuam para a formação das “cidades-modelo” baseadas na constituição de paisagens favoráveis à divulgação de imagens positivas favorecendo o caráter empresarial da cidade.

Essa busca frenética em gerar uma boa impressão vem gerando diversos problemas para algumas cidades entre eles destacam-se: a expulsão da comunidade local das áreas de visitação turística para áreas mais distantes, a padronização do modelo urbano, a descaracterização dos indícios culturais da cidade priorizando a produção de paisagens voltadas para o consumo e para o lazer:

A atratividade turística de uma paisagem como criação cultural é o resultado da valorização, pela prática social do turismo, de determinados arranjos de formas (naturais ou antrópicas) num dado momento. Disso decorre o surgimento dos modelos ou de modelos de paisagem turística – verdadeiros estereótipos. Como modelos, as paisagens turísticas podem ser manipuladas, recriadas, copiadas (no território) como um recurso do computador. (CRUZ, 2003b p. 109)

De acordo com Santos (1997) a paisagem “é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”. Ou ainda, a paisagem se dá como conjunto de objetos reais concretos, (SANTOS, 1997, p. 103).

Nesta perspectiva, procurando relacionar a paisagem com a atividade turística podemos observar que em muitas cidades ela é construída para o turista, seguindo os modelos estéticos que muitas vezes são ditados fora do contexto e da realidade da

cidade, revelando-se como exemplo do turismo de massa¹ que constroem paisagens homogeneizadas. Produtos de uma indústria de “produção de imagens” e frutos de uma sociedade de consumo mundializada (HARVEY,1993).

Objetivando a atração de visitantes, as cidades são moldadas a partir de gostos e modismos que estão pautados para o turismo. Desse modo, as obras de infraestruturas turísticas obedecem a lógica imposta pelo turismo de massa para poder atrair uma grande leva de visitantes criando padrões que uniformiza o lugar inventando paisagens artificiais.

De acordo com Ferrara (2002), o imaginário global leva a uma padronização espacial que cria uma sensação de igualdade nos ambientes visitados: “esteja onde estiver visualmente as referências estéticas são sempre as mesmas”. Na compreensão de Carlos (1996), o imaginário global se reflete na artificialização dos lugares que atendendo à racionalização da atividade turística descaracteriza o sentido originário de sua existência, sendo produzido outro lugar.

As imagens e a produção da paisagem para o turismo são baseadas no consumo de massa, movida pela lógica do mercado globalizado no intuito de prender a atenção do visitante. Todavia, tais paisagens na maioria das vezes não conseguem repassar ao visitante o conteúdo histórico do lugar, que por ser homogeneizada, torna-se comum a muitas cidades já visitadas.

Castro (2002) ressalta que nas últimas décadas do século XXI houve uma multiplicação nos meios de comunicação possibilitando a reprodução das imagens de paisagens e a propagação de cenários para a contemplação estética. Percebe-se desse modo, que a produção de imagens das cidades para uso de comercialização está associada a estética da paisagem. Neste sentido, para tornar um “lugar” atrativo turisticamente é necessário que a imagem propagada seja esteticamente favorável a visitação e contemplação dos espaços.

Para Cruz (2003b), o turismo pode ser “perverso” com a cidade, pois a criação de imagens criadas para o turismo na maioria das vezes destrói a autenticidade do lugar, pois os projetos de intervenção urbana sobre o espaço são realizados desconsiderando as especificidades do lugar, da população e da natureza. Considera-se como mais importante a criação de imagens atrativas para o turismo, criando, desse modo, a espetacularização de aspectos naturais ou culturais com o intuito de repassar a ideia de

¹ Turismo de Massa: Modalidade de turismo que mobiliza grandes contingentes de viajantes (CRUZ, 2003a)

² Segundo o Ministério do Turismo (MTUR, Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza

“paraíso” com conforto, comodidade e luxo, muitas vezes privatizando direito ao acesso de certos lugares que deveriam ser de uso público.

Assim sendo, o turismo perde a possibilidade de proporcionar melhorias à população tornando-se uma atividade meramente capitalista com poucos benefícios à sociedade, salvo àquela com maior poder aquisitivo que incentivadas em consumir paisagens criadas para o turismo visitam lugares criados a partir da universalização das imagens e espetacularização das cidades, perdendo-se o caráter cultural de contato com outras culturas e peculiaridades do local visitado.

1.3 TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: CENÁRIO NACIONAL E ESTADUAL

A partir das três últimas décadas do século XX com a grande propagação pelos veículos de comunicação dos “problemas ecológicos”, a Amazônia passou a ser destacada como um verdadeiro santuário, o que Diegues (1995) denomina como “mito moderno da natureza intocada”. E sendo o turismo de natureza um segmento do turismo que mais cresce no mundo esta atividade passou a ocupar um lugar de destaque nas políticas públicas na Amazônia a datar de 1970, tanto nos governos federal, estadual e municipal, como alternativa para o desenvolvimento econômico da região.

Algumas cidades na Amazônia, principalmente as litorâneas, com o objetivo precípuo de atraírem turistas expandiram a urbanização para proporcionar um conforto aos visitantes semelhante ao que eles possuem em sua cidade. Nesse processo, o turismo vai produzindo e reproduzindo espaços elitizados para atender às necessidades das classes que podem comprar o lazer. Benevides (1997) revela que diversos problemas são decorrentes da urbanização acelerada para prática do turismo, destacando: a destruição de vegetação nativa, engarrafamentos nas estradas, a poluição de praias e logradouros públicos, a elevação de preços e falhas no abastecimento de água, luz e gêneros alimentícios.

Apesar do processo de urbanização no Brasil ter se acelerado a partir do século XX em muitas cidades da Amazônia tal processo ainda é lento ou inexistente. A participação do turismo em algumas cidades, principalmente àquelas localizadas no litoral, indicam uma urbanização concomitante ou posterior à atividade. Em algumas cidades o processo de urbanização, parece ser ao mesmo tempo um processo de urbanização turística do lugar. Em Salinópolis, por exemplo, pode-se perceber que

algumas “melhorias” urbanas como o asfaltamento de vias e a construção da orla foram realizadas para incentivar o turismo e assim atrair um maior número de visitantes.

Todavia nem sempre fica evidente que tais “melhorias” trazem benefícios concretos à população local e a prática de um turismo de qualidade. Na cidade de Salinópolis é possível perceber que não existem mais casas tradicionais próximas as praias, estas foram substituídas por construções luxuosas e os antigos moradores deixaram de morar próximo ao mar para morar longe da praia em áreas periféricas, atingidos pela especulação imobiliária. Além disso, percebe-se que o turismo vem contribuindo na modificação de hábitos tradicionais dos moradores e na diminuição de manifestações folclóricas populares.

Algumas cidades da Amazônia não realizam o planejamento adequado para a realização da atividade turística, no sentido de oferecer melhor qualidade de vida e oportunidades de emprego e renda à população local, isso porque as visitas a esses lugares ocorrem quase que exclusivamente no período das férias ou feriados prolongados. Muitas alternativas que poderiam ser utilizadas como estratégias de atrair visitantes em outros períodos do ano acabam sendo pouco exploradas pelo governo local. A atividade do turismo, quando mal planejada causa dependência econômica, assim como ocorre em diversas cidades brasileiras que precisam do turismo como fonte de renda.

Algumas pesquisas sobre a relação turismo e urbanização no Brasil revelam que para atingir interesses econômicos voltados para o turismo, as empresas e o Estado têm consumido as reservas naturais destruindo o patrimônio ambiental e gerando cidades com acentuada diferença de classes sociais. Essas ações têm gerado um acelerado processo de especulação imobiliária e uma supervalorização do solo litorâneo com construção de hotéis, condomínios, estradas e infraestrutura de apoio que acabam desrespeitando as normas e as leis ambientais. Isso desencadeia um rápido processo de urbanização, o qual termina expulsando os nativos das comunidades litorâneas, privatizando o território, como revela Cruz (2003a):

Essa privatização ocorre de duas formas: uma clara, explicita, que pode ser facilmente identificada por meio de cercas, muros e outras formas concretas de isolamento de determinada área; e outra, mais sutil, porém tão arbitrária como a primeira, camuflada por uma aparente ausência de limites precisos entre o “bem de uso público comum” e a “propriedade privada”. Nesse caso, o isolamento se dá por meio de barreiras imaginárias, geralmente impostas pela predominância, no local isolado, de um dado comportamento social hegemônico do ponto de vista social de seus indivíduos. (CRUZ, 2003a, pag. 87)

Neste sentido, é possível perceber que investimentos nas políticas públicas visando desenvolvimento do turismo nas regiões litorâneas, raramente preocupam-se com o planejamento adequado que visem à gestão território-ambiental dos espaços, o direito ao bem público e a preservação ambiental e cultural. Assim como ressalta Cruz (2003a), o acentuado processo de urbanização do litoral tem se destacado a urbanização para fins turísticos e de lazer, e no caso específico da Amazônia essa urbanização passou a ser referenciado como o caminho mais curto e mais fácil para alcançar o desenvolvimento econômico.

O crescimento das atividades turísticas em todo o nordeste paraense, por exemplo, é reflexo do processo de valorização dos litorais tropicais e das políticas públicas de turismo adotadas para a região a partir da década de 1990 com a instituição de megaprojetos que valorizam a contemplação do litoral.

A urbanização turística desordenada, através da implantação dos grandes equipamentos de lazer tem provocado profundas alterações no meio ambiente natural e na comunidade local. Afinal, muitos desses equipamentos são construídos sem levar em consideração dois componentes que deveriam ser primordiais: o ambiente e a população local.

O turismo começa a ser inserido nas políticas públicas para Amazônia a partir de da década de 1970, especificamente no Plano de Desenvolvimento da Amazônia elaborado pelo Ministério do Interior tendo a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) como organizadora e executora. O principal segmento do turismo estimulado nas políticas pública desse período era aquele baseado no turismo ecológico denominado ecoturismo.

De acordo com Serra (2008) as prioridades destacadas nos planos e programas referiam-se principalmente em setorizar a atividade turística, onde as cidades que já reuniam certa infraestrutura seriam pontos estratégicos de atração de investimentos provindos do governo.

Em 1977 foi elaborado o primeiro Plano de Turismo da Amazônia (PTA) onde destacava a Amazônia com Grande Potencial para o turismo, principalmente em virtude das características naturais.

O II Plano de Turismo da Amazônia foi lançado em 2012 que tinha como diferencial a ênfase dada ao desenvolvimento sustentável como alternativa mais viável para associar desenvolvimento regional com conservação dos recursos naturais.

Em 1998, o Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) foi lançado com obras infraestruturais e cursos de capacitação com a finalidade de fomentar diretrizes para o ecoturismo na Amazônia como objetivo geral. O PROECOTUR defendia a viabilidade do ecoturismo como o modelo de desenvolvimento sustentável, ideal para a região amazônica (BRASIL, 1998).

Como destaca Nahum (2011), as políticas públicas em âmbito nacional para a Amazônia enfatizam o ecoturismo como possibilidade de desenvolvimento da atividade turística. Caracterizando a concepção de natureza presente em diversos planos e programas de desenvolvimento para a Amazônia, que consideram a natureza espetáculo, representada como estoque de recursos a serem utilizadas por agentes ligados a vários setores da sociedade civil.

No Pará, o turismo até a década de 1970 não representava margem de importância dos investimentos públicos e não possuía ações e estratégias definidas por órgão estatal para o fomento da atividade.

A partir da década de 1970 iniciam-se as primeiras ações direcionadas ao turismo no Estado do Pará com a criação da Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) que surgira com a função de desenvolver uma política de estímulo à atividade turística do Estado procurando a melhoria da infraestrutura e o incremento dos fluxos turísticos, provenientes de outros centros emissores nacionais e internacionais. Neste período, o turismo passa a ser amplamente utilizado nos discursos dos políticos como uma alternativa para o desenvolvimento econômico dos municípios paraenses:

Preocupado com a necessidade de contribuir para o desenvolvimento do turismo no Pará – face às inegáveis pré-condições já existentes no estado para tal – o Governo Estadual vem realizando, sobretudo desde 1969, uma série de medidas pertinentes nesse sentido. (...) Uma vez que estava apenas começando seus trabalhos, era difícil obter resultados mais profundos em curto prazo – razão porque a política governamental enfatizou a instalação de estruturas pertinentes, o início dos estudos básicos, o treinamento de pessoal, a formação de staff, a criação de incentivos fiscais estaduais e o começo de articulações com outras agências – tudo visando o desenvolvimento turístico. Em 1969 o Governo criou, no IDESP, o GETUR (Grupo de Estudos do Turismo). Em 1970 instalou um órgão executivo transitório para o setor – o DETUR (Departamento Estadual de Turismo). Agora, em 1971, está sendo criado a PARATUR (Empresa Paraense de Turismo) que fundirá os dispositivos anteriores e, a partir das experiências dos mesmos, já deverá ser instalado trabalhando em continuação aos esforços anteriores. A ação governamental junto ao setor turístico deverá ser consideravelmente ampliada no triênio 1972/1974, (DIAGNÓSTICO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA, 1971 *apud* CRUZ, 2007 p. 6 e 7).

É importante ressaltar que essas ações de melhorias de infraestrutura urbana estavam atreladas ao contexto brasileiro dos planos de desenvolvimento para a Amazônia procurando integrar a região as demais regiões do país e diminuir a desigualdade inter-regional na qual a Amazônia estava inserida na composição da economia brasileira. Desse modo, diversos empreendimentos produtivos e infraestruturais foram instalados no lugar a partir a década de 1970.

O trabalho da PARATUR trouxe para o Pará um relativo crescimento, constatado na evolução da demanda turística, a partir da década de 1990 (ver tabela 2) e ganhou relevância nas políticas públicas do Estado que impulsionada pelo modelo de gestão baseado na competitividade entre as cidades, passou a intensificar a propagação de campanhas com o objetivo de divulgar as cidades paraenses como mercadoria a ser consumida pelo turismo tendo como principal produto o potencial natural da Amazônia para o ecoturismo².

TABELA 2 – EVOLUÇÃO DA DEMANDA TURÍSTICA NO PARÁ

Anos	Estrangeiros	Brasileiros	Total
1997	24.030	347.128	371.158
1998	27.712	374.110	401.822
1999	28.330	382.445	410.775

Fonte: PDT/PA (2000)

A partir da década de 1990, a atividade turística passou a ocupar lugar de destaque nas políticas públicas nos município paraenses. Isto é perceptível com a criação ou revitalização de equipamentos urbanos que favoreceram diretamente à atividade turística em alguns municípios.

O projeto “Novo Pará” lançado no ano de 1995 tinha com principal objetivo inserir o Pará na trilha do suposto desenvolvimento econômico do país. O governador do Estado a época adquiriu recursos junto ao Governo Federal para dinamizar os setores produtivos destacando-se a agroindústria e o turismo.

O governo do Estado, através da Secretaria Especial de Produção passou a incentivar formulação e coordenação de políticas voltadas à dinamização do setor produtivo, sendo que no turismo a atuação ficou por conta da PARATUR.

² Segundo o Ministério do Turismo (MTUR, Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista, através da interpretação do ambiente promovendo o bem estar das populações envolvidas.

Dentre os principais desafios do Projeto destaca-se àquele de promover a descentralização e a desconcentração da gestão das políticas públicas no território estadual visando superação da compartimentação do atendimento das demandas da sociedade e aceleração da municipalização do desenvolvimento.

Em 1996, o governo do Estado do Pará sancionou a Lei nº 5.943 que definiu a política de incentivo às atividades produtivas, a qual apresentou entre seus pontos mais importantes, o chamado desenvolvimento da “indústria do turismo”.

Em 1998 foi lançado o Projeto Beija-Flor que tinha como meta quadruplicar a rentabilidade do setor nos dez anos seguintes com participação no PIB paraense de 20%. Diante disso, o Governo do Estado passou a investir na recuperação de infraestrutura e no *marketing* nacional e internacional em cinco polos turísticos do Estado: Belém-Costa Atlântica, Marajó, Tapajós, Xingu e Tocantins–Araguaia. Após diagnóstico, o polo Belém-Costa Atlântica foi desmembrado em Belém e Amazônia Atlântica em função das características diferenciadas dos recursos e das demandas observadas. Desse modo, a estruturação do território paraense passou a ser dividido em seis polos turísticos. Algumas obras foram evidenciadas nesse período como a ampliação de aeroportos, a recuperação de estradas e a melhoria no fornecimento de energia elétrica.

No caso da capital paraense, a ação do Estado passa a se preocupar com embelezamento da cidade atuando na criação e revitalização de espaços de lazer e visitação, visando a inserção de Belém ao cenário econômico nacional. Através do turismo o governo investiu em grandes projetos urbanos como a Estação das Docas, o Parque da Residência, restauração do Teatro da Paz, o Complexo Feliz Lusitânia e o Mangal das Garças.

Além de produzir infraestrutura necessária para o turismo, o Estado passou a se preocupar também na construção da imagem das cidades paraenses perante o cenário nacional e internacional. Ademais, o poder público procurou repassar à população a necessidade de implantação dos projetos urbanos com o intuito de convencer a sociedade sobre a “importância” de tais projetos.

O Governo Estadual no afã de construir a imagem de cidades a serem vendidas passou a desempenhar uma intensa propaganda, através da mídia com *slogans* como “Pará: a obra prima da Amazônia”, passando a vincular a cidade como mercadoria a ser consumida. Neste sentido no intuito de atrair investidores a atuarem no ramo do turismo, o Estado oferecia infraestrutura e ressaltava a certeza de bons negócios ao empresário disposto a investir no Pará:

FATURE COM O TURISMO. O PARA ESTÁ PRONTO Á ESPERA DO SEU TALENTO. O turismo é o negócio da hora no Pará. O Governo do Estado implanta e expande a infraestrutura, como energia e estradas, cria novos atrativos turísticos e estimula o setor. Agora, só falta o seu talento para oferecer serviços de qualidade. Nesta parceria o turismo sai lucrando (Revista Ver-o-Pará, 2001 p. 18 19).

O turismo passou a ser vendido como algo potencial na conquista de lucro, assim o governo passou a incentivar a vinda de novos empreendimentos utilizando a paisagem amazônica como produto com grande perspectiva mercadológica, ressaltando a exuberância e a beleza da região, além das facilidades oferecidas pelo governo para o empreendedor:

Já pensou em vender paisagens?
Se for do Pará é fácil. Elas são deslumbrantes, diversificadas e se completam com fauna e flora exuberantes, culinária única e variada, rico patrimônio histórico e cultural e um povo hospitaleiro. Claro que é preciso se estabelecer antes, mas isto também é fácil. Quem investe no PARÁ tem sistema de transporte interligando todo o estado, energia firme e segura, moderno sistema de telecomunicações, proximidade dos principais centros mundiais e, mais incentivos governamentais a projetos turísticos e grande perspectiva de crescimento. Venha pro Pará. Aqui, paisagem dá lucro (Revista Pará a Síntese da Amazônia, 2001, p. 5)

A aceitação popular passou a ser um dos grandes eixos das políticas de turismo, o Estado procurava anuência e aprovação da sociedade utilizando o *marketing* turístico, através da mídia impressa e televisiva para divulgar o “desenvolvimento” econômico gerado pelo turismo e estimular as viagens domésticas no Pará:

A GENTE PREPAROU O CAMINHO PRA VOCÊ. Existem belezas em todas as partes do Pará. E o Governo do Estado preparou as estradas de acesso para que você chegue lá com mais conforto e segurança. Conheça o Pará de alto a baixo e entenda o que é a obra-prima da Amazônia. (Revista Pará Turismo, 2003, p. 14).

Mesmo não usufruindo dos possíveis benefícios do “desenvolvimento econômico e social”, a população paraense passou a aceitar e aprovar as intervenções do Estado, isso pode ser constatado na capital do estado, Belém, em estudo realizado por Miranda (2006) sobre o complexo Feliz Lusitânia, onde foi observado que as impressões dos frequentadores, moradores locais, sobre o Complexo Feliz Lusitânia são bastante positivas. O lugar passou a ser valorizado como vista para o rio e referencial

histórico da cidade de Belém, representando, portanto, motivo de orgulho aos belenenses em ter um lugar bonito para mostrar aos turistas.

Em 2000 é criado pelo Governo Federal o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para Amazônia Legal (PROECOTUR). Programa de Planejamento Estratégico e Investimentos visando o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia brasileira. O programa teve como co-financiador o Governo Brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e foi executado pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com os nove estados da Amazônia Legal. Tem como principais objetivos: a geração de emprego e renda, alternativas para as atividades que degradam o meio ambiente e oportunidades de negócios de natureza sustentável. Incluindo investimentos aos nove estados da Amazônia Brasileira (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

Para o desenvolvimento do PROECOTUR foram eleitos como polos prioritários no Estado do Pará: Belém-Costa Atlântica, Marajó e Tapajós, tendo como base ideológica o chamado “turismo sustentável” que serviu de bandeira às políticas públicas a partir do ano 2000 com o objetivo de inserir a Amazônia nas principais rotas do turismo internacional.

De acordo com Nóbrega (2006) O PROECOTUR alcançou algumas metas estabelecidas, identificando alguns resultados positivos, como a realização de oficinas de sensibilização turística para instituições estratégicas na promoção do turismo em determinadas cidades paraenses, entretanto o autor destaca que alguns obstáculos foram identificados para a implementação do PROECOTUR, tais como certas dificuldades enfrentadas pelos gestores públicos nas esferas governamentais e algumas ligadas à geração de empregos.

Em 2001 foi lançado pelo Governo do Estado o Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (PDT) objetivando definir estratégias para que o turismo fosse realizado como importante instrumento de desenvolvimento econômico e social, tendo como possibilidade a melhoria da qualidade de vida à população paraense:

A elaboração de um plano como este pode contribuir para que o processo de desenvolvimento do turismo se acelere e principalmente se encaminhe dentro de um modelo de crescimento sustentável, onde os recursos naturais e culturais sejam valorizados e preservados na plenitude de sua identidade regional. (PARÁ, 2001, p. 5)

O PDT, baseado no Projeto Beija-Flor que propôs o desmembramento de dois polos turísticos em função das características diferenciadas dos recursos e das demandas observadas. Seguiu a lógica do planejamento nos seguintes polos: Belém, Amazônia Atlântica, Marajó, Tapajós, Araguaia-Tocantins e Xingu. A partir desta divisão, foram identificadas as unidades municipais prioritárias para etapa inicial do Plano de Desenvolvimento do Turismo. Estas unidades foram selecionadas de acordo com um critério baseado na existência de produtos turísticos consolidados.

Este plano foi utilizado como um importante instrumento no planejamento e na elaboração de políticas públicas voltadas para o turismo, pois foi realizado um diagnóstico da situação do turismo paraense, elaborado objetivos e estratégias de desenvolvimento turístico, bem como organizado programas e ações para o fomento da atividade turística.

Baseado na competitividade, o Plano desenvolveu ações voltadas para atratividade, produtividade, *marketing* e gestão da atividade correspondendo aos seguintes objetivos: melhorar os atrativos do Pará como destino turístico, aumentar a eficácia dos recursos turísticos, vender os produtos e destinos turísticos paraenses com maior êxito e assegurar um crescimento sustentável e competitivo.

A partir da elaboração do PDT a atuação do Estado foi evidenciada em alguns municípios com a implantação de obras voltadas para o turismo destacando-se: A Construção da Orla de Marudá, Urbanização da Praia do Atalaia em Salinópolis, asfaltamento de rodovias estaduais, dentre outras.

A atuação do Estado, passou a se preocupar com o aumento de turistas de outras localidades, visto que em 2001 os visitantes internos representavam quase 70% da demanda turística no Pará. (tabela 3). Segundo a PARATUR (2007), o turismo paraense entre 2000 e 2001, apresentou taxa de crescimento de 3,4 % em relação ao mercado nacional e de 4,5% em relação ao exterior.

TABELA 3 - DEMANDA TURÍSTICA DO ESTADO DO PARÁ - 2001

Origem da demanda	Volume	% do Total
Doméstica (Pará)	1.320.388	69,4
Interna (resto do Brasil)	556.773	29,3
Estrangeira	24.459	1,3
Total	1.901.880	100

Fonte: FIPE/EMBRATUR (Apud, PDT, 2001).

A análise do PDT do Pará de 2001 revela a grande preocupação do Estado em repassar a ideia de progresso e da necessidade de políticas para o turismo.

Em 2007 foi elaborado a Proposta de Programa para o Turismo com o quadriênio 2008 a 2011. O governo realizou um planejamento de ações de parceria e integração com os demais órgãos do Estado e as Prefeituras Municipais, definiu ações, planejamento e formatação de produtos turísticos, *marketing* e comercialização priorizando os segmentos de Pesca, o Turismo de Negócios e Eventos, o Ecoturismo, o Turismo Cultural e o Turismo Rural. Tendo como fundamento os vetores do Plano Estadual de Governo: qualidade de vida, inovação do desenvolvimento e gestão participativa.

O governo atual lançou em outubro de 2011, o novo Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do Estado denominado Ver-o-Pará. Segundo o Presidente da PARATUR, Adenauer Góes, à época, a nomenclatura foi definida como um passo a mais na decisão do trade paraense de dar mais visibilidade à marca Pará, pouco conhecida no mercado turístico nacional e internacional, onde a Amazônia tem grande apelo comercial (SOARES, 2011).

Para atualização do plano foi contratada a empresa espanhola Chias Marketing, que apresentou o diagnóstico onde são apontadas as ações emergenciais necessárias para o plano. Estas ações foram definidas após pesquisa de demanda, entrevistas e aplicação de questionário dos principais agentes envolvidos na cadeia produtiva do turismo nos seis polos turísticos.

Em dezembro de 2011 foi criada a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) de acordo com a publicação no Diário Oficial do Estado do Pará da Lei Nº 7.593 de 28 de dezembro de 2011, através da qual o governador Simão Jatene criou o Sistema Estadual de Gestão do Turismo (SEGETUR) ao qual está ligada a referida Secretaria, sendo esta criada com o objetivo de atender demanda do trade turístico e de impulsionar políticas públicas de investimento no setor tendo como finalidade planejar, coordenar e gerenciar a política de desenvolvimento turístico no Estado do Pará.

O SEGETUR tem por missão institucional promover e propor a Política Estadual de Desenvolvimento do Turismo, bem como divulgar o turismo do Estado do Pará no país e no exterior; estimular as iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas; planejar, coordenar, supervisionar e avaliar os planos e programas de incentivo ao turismo, através dos órgãos que o compõem: Fórum de Desenvolvimento

Turístico do Estado do Pará (FOMENTUR), Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) e Secretaria de Estado de Turismo (SETUR).

Em 2012, foi lançada uma nova operacionalização do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) criado pelo governo federal e desenvolvido pelo Ministério do Turismo para intermediar a captação de recursos para o desenvolvimento do setor como atividade de melhoria da qualidade de vida da população local. O programa existe no Pará desde 2008 quando foram feitas duas etapas técnicas preliminares para a execução. Atualmente, a fase é de análise final.

A PARATUR, órgão responsável pela gestão do PRODETUR no estado do Pará, elaborou uma Carta Consulta com prazo de execução de quatro anos a contar da data de assinatura do contrato de empréstimo no valor de US\$ 44 milhões sendo: US\$ 26,4 milhões (60% do total) do BID e US\$ 17,6 milhões (40% do total) do Estado do Pará. O montante relativo à contrapartida do Estado poderá ser abatido através dos convênios realizados entre a PARATUR e o Ministério do Turismo se os pagamentos forem efetuados após a emissão do chamado Perfil de Projeto (PP) por parte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pois se trata do documento de autorização para o início efetivo do Programa.

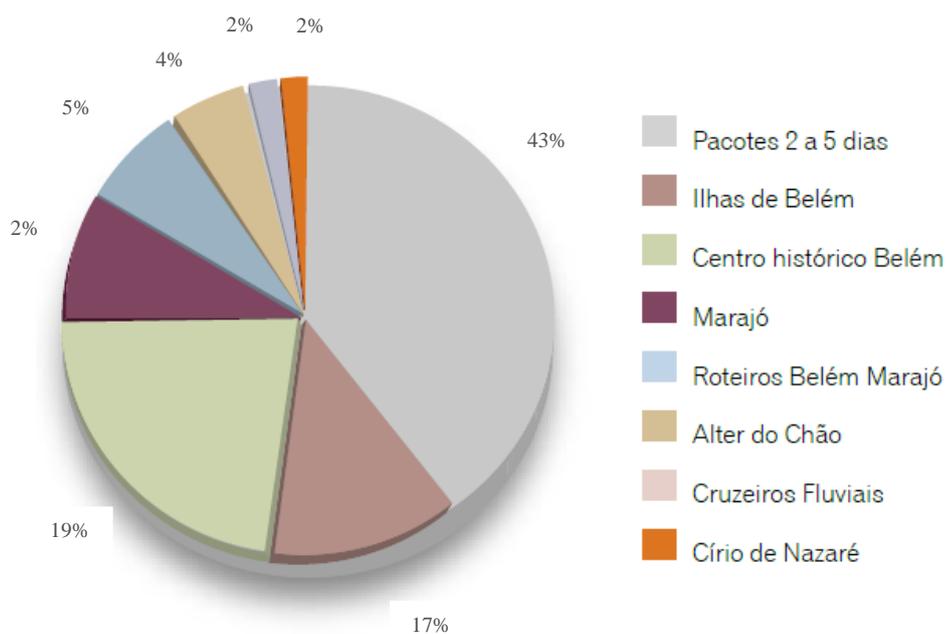
Segundo Soares (2012) os recursos do PRODETUR vão priorizar investimentos na região do Marajó com metade do montante (US\$ 22 milhões), sendo US\$ 11 milhões destinados para infraestrutura e serviços. A região turística do Tapajós receberá mais de US\$ 15 milhões e Belém quase US\$ 7 milhões. Os investimentos contemplam, além da infraestrutura, produtos turísticos, comercialização e fortalecimento.

A proposta do PRODETUR é direcionada aos três polos turísticos da Política Estadual de Turismo do Pará e abrangerá 06 municípios: Polo Belém: município de Belém (região continental e insular – Ilhas de Mosqueiro, Caratateua/Outeiro, Combu e Cotijuba); Polo Tapajós: municípios de Santarém e Belterra; Polo Marajó: municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras. Os demais polos: Amazônia Atlântica, Araguaia-Tocantins e Xingu não serão contemplados pelos recursos, nessa etapa.

A escolha dos municípios e seus respectivos polos observou como critérios o fluxo de turistas nacionais e internacionais já existentes nessas regiões, o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nas áreas insulares de Belém e no arquipélago do Marajó, bem como a indicação de Santarém e Belém, dentre as 65 cidades indutoras da atividade turística no País pelo Ministério do Turismo.

O PRODETUR ilustra mais uma vez o segmento do turismo mais valorizado no Pará: o ecoturismo, o que ressalta que a “*marca Amazônia*” é mais fácil de ser comercializada nacional e internacionalmente. É importante destacar que o polo Amazônia Atlântica onde está localizado o objeto de estudo dessa dissertação e onde possui também uma importância histórica não foi priorizada. Cidades como Salinópolis e Bragança ficam condicionadas ao turismo advindo da metrópole. No caso mais específico de Salinópolis indica que as políticas públicas são direcionadas para reforçar o turismo impregnado na cidade que é o turismo de segunda residência. Além disso, reafirma a condição da cidade não ser incluída nos pacotes de viagem das principais agências de turismo como podemos observar no gráfico a seguir:

GRÁFICO 1 - PRODUTOS COMERCIALIZADOS NO TRADE NACIONAL (2011)

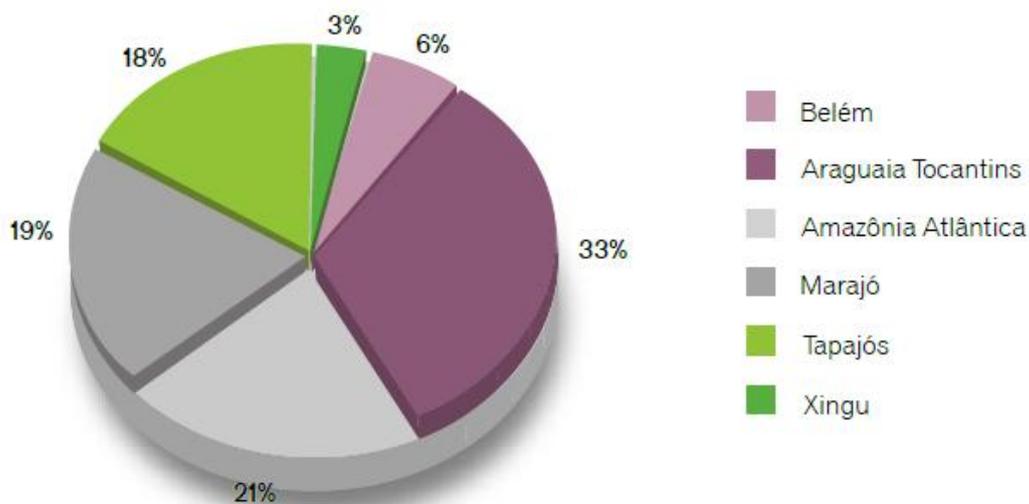


Fonte: Plano Ver-o-Pará – Pesquisa trade nacional – PARATUR, 2011.

No gráfico 1 podemos observar que o polo Amazônia Atlântica não aparece na comercialização dos produtos turísticos, concentradas principalmente em Belém e Ilha de Marajó e que também estão relacionados ao pacote que está há muito tempo em evidência no cenário nacional, o roteiro que inclui Belém e Ilha do Marajó.

Outra questão que é importante levantar é o fato que, de acordo com o Plano Ver-o-Pará (2011), os três polos selecionados representarem menos da metade do total de atrativos turísticos do Pará correspondendo a 43% em detrimento os demais polos que representam 57%.

GRÁFICO 2 – TOTAL DE ATRATIVOS AVALIADOS POR POLO (2011)



Fonte: Elaborado por Chias Marketing com dados dos inventários da Oferta Turística dos Municípios, PARATUR, 2011.

O gráfico 2 ilustra como os atrativos turísticos do estado do Pará são subaproveitados para o turismo. O Plano Ver-o-Pará, através de pesquisa indica que dentre as principais dificuldades em vender Pará estão a falta de divulgação e desconhecimento dos turistas, falta de voos e falta de infraestrutura local. No caso do polo Amazônia Atlântica, além do segmento do turismo de sol e praia, o turismo cultural, é pouco explorado no cenário nacional.

Isso se configura na produção do espaço de Salinópolis como se fosse uma extensão da metrópole evidenciando assim, a atividade turística voltada com maior intensidade para a demanda doméstica, impingindo no município, em especial na cidade símbolos e práticas metropolitanas, influenciando a sua configuração socioespacial, como veremos no capítulo a seguir.

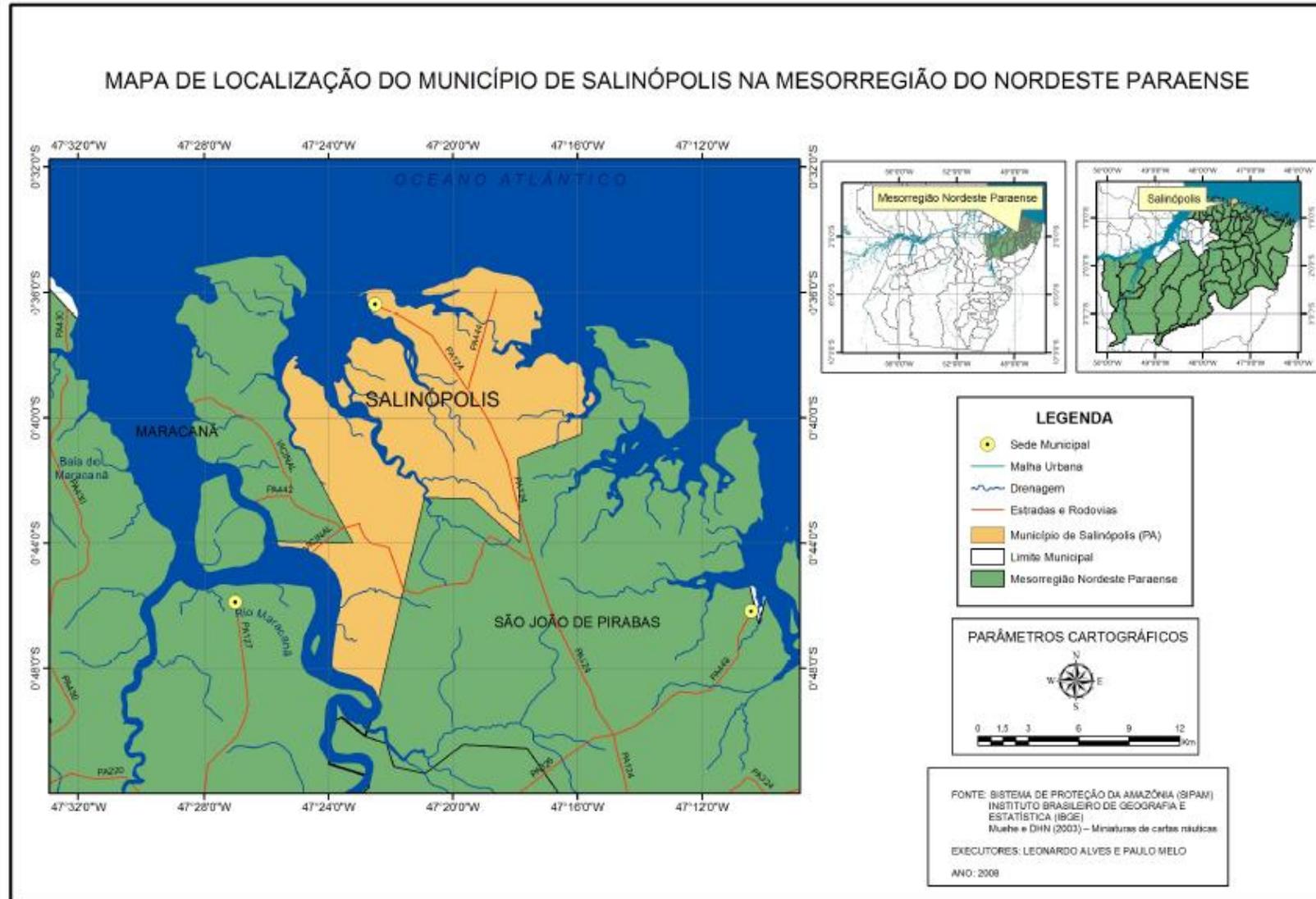
2. A PRODUÇÃO E CONSUMO DO ESPAÇO EM SALINÓPOLIS

Neste capítulo será apresentado o processo de produção espacial do município Salinópolis, através do uso turístico do território e o processo de transformação da cidade em destino turístico enfatizando a atuação das políticas públicas e o fenômeno das segundas residências e inserção das simbologias metropolitanas, além das consequências sócio-espaciais desse processo.

2.1 CONTEXTO SOCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO

Salinópolis é um dos municípios mais antigos da região do Salgado paraense. Está localizado em uma posição estratégica para o turismo na Mesorregião do Salgado no Nordeste Paraense a uma latitude 00°36'49" sul e a uma longitude 47°21'22" oeste, estando a uma altitude de 21 metros. Compõe a zona costeira do Estado do Pará e tem seus limites com os municípios de Maracanã (a Oeste), São João de Pirabas (ao Sul) e o Oceano Atlântico (ao Norte e ao Leste) (Mapa 1 de localização). Possui uma área de 217,856 km² de acordo com o censo 2010 do IBGE, uma população de 37.430 habitantes com 171,49 (hab/Km²) distante a 200 km de Belém.

No mapa 1 podemos verificar que a posição do município de Salinópolis limitando-se norte e leste com o Oceano Atlântico favorece a atividade turística de sol e mar em virtude da grande extensão da faixa de praia, possui como principal atração para o turismo as praias de areia fina e branca com águas de uma tonalidade verde-acinzentada devido aos sedimentos carregados pelo rio Amazonas, banhadas pelo Oceano Atlântico são elas: Maçarico, Corvina, Atalaia, Farol Velho e Marieta. A Praia do Atalaia é a mais frequentada, localiza-se a 14 Km do centro da cidade e diferencia-se das demais por ser aberta à circulação de carros.



Mapa 1 – Localização do Município de Salinópolis
Fonte: SIPAM/IBGE (2003). Adaptado de MELO, 2008.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Salinópolis o município possui 20 (vinte) atrativos turísticos que atraem visitantes, principalmente nos meses de férias escolares e feriados prolongados. A população residente de quase 38 mil habitantes, durante a alta estação pode chegar até 300 mil pessoas³.

Análise das atrações turísticas de Salinópolis, através da Secretaria de Turismo revela que os atrativos naturais são em número maior quando comparado ao patrimônio histórico-cultural, destacam-se aqueles às proximidades do oceano: as praias, igarapés, lago e dunas. Caracterizando o segmento de turismo realizado no município baseado no binômio sol e mar.

Segundo dados do IBGE (2008) o produto interno bruto a preços correntes do município tem maior representatividade na área de serviços, onde incluem as atividades relacionadas ao turismo representando R\$ 138.934 mil reais, enquanto que na agropecuária representam R\$ 7.948 mil reais e indústria 14.193 mil reais. Diante desses dados podemos perceber a importância do turismo para economia da cidade.

De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) a paisagem do município é formada por praias, rios, furos, igarapés, mangues e dunas no meio das quais se encontra o "lago da coca-cola", que tem esse nome por suas águas doces, escuras e geladas. O clima é inserido na categoria tropical quente e úmido, possuindo temperaturas médias anuais de 27,07°C, apresentando uma média máxima em torno de 31,07°C e mínima de 25,02°C. O total anual do brilho solar alcança 2.242 horas sendo que os meses de julho a outubro apresentam maior contribuição. Nesses meses a atmosfera local é quase isenta de nebulosidade, favorecendo a prática do turismo de sol e mar.

O município surgiu de um povoado ou aldeia dos índios Tupinambás que, historicamente, povoavam a costa salinense antes da chegada dos europeus. O primeiro nome dado ao município foi Virianduba, que significa em Tupinambá abundância de pássaros, característica do município até hoje.

Segundo Dubois (1949) a fundação de Salinópolis relaciona-se ao processo de proteção da Amazônia adotado pela colonização portuguesa contra as ameaças de invasão e ocupação francesa e holandesa, pois sua localização estratégica permitia capitanear e guardar a costa litorânea e a entrada para o porto de Belém. Neste sentido, o processo de ocupação da região foi diretamente ligado aos interesses de Portugal a fim de garantir o domínio do território.

³ Dados da Prefeitura Municipal de Salinópolis.

É diante desse contexto que é originado a segunda denominação do município: “Destacado”, tal denominação se deve ao fato da necessidade de proteção e segurança da navegação do litoral paraense. O Governador e Capitão Geral do Pará-Maranhão (1655-1656) André Vidal de Negreiros mandou destacar os nativos para realizar esses serviços, pois julgava insuficientes as fogueiras que guiavam as embarcações que à época eram comuns para sinalizar a navegação.

A terceira denominação tem referência a principal atividade econômica na época: a extração do sal devido a presença de muitas salinas na região. Assim, “Salinas” foi a terceira designação do município. No Estado do Pará havia muitas salinas de Vigia a Viseu que eram mantidas na região por padres jesuítas e nas quais os Tupinambás trabalhavam como mão de obra, levados pela experiência da natureza a fabricar sal para salgar os peixes com os quais se abasteciam nas piracemas.

O atual nome da cidade surgiu em virtude da necessidade de evitar confusões relacionadas ao endereçamento, devido as diversas salinas no Brasil. Desse modo em 1937, através Decreto Estadual n. 4.505 de 30 de dezembro. Durante o governo Getúlio Vargas, Salinas passou a ser denominada Salinópolis.

No ano de 1966, através da Lei Nº 3.798 da Assembleia Legislativa e sancionada pelo Governador Coronel Alacid da Silva Nunes, Salinópolis foi transformada em Estância Hidromineral de Salinópolis. A instalação oficial ocorreu em 11 de fevereiro de 1967.

O município permaneceu na condição de Estância Hidromineral até o dia 29 de janeiro de 1985, quando por força de Decreto Presidencial foram extintas as chamadas “Áreas de Segurança Nacional”, readquirindo sua autonomia política-administrativa e podendo eleger seus dirigentes através de eleição direta com o voto popular.

O processo de urbanização da cidade de Salinópolis tem relação direta com a posição geográfica que no primeiro momento foi incentivada pela proteção e guarda do território e depois pela extração do sal.

A ocupação urbana incentivou a atividade do turismo de veraneio no município. Esta ocupação ao longo da costa favoreceu à expansão urbana que foi intensificada com a construção de casas de veraneio. A área urbana do município em 2011 era de aproximadamente 473 Km² (ver figura 1) e está concentrada nas áreas próximas aos principais atrativos turísticos da cidade, principalmente no bairro centro onde estão localizados os bancos, farmácias, supermercados, lojas, entre outros. Salinópolis é hoje considerada um dos principais balneários paraenses, principalmente da classe média da

capital, onde muitos visitantes possuem casa de segunda residência, além disso, atraindo visitantes de outras regiões do país.

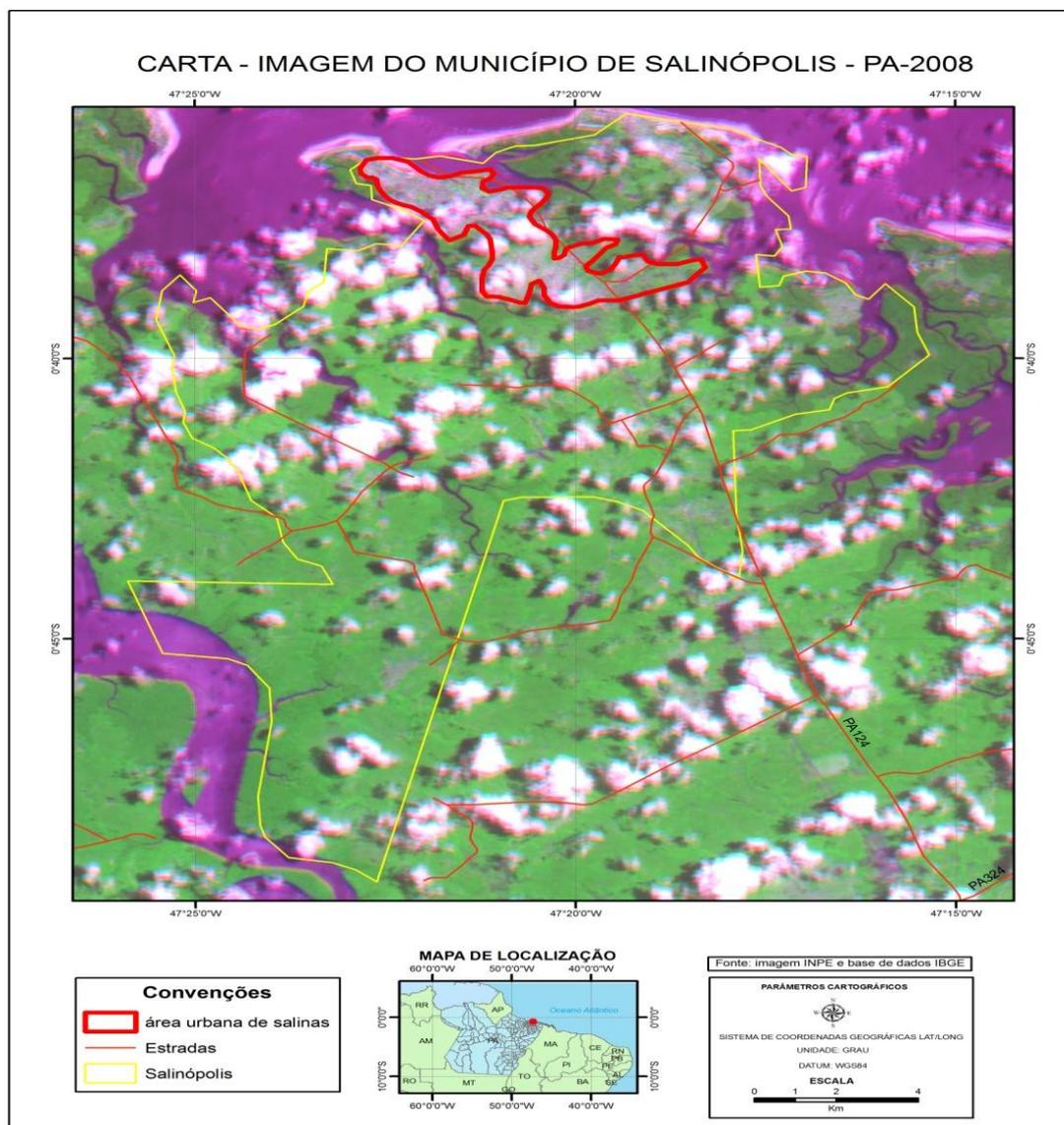


Figura 1: CARTA IMAGEM SALINÓPOLIS DE 2008

Fonte: LAIG/UFPA. Setembro/2011

A figura 1 nos revela que a área urbana do município está concentrada às proximidades da PA-124 que é a via de acesso à cidade e também próximo ao oceano Atlântico onde estão concentrados os principais atrativos turísticos do município, é observado nas manchas em magenta a delimitação urbana do município nos bairros próximos as principais praias da cidade. Caracterizando a concentração das melhorias urbanas voltadas para o incentivo da atividade turística.

Atualmente Salinópolis possui um dos maiores índices de urbanização do Salgado Paraense com 79% da população morando na zona urbana, correspondendo a 33.400 habitantes e 4.030 população rural (IBGE, 2010).

De acordo com Brito (2004) seis fatores contribuíram para a aceleração da expansão urbana no município: o aumento do fluxo de veranistas, a doação de terras públicas pelo governador Alacid Nunes, a construção da segunda residência oficial do governador do Estado do Pará, o desenvolvimento da infraestrutura pelo Estado, o aumento das segundas residências e o projeto AGRISAL. A autora destaca que esses fatores tem um papel importante para a (re) organização sócio-espacial do município.

A análise da produção espacial da cidade deve considerar o uso turístico do território, uma vez que o turismo exerceu grande influencia nesse processo. Considerando o espaço um conjunto indissociável entre um sistema de objetos e um sistema de ações (Santos, 1997). Essa dissertação parte da premissa que o espaço é fruto das relações humanas e desse modo como defende o mesmo autor: viver para o homem é produzir espaço.

A atividade turística, através de seus agentes tem a capacidade de valorizar paisagens tornando-as objetos de consumo, pois o espaço é consumido e valorizado por meio da demanda desta atividade, turistificando o espaço.

Nicolas (1996), defende que o processo de turistificação dos espaços implica na substituição da lógica da produção (esfera do trabalho) pela lógica do lazer (esfera do lazer). Considerando que a turistificação do território se dá sobre a égide de três agentes, como propõe Knafou (1996): os turistas, o mercado e os planejadores e promotores sociais, compreende-se que esses agentes atuam diretamente no processo de produção do espaço de Salinópolis.

Todavia, em consonância com Fratucci (2008) os habitantes locais também são de grande importância para o funcionamento do sistema turístico e desse modo, devem ser considerados como um dos agentes de turistificação, pois, como defende o autor, apesar de ser o agente menos reconhecido e estudado pelo sistema turístico, é de suma importância para o seu funcionamento:

Ao ceder o direito de uso do seu espaço devida para o desfrute temporário dos turistas, concorda em provocar um encontro de duas alteridades distintas a sua e a do visitante o que gera uma série de relações e interações bastante complexas entre os diversos agentes aqui indicados. Apesar de não manter contato direto com os turistas, a população residente dos destinos turísticos pode, a partir do seu comportamento e das suas ações, estimular ou dificultar o funcionamento do sistema turístico local, tornando o destino turístico mais ou menos atraente para o turista. (FRATUCCI, 2007 p. 07)

O turista é responsável pela dinâmica do turismo na cidade. É através desse agente que muitos equipamentos são instalados para satisfazer suas necessidades e permanência no local: hotéis, restaurantes, segurança, infraestrutura de acesso, entre outros. Em Salinópolis, a presença de grande quantidade de turistas no período de alta estação faz com que serviços e infraestrutura temporária sejam preparados para satisfazer os anseios da demanda com maior poder aquisitivo como, por exemplo, a montagem de shoppings centers e academias.

O mercado atua diretamente nos processos de turistificação dos espaços, podendo induzir os fluxos de visitantes para determinados lugares, ao mesmo tempo em que podem inibi-los para outros lugares (FRATUCCI, 2008). Destaca-se em Salinópolis a atuação muito forte da mídia na eleição dos lugares mais frequentados na cidade pelos turistas da capital do Estado. Diversas propagandas são difundidas indicando os lugares da moda e nos últimos anos o destaque tem sido as festas noturnas na principal praia do município, a praia do Atalaia, com a montagem de uma grande infraestrutura para o show de bandas nacionais e locais.

O terceiro agente de turistificação ocorre, através de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo. Nesse sentido o poder público atua com o intuito de fomentar a atividade e proporcionar condições básicas para que ela ocorra. Salinópolis é exemplo da atuação do poder público para consolidação a atividade turística. As grandes obras de acesso, por exemplo, tornou a cidade um dos principais destinos turísticos do Pará.

O último agente, os habitantes locais, ainda de acordo com Fratucci (2008) possuem dois elementos vitais para o turismo: a posse da terra e a força de trabalho. Esses agentes devem ser considerados na análise de produção do espaço de Salinópolis, considerando que muitos foram segregados à áreas periféricas da cidade em função do repasse de suas terras ao turismo, principalmente aquele que se localizava em áreas próximas ao litoral, e, além disso, deve-se considerar a utilização da força de trabalho, para suprir as necessidades do turismo de segunda residência.

Muitos equipamentos de infraestrutura voltados para atender o turismo foram inseridos na cidade objetivando desenvolver essa atividade, entretanto em alguns casos destoando da realidade local, basicamente no que se refere a realidade da comunidade.

Desse modo, o espaço em Salinópolis é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade

e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e seus habitantes (SANTOS, 2001).

Para melhor compreensão da produção espacial do município de Salinópolis é de suma importância compreender como esta localidade se consolidou como destino turístico e o que isso gerou de consequências socioespaciais, o que será apresentado no tópico a seguir.

2.2 O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DE SALINÓPOLIS EM DESTINO TURÍSTICO E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIOESPACIAIS.

Salinas quero viver um sonho. Viver no paraíso do mar, vivi. Quem não passou por aqui ainda não pode morrer (Carlos Leal, 1999).

O processo de transformação de Salinópolis em destino turístico pode ser evidenciado no final XIX, quando o governador Lauro Sodré em 01/07/1892 incluiu em uma de suas metas a conclusão da Estrada de Ferro de Bragança e a extensão desta estrada até Salinópolis, demonstrando o interesse do Estado em melhorar o acesso ao município e tornar o espaço um local de contemplação e lazer. Porém, de acordo com Brito (2008), construção do ramal ferroviário de Salinópolis só ficou na intenção, sob o argumento de que traria um aumento de custos para o Estado.

Seguindo essa lógica do Estado em transformar o espaço urbano de Salinópolis para o turismo em 1936, ocorre a construção do primeiro hotel, chamado “Hotel Atlântico”, hoje conhecido como Hotel Salinópolis (foto1), obra realizada pelo governo do Estado do Pará.

A foto1 ilustra a localização estratégica do primeiro hotel no município, localizado na Avenida Beira Mar, as proximidades da praia do Maçarico como primeira iniciativa de atrair visitantes para desfrutar das belas paisagens e enquadrar a cidade nos roteiros turísticos do Estado.



Foto 1: Hotel Salinópolis – Primeiro hotel da cidade.
Fonte: SOUZA, D. – Junho 2011

No ano seguinte, em 1937 foi concluído o acesso à estrada Capanema-Salinópolis, na qual de acordo com Brito (2004) a estrada sem pavimentação, oferecia alguns riscos devidos, ao longo de seu percurso e ao fato de haver necessidade de atravessarem-se igarapés em pontes com pouca segurança.

Segundo França (2008) em 1940 a viagem de Belém a Salinópolis, passa a ser feita por alguns ônibus de particulares que faziam linha semanal nesse trajeto até 1974, quando a PA-124 recebeu capeamento asfáltico e passou a ter linha regular de ônibus, através da empresa Boa Esperança reduzindo o tempo de viagem para aproximadamente três horas.

A cidade de Salinópolis se constitui em destino turístico, de fato, acompanhando um fenômeno que vinha ocorrendo em outras cidades litorâneas do Brasil a partir da década de 1960, quando tem início a procura e construção de casas de segunda residência para hospedagem durante as férias e feriados prolongados (FONTELES, 2004).

A consolidação de Salinópolis como destinação turística esteve relacionado também como parte do movimento da metrópole paraense na busca por um novo destino de veraneio, assim como ocorrera com o distrito de Mosqueiro no final do século XIX início do século XX⁴. Salinópolis é apresentada na segunda metade do

⁴ A esse respeito ver RIBEIRO (2007)

século XX como o mais novo balneário paraense, onde é possível se defrontar com o mar em local de repouso e tranquilidade contrastando com a Ilha de Mosqueiro, considerada a partir desse período uma “Vila modernizada”, conforme Anexo A. A localidade apresentava-se diferente por está localizada as margens do oceano, o que impulsionou a elite paraense a eleger o município como principal balneário do Estado, o que veremos adiante com o fenômeno das segundas residências.

A transformação da cidade em Estância Hidromineral no ano de 1966 impulsionou a atuação do poder público no setor político-econômico para a agência balnear, incentivando o veraneio e o turismo. É neste período que se observa a intensificação da urbanização da cidade e melhorias das instalações e dos serviços públicos de saúde, ensino e lazer voltado para o veraneio.

A intensificação das políticas públicas voltadas para o turismo a partir da década de 1990 no município de Salinópolis baseia-se no modelo de *cidade-mercadoria*, pois o Estado passa atuar de forma empresarial na cidade procurando construir a imagem de uma cidade turística com a intenção de atrair não só o turista doméstico⁵, mas também turistas de outras localidades do Brasil e do mundo.

Com o objetivo de inserir o município no roteiro do turismo brasileiro, o Estado passou a investir em obras que revelassem “Salinas” como potencial turístico comparável as maiores destinações turísticas do país.

Seguindo a lógica de planejamento e desenvolvimento do turismo do Projeto “Beija-Flor” do Governo do Estado, a cidade de Salinópolis foi inserida no polo Belém/Costa Atlântica, porém, após o diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Turístico do Pará este polo foi desmembrado em função das características diferenciadas dos recursos e das demandas observadas. Assim, o município passou a fazer parte do polo Costa Atlântica (atualmente denominado Amazônia Atlântica).

O interesse em priorizar a classe empresarial pode ser notado nos conteúdos do Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (2001). Esse plano aponta que a infraestrutura do município, naquele período, passava por problemas como deficiência no abastecimento de água, principalmente nos períodos de alta estação, quando o consumo é sempre maior. Também em relação ao lixo urbano havia insuficiência de carros para a coleta do material, o que se agravava ainda mais nos períodos sazonais.

⁵ Turismo Doméstico: Segmento do turismo praticado em áreas próximas ao local de residência, em geral no mesmo Estado ou Região, mas também pode ser caracterizado no âmbito nacional. (EMBRATUR/2000)

Segundo Brito (2008), a partir de 2004 foram realizadas algumas melhorias na infraestrutura destacando a instalação de uma caixa de água com maior capacidade de armazenamento, o que reduziu consideravelmente o problema do abastecimento de água, mesmo em períodos de alta estação, conforme relatório da Prefeitura de Salinópolis. Além disso, deve ser destacado também o convênio firmado em 2003 com o Governo Federal, através da Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 256,000,00 (duzentos e cinquenta e seis mil reais) com contrapartida de R\$ 108,000,00 (cento e oito mil reais) da prefeitura, para a realização de um aterro sanitário moderno com data de conclusão para 2013, onde deveria realizar a tarefa de receber e tratar o lixo produzido na cidade. Com cerca de 80% da sua obra concluída (2011), o aterro sanitário está localizado a cerca de dois quilômetros na vila Itapeua, 500 metros adentro da estrada que leva à vila de Cuianara. Entretanto, diversos problemas de instalação foram encontrados revelando que o aterro sanitário ainda não possui as instalações e técnicas adequadas para o tratamento dos resíduos. De acordo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Salinópolis, alguns itens necessários para ser considerado um aterro já foram realizados como a tubulação para a captação do chorume e captação de gases, mas ainda há muito o que fazer e o grande problema é a falta de recursos, atrelado a isso destaca-se a grande quantidade de lixo gerada pelo turismo.



Foto 2 – Lixão de Salinópolis
Grande quantidade de resíduos destinados em local não adequado.
Fonte: SOUZA, D. Maio 2011

Nunes (2012) afirma que o projeto foi parcialmente construído, porém no momento estão sendo depositados resíduos sólidos do município pela prefeitura municipal, bem como dejetos sanitários diretamente no local, escoando para o rio e consequentemente desaguando para o mar.

A destinação da grande quantidade de lixo é hoje um dos principais problemas de muitas cidades brasileiras, e em Salinópolis é agravado pela intensa circulação de pessoas e mercadorias no período de alta estação. O local de destinação do lixo obedece a lógica de muitas cidades turísticas, bem afastado do centro e das atrações, e dessa forma, busca preservar a imagem de uma cidade organizada e esteticamente favorável ao lazer.

A busca da imagem de “cidade-modelo” (SANCHES, 2001) voltada para o turismo influenciou diretamente nas principais intervenções urbanísticas de Salinópolis com intuito de construir uma paisagem urbana positiva da cidade. Neste contexto foram construídas nos bairros centrais ou próximos as principais praias da cidade alguns equipamentos de infraestrutura turística, dentre eles destacam-se: A Orla do Maçarico (2000), Urbanização da Orla do Atalaia (2004) e a Reforma da Fonte do Caranã (2004). Os projetos passaram a ilustrar uma cidade com potencial de turismo urbano para atender o mercado de turismo de massa que procura belezas naturais, mas também comodidade e conforto.

O discurso do Governo na implantação das “melhorias” e embelezamento de algumas áreas da cidade estava baseado na geração de emprego e renda à população, pois tais melhorias iriam aumentar e diversificar a demanda de turistas, visto que a principal demanda era constituída da capital do Estado ou do interior por possuírem moradias de segunda residência ou alugarem residências durante o período de férias escolares ou feriados prolongados. Esta realidade não se mostra diferente nos dias atuais (ver tabela 4), pois quase 46% dos turistas que visitam a cidade são oriundos do Pará.

Tabela 4 - PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS

RESIDÊNCIA PERMANENTE TURISTAS NACIONAIS (%)	
BRASIL	93.84
PARÁ	45.83
MARANHÃO	7.9
MANAUS	6.6
GOIANIA	5.8
TOCANTINS	4.16
MINAS GERAIS	4.16
SÃO PAULO	3.75
BRASÍLIA	2.9
BAHIA	2.9
FORTALEZA	2.08
RIO DE JANEIRO	2.08
PIAUI	1.66
TEREZINA	1.25
RECIFE	0.83
CURITIBA	0.83
PORTO VELHO	0.4
RIO GRANDE DO NORTE	0.4
MACAPÁ	0.4
SANTA CATARINA	0.4
BOA VISTA	0.4
TURISTAS DE FORA DO PAIS	
BOLÍVIA	1.25
EQUADOR	1.25
VENEZUELA	0.83
CUBA	0.83
FRANÇA	0.4
ESTADOS UNIDOS	0.4
PERU	0.4
COLOMBIA	0.4
PORTUGAL	0.4
FRANÇA	0.4
BEIRUTI	0.4
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa de Demanda Turística de Salinópolis –PARATUR/ 2010

Os investimentos públicos impulsionaram a propagação de imagem de cidade turística, através de projetos que valorizaram os atrativos naturais da cidade incentivando a prática do turismo. Assim, as estratégias dos investimentos em Salinópolis são realizadas a fim de contribuir para formação de uma paisagem estética favorável de cidade turística padronizando os espaços destinados ao consumo de lazer.

A ênfase da atuação do poder público destinando a maior parte dos investimentos da cidade aos principais atrativos, conforme podemos observar na análise dos investimentos dos recursos públicos, evidencia o *city marketing* por meio da

propagação da imagem que valoriza parcelas específicas do espaço local em detrimento do conjunto da cidade.

Desse modo, assim como ocorre em outras cidades do litoral brasileiro, a paisagem urbana em Salinópolis é utilizada para o consumo, onde o cenário tem sido modificado para atender a demanda turística considerando a imagem de determinados locais da cidade uma “verdadeira síntese do todo”:

A imagem turística possui um destacado papel na reestruturação das cidades, adequando a dimensão simbólica às transformações territoriais estabelecidas pela produção turística. Os discursos do poder público proclamam a importância do turismo para o desenvolvimento da cidade, considerando determinadas paisagens urbanas como significativas para a atividade. Nesse sentido, a produção turística estimula processos de seletividade, funcionalização, especialização e mudanças no uso do solo em áreas específicas do espaço local (LEANDRO, 2006 p. 13).

As intervenções urbanísticas estimularam a propaganda e divulgação da cidade através de folhetos e revistas de domínio do poder público. Salinópolis passa a ser divulgada como a principal estação balneária do Pará. Campanhas do tipo: “Salinas o encanto da Amazônia Atlântica” passaram a compor o principal slogan de divulgação da cidade, tendo com principais atrativos a praia do Atalaia e a Orla do Maçarico.

Na revista Pará Turismo de julho de 2003 a principal reportagem corrobora com essa ideia com o título: “*Ao sol da atlântica: à margem do Atlântico, a Salinas desponta com ótima infraestrutura para o turismo, com hotéis e restaurantes*”. Evidenciando a propaganda que destaca a infraestrutura da cidade.

A atuação do poder público demonstra a preocupação em apresentar uma cidade com uma paisagem urbana adequada para receber o turista. Esta preocupação vem sendo persistida pelos governos subsequentes com a manutenção dos equipamentos e ampliação da infraestrutura turística e desse modo, generalizar o discurso do desenvolvimento.

A expansão urbana em decorrência do turismo gera na cidade, além da agitação e poluição, o anseio de espaço de natureza e do mar, iniciando o que segundo Madruga (1992), chama-se litoralização efetiva. Este autor revela que a litoralização envolve o aumento na intensidade das relações econômicas e socioculturais das sociedades humanas com o litoral e o mar. As intervenções urbanas na cidade de Salinópolis

voltadas para atender as demandas turísticas são potencialmente geradoras de diversos problemas e conflitos socioambientais que vêm sendo analisado por diversos autores⁶.

Em 2001 Salinópolis foi avaliada pelo Plano de Desenvolvimento Turístico do Pará como cidade de infraestrutura urbana bastante desenvolvida e a única cidade do Polo Amazônia Atlântica que apresentava serviços turísticos com um mínimo de qualidade.

A avaliação do PDT/PA dos principais recursos para o turismo no polo Amazônia Atlântica, destacou as praias oceânicas como principal recurso turístico (ver tabela 5), determinando o tipo de turismo de sol e mar. Todavia, tais recursos foram avaliados como atrativo alto apenas no mercado doméstico e regional, sendo que não se revela como atrativo principal ao mercado nacional, ou seja, o visitante de fora da região não se desloca ao Pará tendo como principal motivo a visita desse recurso turístico.

TABELA 5 - AVALIAÇÃO DOS RECURSOS TURÍSTICOS DO POLO COSTA ATLÂNTICA EM FUNÇÃO DOS MERCADOS GEOGRÁFICOS

Recursos	Categoria	Mercados Geográficos			
		Doméstico	Regional	Nacional	Internacional
Praias	P	IIII	II II	II	
	C				
Ilhas	P		II II	II II	
	C	II II			
Cultura (danças folclóricas e patrimônio histórico)	P	II II			
	C		II II	II	

P: recurso principal, com potência e capacidade para atrair visitantes por si mesmo

C: recurso complementar, interessante para ser visitado, mas sem força para motivar uma viagem por si mesmo.

IIII Atrativo alto III Atrativo médio II Atrativo baixo

Fonte: PDT/PA/2001

A tabela 5 confirma o principal segmento de turismo realizado no município de sol e mar, também frequente em toda região do salgado paraense. Este segmento tem como principal recurso a praia, mas não possui outros atrativos ligados a outros segmentos do turismo.

⁶ Ver Adrião (2003), REIS, M. C. & MENDES (2001).

2.3 O FENÔMENO DAS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS E A INSERÇÃO DAS PRÁTICAS E SIMBOLOGIAS METROPOLITANAS.

As segundas residências são identificadas pelo IBGE (2000) como domicílios de uso circunstancial e particular permanente que na data de referência serve ocasionalmente de moradia, ou seja, usado para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que na data de referência seus ocupantes ocasionais estivessem.

Para Tulik (2001), a concepção da residência secundária contrapõe-se a de residência permanente, pois o usuário da segunda residência deve, obrigatoriamente, morar em outro domicílio, considerado principal, desse modo, o morador temporário ocupa esse espaço por períodos mais ou menos prolongados em função do tempo livre, da disponibilidade financeira e da distância do domicílio principal.

De acordo com Seabra (1979) a primeira residência responde a mais elementar necessidade de habitar, morar, de ter abrigo em que se pese as diferentes formas existentes de satisfazer essas necessidades. A segunda habitação foge a qualquer entendimento dessa natureza.

Para a OMT (2008), a segunda residência é uma propriedade utilizada para fins de veraneio e turismo e nesse espaço são oferecidos serviços relacionados com o turismo e, conseqüentemente consumidos pelo visitante local.

O turismo de segunda residência no litoral brasileiro partindo da capital para os municípios litorâneos passou a ter grande desenvolvimento, a partir da revolução industrial brasileira na década de 1960 quando o Estado impulsionou o turismo, através de ações que facilitaram o acesso a esses espaços.

Segundo Corbin (1989), o litoral adquiriu importância não apenas como meio natural, mas também como fator econômico e social. Desse modo, o litoral passou a ser objeto de pressões industrial, urbana e turística causadas pela ocupação desordenada e degradação do ambiente.

A urbanização de Salinópolis foi de suma importância para a escolha da elite paraense na construção da cidade como balneário. A localização geográfica do município com praias de água salgada, banhadas pelo oceano Atlântico despertou certo fascínio pelas famílias de maior poder aquisitivo da capital paraense que passou a eleger o lugar como a “moda” do turismo de férias.

Salinópolis, portanto, foi se constituindo como uma cidade turística a partir da década de 1960, quando a população com melhor poder aquisitivo do Pará, principalmente da capital, passou a entrever no município o local ideal para construção de casas para o veraneio:

As décadas de sessenta e setenta foram prósperas no que se refere à corrida para a construção de casas de veraneio e para o incremento da urbanização balnear. Épocas em que o governo investiu com políticas voltadas para a região, no sentido de reorganizar a cidade para sede balnear, remanejando os moradores locais para novos bairros que vão surgindo nas periferias, mudando e melhorando a condição do mercado municipal, dos estabelecimentos de saúde, instalando hospital e ensino de 2º grau, incentivando projetos agrícolas etc., ampliando os serviços da cidade. Observamos que os planos de governo nos aspectos sociais, desde os setores de saúde; educação; infraestrutura (iluminação, transportes rodoviário e fluvial); econômicos até no que se refere ao abastecimento, estão voltados para a urbanização balnear (ADRIÃO, 2003 p. 38).

Neste período de acordo com a autora, observam-se as primeiras ações do poder público voltado para reorganizar a cidade para o turismo. A busca por casas de veraneio incentivou a aceleração do processo de urbanização turística na cidade. O poder público passou a investir em obras que facilitassem o acesso aos principais atrativos turísticos e desse modo, as intervenções urbanas passam a ser direcionadas para atender a demanda do turismo.

Um fator interessante que já foi destacado anteriormente, é o fato da Ilha de Mosqueiro, até o início do século XX ser considerado o principal balneário paraense, começa a perder esse posto a partir da promulgação de “Salinas” como local tranquilo diferente do espaço de Mosqueiro, já considerado agitado e “muito civilizado”, conforme destacado no Anexo A.

O fenômeno das segundas residências representou um dos principais vetores de ocupação do espaço litorâneo de Salinópolis. A cidade conhecida por possuir um dos mais belos litorais paraenses, favoreceu a emergência do turismo como principal fonte econômica. A intensificação da atividade turística a partir da década de 1970 gerou uma elevação no preço do solo convertendo áreas rurais em áreas urbanas (REIS e MENDES, 1997).

Desse modo, àquela localidade considerada tranquila no início dos século XX, passou também pelo mesmo processo de transformação na Ilha de Mosqueiro, passando a se “modernizar” através do advento de diversos serviços urbanos para atender as expectativas da elite paraense.

Assim, a urbanização turística desordenada gerou muitos problemas a comunidades locais como conflitos sociais e mudanças no padrão de comportamento, causando danos ao espaço urbano e à qualidade de vida das populações locais.

Com o processo de urbanização balnear e a intensificação da segunda residência ou casa de veraneio, há um remanejamento dos moradores locais em nome de uma pretensa “ordem urbana” necessária a prática do veraneio. Esta nova ordem urbana implica no afastamento e/ou substituição das casas de familiares locais, de baixa renda, para a periferia e a instalação de casas de veraneio, prédios de apartamentos e condomínios de alto padrão, destinados a veranistas com maior poder aquisitivo. (ADRIÃO, 2003 p.36)

Atualmente, a cidade de Salinópolis assim como ocorre em outras cidades brasileiras situadas à beira-mar possui grande parte de sua orla marítima ocupada por mansões luxuosas, hotéis e equipamentos de restauração⁷, conforme podemos ver no mapa 3, onde é possível perceber grande parte da orla urbanizada e ou planejada para a atividade turística.

⁷ São equipamentos de restauração as infraestruturas relacionadas à alimentação como restaurantes, bares, lanchonetes, entre outros (CRUZ, 2003)



Mapa 3 – Mapeamento do uso do solo na orla do município de Salinópolis.
Fonte: Projeto Orla (2008)

A praia do Maçarico localizada no centro da cidade foi o primeiro local de concentração das casas de veraneio (ver fotos 3 e 4). A orla passou a exercer um deslumbramento a muitas famílias da elite paraenses que passaram a almejar a aquisição de casas de veraneio em frente ao oceano atlântico.



Foto 3 – Casa de Veraneio – Av. Beira Mar – Praia do Maçarico
Início da ocupação da orla por casas de 2ª residência
Fonte: SOUZA, D. – Junho 2010

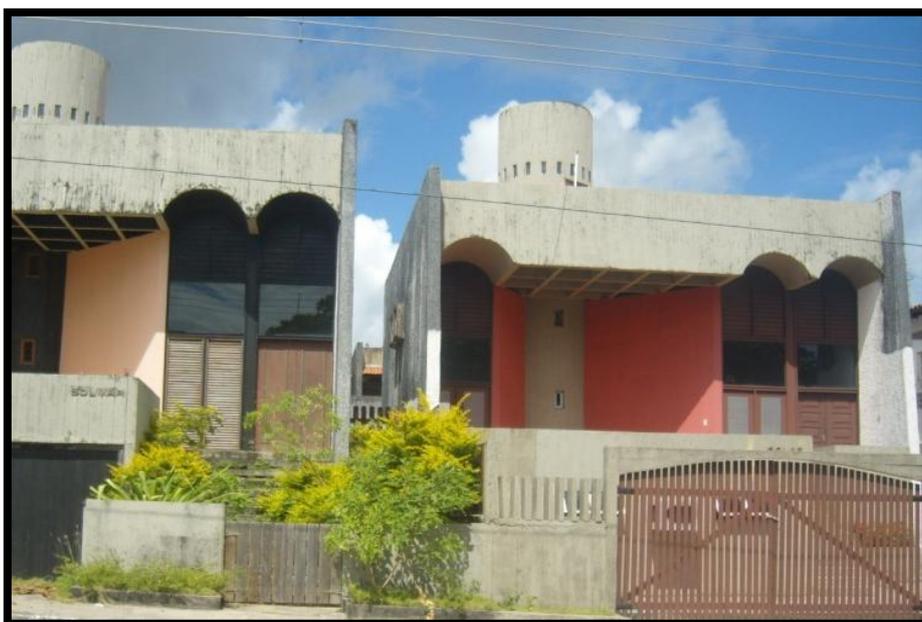


Foto 4– Casas de Veraneio – Av. Beira Mar – Praia do Maçarico.
Construções da década de 1970
Fonte: SOUZA, D. – Junho 2010

As fotos 3 e 4 representam as ocupações da Praia do Maçarico na década de 1970 localizadas a frente do Oceano Atlântico, caracterizando o início da ocupação da costa litorânea de Salinópolis por casas de veraneio. Essas residências passam boa parte do ano desocupadas. As fotos tiradas durante o mês de junho (período de baixa estação) ilustra o modelo de ocupação voltada exclusivamente para o lazer periódico, que ocorre principalmente no mês de julho considerado o verão paraense.

A Avenida Beira-Mar localizada as proximidades da praia do Maçarico representava na década de 1960 o principal destino das construções das casas de veraneio, pois neste período era permitida a circulação de carros na praia e era a costa litorânea mais frequentada da cidade em virtude da maior facilidade de acesso.

Atualmente, a Praia do Maçarico é mais frequentada à noite em virtude da concentração de serviços turísticos nesta praia como os restaurantes, feiras e shows noturnos. O posto de praia mais frequentada durante o dia passou a ser ocupada pela praia do Atalaia a partir da década de 1970.

A praia do Atalaia localizada na ilha de mesmo nome passou a ser ocupada para o turismo a partir da década de 1970 com a construção da rodovia que liga o centro de Salinópolis até a praia (atual PA 444), pois antes desse período o acesso só era realizado por embarcações que saíam da Praia do Maçarico.

A abertura da rodovia ligando a Ilha do Atalaia ao centro da cidade de Salinópolis favoreceu o início do processo acelerado de ocupação desordenada do solo e especulação imobiliária. Além dos atrativos naturais da praia, o fato de ser aberta a circulação de carro passou a atrair grande número moradores temporários incentivando a construção de casas modernas e luxuosas à margem da praia (ver foto 5 e 6).

A ocupação foi sendo realizada tanto a faixa da praia, quanto em terrenos de terra firme, onde há uma série de loteamentos e residências de veraneio. A maior concentração de residências está localizada no setor NW (área mais erosiva). No setor NE a ocupação se dá, sobretudo, para fins comerciais (pousadas, bares e restaurantes).

Além dessa ocupação, outros bairros e avenidas foram sendo ocupados por residências de veraneio (conforme foto 7) para além das áreas de dunas. Essas residências passam grande parte do ano fechadas, e grande parte delas servem como meio de renda para população local, que são utilizadas através de serviços de caseiros e domésticos.



Foto 5 – Casa de Veraneio - Ilha do Atalaia – Praia Farol Velho
Fonte: Souza, D.- Junho 2010



Foto 6 – Casa de Veraneio- Ilha do Atalaia – Praia Farol Velho
Privatização da Praia através das casas luxuosas
Fonte: Souza, D. – Junho 2010

As fotos 5 e 6 demonstram as ocupações luxuosas na praia do Farol Velho, caracterizando o turismo de segunda residência usufruído principalmente pela classe média alta do estado do Pará . As construções revelam um padrão de ocupação do litoral baseado no requinte usufruído por classes de maior poder aquisitivo. Nesta área da praia

do Farol Velho, observada nas fotos, não há barracas de comercialização de alimentos, possibilitando, assim, uma maior tranquilidade aos frequentadores e moradores temporários (SOUZA, 2011).



Foto 7 – Casa de Veraneio- Bairro Centro
Ocupação das áreas mais distantes da orla
Fonte: Souza, D.- Maio 2010

A foto 7, evidencia a ocupação de outras áreas da cidade um pouco afastada da Ilha do Atalaia, mas em uma área nobre por está localizada as proximidades dos principais serviços e da Orla do Maçarico, no bairro Centro. Na imagem podemos constatar que durante os períodos de baixa estação as casas ficam ociosas, evidenciando o modelo de turismo de veraneio.

Em 1980 o município contava apenas com 04 estabelecimentos hoteleiros, além de algumas pensões. A partir dos anos de 1990 com a intensificação da atuação do Estado nas melhorias urbanas do município por meio de investimentos maciços em infraestrutura urbana, houve uma expressiva transformação na imagem da cidade impulsionando a construção de hotéis e equipamentos de lazer. Atualmente, o município dispõe de 27 (vinte e sete) estabelecimentos de hospedagem catalogados pela PARATUR, além de pequenas pousadas e hotéis em construção.

A partir de 1990 o município de Salinópolis se consolidou como principal cidade paraense de veraneio voltada para o turismo balnear, estimulando, portanto, a especulação imobiliária e novos investimentos (ver fotos 8 e 9).

A concentração desses investimentos passou a ser em torno das proximidades das praias do Atalaia e do Farol Velho. A construção de condomínios de luxo representa na atualidade o principal modelo de ocupação do local.

Estas ocupações ilustram a atual tendência de ocupação das praias brasileiras voltadas a proporcionar ao “morador temporário” o mesmo conforto das grandes cidades (FONTELES, 2004). Diferenciando-se dos grandes centros urbanos devido ao fato de proporcionar a este morador o contato com a “natureza”, causando uma falsa ideia de “conforto e bem estar ambiental”.



Foto 8 – Condomínios de luxo na Ilha do Atalaia
Ocupação da área de dunas
Fonte: www.salinastur.com. BR



Foto 9 – Condomínios de Luxo,
Processo de verticalização na Ilhado Atalaia
Fonte: www.salinastur.com.br

As fotos 8 e 9 explanam os modelos de condomínios construídos na região, muito semelhante às construções das grandes cidades. A ilustração 9 nos revela uma tendência observada nessas construções: o processo de verticalização, demonstrando a visão mercadológica dos empreendimentos na cidade procurando retirar o máximo de aproveitamento econômico da ocupação do solo, conforme já foi apresentado em trabalhos anteriores.

Entretanto, a expansão dos condomínios na ilha do Atalaia vem gerando diversos problemas ambientais. De acordo com Matta (2001), a ocupação desordenada já apresenta seus efeitos nocivos como a contaminação das águas subterrâneas provocada por construções irregulares. Segundo o autor, a água retirada dos poços construídos em residências, hotéis e pontos comerciais é imprópria para o consumo e representa um grande problema para os órgãos de saúde. Destaca ainda que na região de Salinas, o aquífero superior está comprometido pelo processo de salinização das águas. Obras como o calçamento da orla da praia do Maçarico e a construção de hotéis estão contribuindo para esse processo, pois os aquíferos são abastecidos com a água da chuva e como a área ficou impermeabilizada por essas construções, a penetração da água diminuiu consideravelmente. Com menos infiltração de água doce, a cunha salina vai penetrando na água tornando-a salgada e imprópria para consumo.

A inserção das casas de segunda residência intensificada a partir da década de 1960 num primeiro momento representava a busca por um balneário para o conforto e

de uma vida simples e tranquila, como é bem evidente no anexo A. Todavia, essa realidade começa a ser modificada com instalação dos equipamentos urbanos e melhoria de acesso, intensificada no início da década de 1990, atraindo uma demanda de turistas ávidos pela natureza do lugar, mas que não dispensam o conforto urbano típico da capital.

Essa realidade começa então a impingir em Salinópolis, características típicas da metrópole, com a instalação de serviços para agradar os turistas advindos da capital paraense. No mês de julho, considerado o principal período de visitação do município, quem visita Salinópolis, se defronta com diversos serviços que só ficam disponíveis nesse período, como a instalação de academias, shoppings centers, restaurantes. Além, de problemas típicos da metrópole: engarrafamentos, poluição sonora, lixo e badalação.

Toda essa reconfiguração no transporta para Salinópolis os traços típicos da metrópole, ocasionando a metropolização do espaço, onde de acordo com Lencione (2003) que vem impulsionando o novo fundamento do processo de urbanização, atribuindo características metropolitanas a espaços não metropolizados. Desse modo, o processo de metropolização do espaço produz no território características que até então eram exclusivas da região metropolitana, fazendo com que as práticas sociais e as identidades dos lugares fiquem condicionadas aos códigos metropolitanos (LENCIONE, 2003).

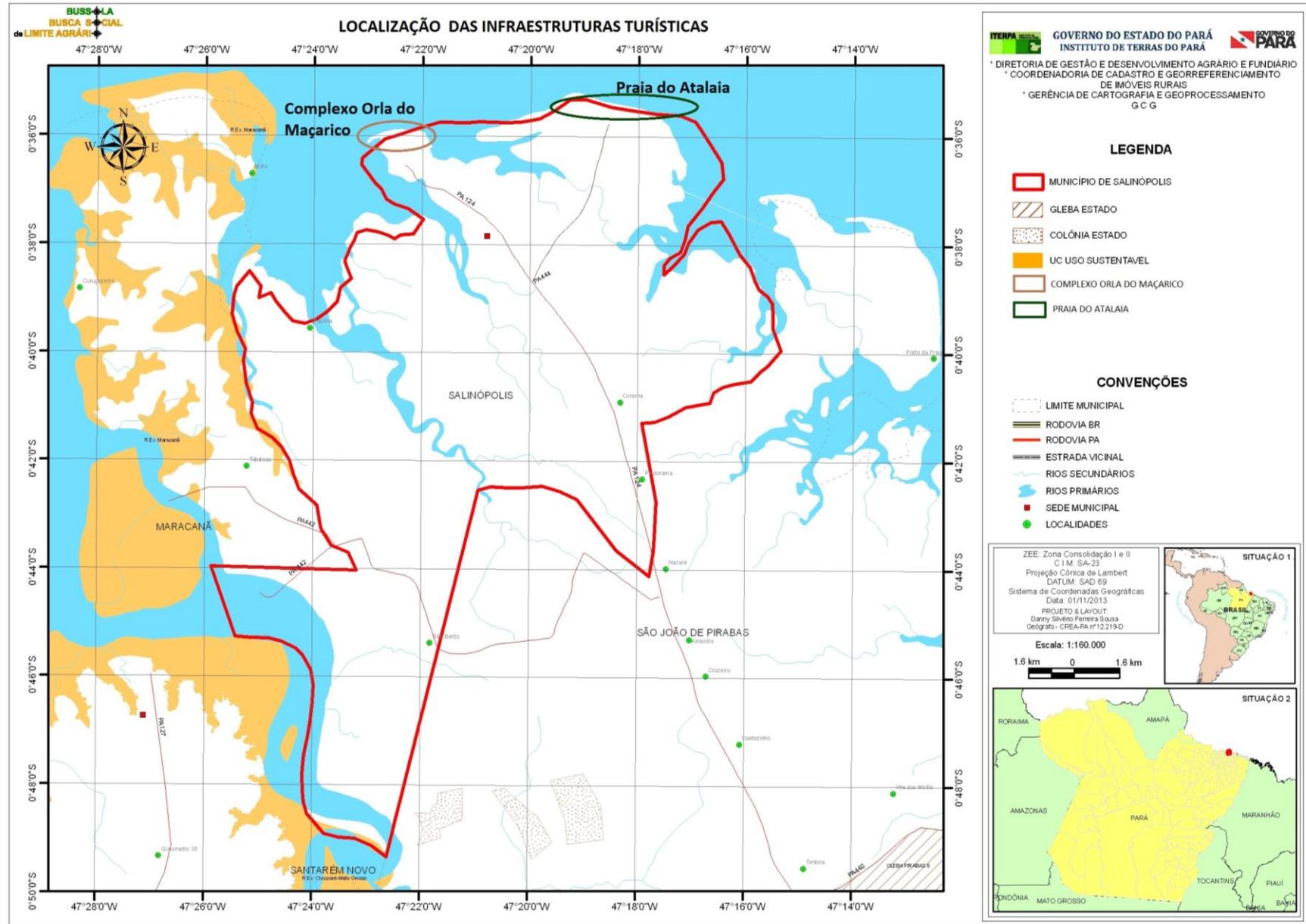
Essa metropolização é bem evidenciada nos dois principais atrativos turísticos de Salinópolis: Orla do Maçarico e Praia do Atalaia que são espaços de consumo do turismo e que implicam práticas e simbologias metropolitanas, e que são utilizados comumente pelo poder público estadual como referencia de desenvolvimento não só do turismo como também do próprio município, conforme veremos no próximo capítulo.

3. INFRAESTRUTURA TURÍSTICA EM SALINÓPOLIS: LIMITES E POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL.

A proposta desse terceiro capítulo é avaliar como as políticas públicas têm sido realizadas na cidade de Salinópolis a partir das obras de infraestrutura turística, bem como os recursos destinados para a manutenção desses equipamentos pretendendo avaliar a relação da instalação dessa infraestrutura com o desenvolvimento.

Para análise de atuação das políticas públicas na geração de desenvolvimento do município enfatizamos duas obras que se destacam como intervenções urbanas voltadas para o fomento do turismo. Essas obras são alvo das constantes atuações do Estado e da Prefeitura Municipal visando manter a imagem de cidade praiana urbanizada e com qualidade de vida ecologicamente correta, uma voltada para atração diurna e outra noturna: O Complexo Turístico Orla do Maçarico e a urbanização da Praia do Atalaia (mapa 3).

Este capítulo está estruturado em dois momentos: no primeiro, consta a descrição e análise das duas infraestruturas turísticas a partir das informações recolhidas junto às instituições oficiais e observações também realizadas ao longo da pesquisa no campo empírico. No segundo momento, constam novas descrições, embasadas nos dados levantados junto aos sujeitos desta pesquisa que são os agentes do lugar, os moradores locais e turistas, protagonistas que apresentaram suas impressões sobre a inserção das infraestruturas turísticas em Salinópolis.



Mapa 3 – Localização das infraestruturas turísticas
Fonte: ITERPA (2013), adaptado pela autora.

3.1. O PERCURSO DO TRABALHO DE CAMPO

A realização dos trabalhos de campo foi fundamental para a análise e verificação da hipótese da pesquisa. Para auxiliar a coleta de dados foram utilizados alguns instrumentos, como gravador, diário de campo, máquina fotográfica e folhas topográficas do município de Salinópolis.

O trabalho de campo direcionado a coleta de informação, registro de imagens e realização das entrevistas aos atores foi realizado em 04 etapas: a primeira e segunda etapas foram realizadas em maio e junho de 2013 quando foram coletadas informações no município através de visita nas secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Turismo, observação do preparativo da cidade para o mês de julho e onde foi possível ser coletado algumas entrevistas qualitativas com os moradores locais (ver apêndice A).

A princípio essa dissertação tinha a intenção de entrevistar as 12 associações e os secretários de meio ambiente, turismo e obras, todavia em virtude das dificuldades em encontrar esses representantes e a incompatibilidade de horários, optou-se também em selecionar alguns moradores residentes as proximidades das infraestruturas turísticas enfatizadas nesse estudo ou que tivesse alguma relação com a atividade turística na localidade.

A terceira etapa realizada na última semana de julho de 2013 foi dedicada para entrevistas com os turistas e observação da dinâmica do turismo na cidade. Devido a dinâmica da atividade turística e dificuldade em adquirir dispensa de tempo por parte dos turistas, que no período de férias querem usufruir principalmente do lazer, optou-se em realizar 30 entrevistas quantitativas e 9 qualitativa. (ver apêndice C e D). As entrevistas quantitativas foram divididas em: 15 aplicados na praia do Atalaia nos dias 27 e 28 de julho, no horário de maior visitação a partir das 15:00h e 15 aplicados no dia 26 de julho na Orla Maçarico a partir das 20:00h. A amostragem desse grupo foi feita por julgamento, onde segundo Mattar (1996) a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo, nesta amostragem o pesquisador usa o seu julgamento para selecionar os membros da população que são boas fontes de informação precisa. Desse modo, a seleção dos entrevistados nesse estudo foi feita pela própria pesquisadora considerando os locais de fluxos de turistas, enfatizando turista com mais de 18 anos e que estivessem em grupo.

As entrevistas qualitativas foram realizadas com turistas que utilizam a 2ª residência como recurso de hospedagem, que são turistas que possuem casas de veraneio no município (ver apêndice D), foram realizadas nas residências dos turistas após agendamento prévio e gravadas em equipamento digital. Nessas entrevistas o objetivo era indagar sobre a importância do turismo para a população local, principais locais frequentados, opinião sobre a dinâmica do turismo no município e sobre a relação entre as atividades turística e desenvolvimento. A amostragem foi feita por conveniência, segundo Mattar (1996) o pesquisador seleciona membros da população mais acessíveis, desse modo em virtude da facilidade de contato com alguns turistas de 2ª residência foram selecionados 5 no condomínio Atlântico Atalaia, 4 no bairro do Maçarico (Rua Miçirico Santa Brígida, atrás da Orla do Maçarico).

As entrevistas quantitativas com os moradores locais foram realizadas nos dias 29, 30 e 31 de julho de 2013 e amostragem foi feita também por conveniência com um grupo de 58 pessoas, moradores locais que foram selecionados pela conveniência de um trabalho realizado pela pesquisadora, que oportunamente realizava uma atividade correspondente a sua atividade profissional enquanto Técnica em Gestão Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. As entrevistas quantitativas contendo um questionário com perguntas estruturadas fechadas (ver apêndice B) foram direcionadas ao público com a idade média de 20 a 40 anos, com perguntas objetivas sobre a opinião da dinâmica do turismo no município e a relação com o desenvolvimento.

A quarta etapa do trabalho de campo foi realizado em janeiro de 2014 e foi destinada a coleta de algumas informações necessárias e entrevistas aos representantes das secretarias locais e de representantes das associações, nesta etapa do trabalho não foi possível a entrevista com o Secretário Municipal de Turismo de Salinópolis, foram realizadas entrevistas através de telefone ou e-mail, em virtude de algumas dificuldades particulares. No quadro a seguir é apresentado um resumo dos trabalhos de campo.

QUADRO 1: RESUMO – TRABALHOS DE CAMPO

Etapa	Período	Objetivo	Resultado
1º	07 a 10/05/2013 e	Observação empírica e coleta de entrevistas com os representantes das associações.	Registro de Imagens. Registro de informações no diário de Campo. Entrevistas qualitativas com 5 moradores locais.
2º	11 a 14/06/2013	Observação empírica e coleta de entrevistas com os representantes das associações.	Registro de Imagens. Registro de informações no diário de Campo. Entrevistas qualitativas com 2 moradores locais
3º	23 a 30/07/2013	Observação empírica do movimento da cidade no período de veraneio. Coleta de entrevistas com os turistas e moradores locais	Registro de Imagens. Entrevistas quantitativas com 30 turistas e 58 moradores. Entrevistas qualitativas com 9 moradores de 2º residência.
3º	20 a 23/01/2014	Coleta de entrevistas com os representantes das secretarias municipais locais e moradores locais.	Entrevista com representante da secretaria municipal de meio ambiente. Entrevistas com 7 moradores locais.
4º	28/02 a 03/01/2014	Registro de algumas imagens e coletas de algumas entrevistas com representantes de associações	Registro de Imagens. Contato de telefone e e-mail para realização de 04 entrevistas.

A pesquisa quantitativa foi utilizada na abordagem dos moradores locais, que residem próximo aos empreendimentos aqui analisados e os turistas frequentadores desses espaços. A abordagem aos entrevistados foi pessoal, as informações foram colhidas por meio de um questionário estruturado com perguntas claras e objetivas, garantindo a uniformidade de entendimento dos entrevistados.

- **Moradores Locais:** *Survey* com 58 entrevistas estruturadas, de caráter quantitativo, junto a moradores que moram as proximidades das infraestruturas turísticas aqui analisadas.
- **Turistas:** *Survey* com 30 entrevistas estruturadas, de caráter quantitativo, junto a turistas que se encontrassem no espaço da Orla do Maçarico ou Praia do Atalaia.

A pesquisa qualitativa foi utilizada em três categorias: moradores locais sendo representantes ou participantes de associações, turistas de 2º residência e representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A abordagem foi realizada por meio de entrevistas em profundidade, através de pré-agendamento do entrevistado sendo aplicada de modo individual, em local reservado, garantindo a concentração do entrevistado. Todavia, em virtude de algumas dificuldades de agendamento algumas entrevistas foram realizadas por telefone ou via e-mail:

- Moradores Locais: correspondendo a: 1 representante da Associação Vendedores Ambulantes de Salinópolis, 1 morador do bairro Novo, 2 moradores do bairro João Paulo II, 2 moradores do bairro Prainha, 1 representante da Associação de Moradores da área de AGRISSAL 1 morador do bairro São Vicente, 2 moradores do bairro Guarani 1., 1 representante da Associação dos Barraqueiros do Maçarico e Atalaia, 1 representante da Associação de Jardineiros e Caseiros de Salinópolis, 1 representante da Associação de Artistas Plásticos de Salinópolis.
- Turistas de 2º residência: Aplicação de 09 entrevistas semiestruturada, sendo 4 no condomínio Atlântico Atalaia, 2 no bairro Prainha, 2 no bairro Guarany.
- Representante das secretarias municipais de Salinópolis: 1 representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Nas entrevistas a identidade dos sujeitos foi preservada. Para facilitar o processo de identificação dos participantes desta etapa da pesquisa foi elaborado o seguinte quadro:

QUADRO 2 – SIGLA DOS ENTREVISTADOS

Entrevistado		Sigla
Representantes de Associações e/ou Moradores Locais		
1	Representante da Associação Vendedores Ambulantes de Salinópolis	RAVAS
2	Morador do bairro Novo	MBN
3	Morador João Paulo II (1)	MJP1
4	Morador João Paulo II (2)	MJP2
5	Morador do bairro Prainha (1)	MBP1
6	Morador do bairro Prainha (2)	MBP2
7	Representante da Associação de Moradores da Área do AGRISSAL	RAMAA
8	Morador Bairro São Vicente	MBSV
9	Morador do bairro Guarani (1)	MBG1
10	Morador do bairro Guarani (2)	MBG2
11	Representante da Associação dos Barraqueiros do Maçarico e Atalaia	RABMA
12	Representante da Associação de Jardineiros e Caseiros de Salinópolis	MBP
13	Representante dos Artistas Plástico e Artesãos de Salinópolis	RAAPAS
14	Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.	RSMA
Turistas de 2º Residência		
1	Turista de 2º residência Condomínio Atalaia Atlântico (1)	TCA1
2	Turista de 2º residência Condomínio Atalaia Atlântico (2)	TCA2
3	Turista de 2º residência Condomínio Atalaia Atlântico (3)	TCA3
4	Turista de 2º residência Condomínio Atalaia Atlântico (4)	TCA4
5	Turista de 2º residência Condomínio Atalaia Atlântico (5)	TCA5
6	Turista de 2º residência bairro Maçarico (1)	TBM1
7	Turista de 2º residência bairro Maçarico (2)	TBM2
8	Turista de 2º residência bairro Maçarico (2)	TBM3
9	Turista de 2º residência bairro Maçarico (4)	TBM4

É importante ressaltar que para analisar as mudanças provocadas pelo turismo em Salinópolis as estatísticas e informações que aqui serão apresentadas não serão suficientes. As bases reflexivas oferecidas por Marcelo Lopes de Souza (2006/2008), e por outros autores que buscam ultrapassar a concepção hegemônica do desenvolvimento baseado em dados econômicos e permitiu ampliar a discussão desse estudo. As estatísticas e opiniões revelam que existem por trás pessoas que vivem muitas vezes, em lados opostos. Enquanto para uns o lazer, e as políticas de turismo são destinadas para outros as ações e projetos governamentais e da iniciativa privada, são exclusas não usufruindo dos benefícios sociais do turismo.

3.2 COMPLEXO ORLA DO MAÇARICO

O Complexo Orla do Maçarico foi construída no bairro centro abrangendo duas praias: a praia do Maçarico e a praia da Curvina. As obras foram concluídas em dezembro de 2000 (foto 10) e foi financiada pelo governo do Estado, através do Projeto Novo Pará que tinha o turismo como um dos principais focos para impulsionar o

desenvolvimento econômico do Estado. A orla foi construída pela Secretaria Executiva de Transportes em uma área de quase 80 mil metros quadrados com o custo total de R\$ 6,5 (seis milhões e quinhentos mil reais) por meio da administração da PARATUR.

No complexo turístico foram instaladas praças de lazer e de alimentação, quadras de esportes, áreas de entretenimento, além dos 2 km de calçada e ciclovia (ver foto 11). Ao longo da orla foram colocadas esculturas de concreto na forma dos crustáceos caranguejo e camarão; da tartaruga marinha e do peixe corvina, siri e ostra. Foi instalado estacionamento para 3 mil veículos, estacionamento especial para ônibus, calçada com pedras portuguesas, sinalização de trânsito, arborização de coqueirais, placas de educação ambiental, 3 banheiros públicos, rampa para deficiente físico, canteiros de flores e caramanchões.



Foto 10 – Complexo Orla do Maçarico
Visão aérea da urbanização turística
Fonte: SETRAN/2001

As barraquinhas tradicionais de comercialização de produtos regionais foram mantidas no final do Maçarico, assim como a Praça de Alimentação Regional situada na mesma quadra. As sete barracas⁸ de múltiplo uso (ver ilustração 13) foram concedidas, através de processo de licitação, sendo que as principais empresas da área de alimentação da cidade de Belém, também se fazem presentes no espaço como por

⁸ Essas barracas estão localizadas em local privilegiado da orla (ver foto 13)

exemplo: Sorveteria Cairu, Companhia Paulista de Pizza, Espaço Verde. Proporcionando ao visitante desfrutar do “conforto” existente na capital do Estado.



Foto 11 – Orla do Maçarico, visão da ciclovía e calçadão.
Fonte: SOUZA, D. Junho 2008.



Foto 12 – Orla do Maçarico, visão placa calçadão.
Fonte: SOUZA, D. Junho 2013.



Foto 13 – Orla do Maçarico, barracas de comercialização.
Fonte: SOUZA, D. Junho 2013.

A importância deste empreendimento foi destacada no PDT/PA como principal equipamento de lazer noturno no salgado paraense, evidenciando a cidade de Salinópolis como o único município com infraestrutura de lazer voltado para a realização de atividades noturnas com empreendimentos (nas dependências ou próximo a orla) necessários para a realização da atividade do turismo, tais como: restaurantes, bares, supermercados, farmácias, lojas de confecções, postos de gasolina, agências, bancárias, lojas de materiais de construção, sorveterias, entre outros. Desse modo, a Orla do maçarico foi considerada um equipamento singular do Polo Amazônia Atlântica, isso porque nas demais cidades desse polo não existiam zoneamento de uso das praias, padronização dos equipamentos, recipientes de coleta de lixo, *play ground* para crianças, áreas específicas para esporte e desenvolvimento de atividades pós praia (alimentação, compras, entretenimento noturno).

Segundo dados da PARATUR (2001), entre os anos de 2000 e 2001, houve um *boom* na hotelaria de Salinópolis, resultando em um acréscimo de nove para 25 hotéis em apenas um ano, fazendo triplicar o número de leitos disponíveis no município; o que coincide com a pós-instalação do empreendimento.

A construção da Orla do Maçarico teve como preocupação dotar a cidade de equipamentos de lazer e restauração que possibilitasse opções de atratividade, além dos

recursos naturais possibilitando ampliar economicamente a atividade. Isso impulsionou ainda mais o turismo doméstico na cidade, valorizando o espaço como principal área de entretenimento e lazer. Outrossim, estimulou a vinda de novos empreendimentos.

Este empreendimento reflete a importância do processo de formação da urbanização turística voltada para atender exclusivamente as demandas do turismo, incentivando a divulgação de uma imagem de cidade turística com infraestrutura adequada e necessária para atender as expectativas e anseios dos visitantes. (SOUZA, 2011).

Todavia, obras desse porte revelam aspectos e elementos que em vezes destoam da realidade sociocultural e ambiental da cidade, tendo como consequência a descaracterização cultural. Para o Governo do Estado, entretanto, “compõem o cenário do importante ponto turístico do Pará, que dispõe de uma gigantesca estrutura urbanizada, integrada com a natureza e com a comunidade”⁹.

A exploração turística da cidade de Salinópolis passa a ser inserida em uma lógica de mercado centrado em vender a cidade com a promoção direta do governo estadual e municipal e apoio de políticas federais. A preocupação principal do Estado era, neste momento, transmitir a imagem de uma cidade urbanizada esteticamente favorável ao turismo, através de grandes intervenções urbanísticas na cidade.

Nas ilustrações 11 e 12 destacam-se dois pontos de referência da orla: a ciclovia e a barraca de múltiplo uso. Na primeira foto é ilustrado um equipamento voltado para as atividades físicas (ciclismo) na segunda é apresentada uma das principais barracas onde são comercializados alimentos, neste caso, uma pizzaria.

A primeira imagem revela a preocupação do projeto em possibilitar ao visitante a tranquilidade em realizar exercícios físicos com segurança e bem estar, através de uma área exclusiva para o tráfego de bicicletas.

É interessante notar que na placa em frente a barraca (foto 12) é ilustrada a frase: “*Preserve e proteja o calçadão ele é seu*”. Oportunamente questiona-se: “A quem pertence o calçadão, a comunidade? Ao turista? A ambos? Ou a quem, de fato, pode consumir o espaço?”.

Neste sentido, o que podemos observar é que este empreendimento foi criado para o turismo e para o turista, a população local o utiliza, mas não consegue ter o

⁹Fonte: Coordenadoria de Comunicação do Governo do Estado (2001), disponível em: <http://www.setran.pa.gov.br/noticias/noticia.php?cdnoticia=67> –

sentimento de pertencimento e identificação cultural, pois nos períodos de baixa visitação a orla fica ociosa e sem segurança não oferecendo conforto ao morador local:

Eu não gosto de vir para o Maçarico sem ser julho, é muito deserto e triste, não tem nada. Você já viu? Não tem uma viva alma, dá até medo. (MBVS)

Olha ultimamente agente ouvi falar que tem tido muito assalto por lá, eu já não gosto de ir pra lá, agora então, prefiro ficar em casa. Mas bem que poderia ter opção pra gente se divertir, lazer para as crianças da cidade, mas isso só em julho e feriadão, né? (MBG2)

Deve-se ressaltar que o registro fotográfico foi realizado durante o dia no início de mês junho (período de baixa estação) e que não foi identificado um fluxo intenso de pessoas na orla. Essa realidade é bem evidente, conforme registrado na foto 14, também no período noturno, conforme ressaltado por alguns moradores locais.



Foto 14 – Orla do Maçarico, noite.
Fonte: SOUZA, D. Junho/2013

Na pesquisa quantitativa com os moradores locais, quase 72% indicaram que não visitam a Orla em períodos de baixa estação, e o principal motivo foi a questão da insegurança. Além da população não usufruir do lazer que o lugar poderia propiciar, obras desse porte revelam aspectos e elementos que em algumas vezes fogem da realidade sociocultural e ambiental da cidade, tendo como consequência a descaracterização cultural.

O projeto teve preocupação com a transmissão da imagem de uma cidade organizada, higiênica, saudável e ambientalmente correta. As placas dispostas ao longo da Orla (ver fotos 15 e 16) evidenciam esta preocupação, que de acordo com Mello (2006) “[...] na perspectiva da Educação Ambiental tentam repassar uma imagem de equilíbrio entre a obra (intervenção urbanística) e os ambientes costeiros de mangues, praias e dunas que lhes servem de suporte; omitindo, como fica evidente, os impactos ambientais inerentes a essa forma de intervenção na natureza [...]” (MELLO, 2006, p. 18).

Na divulgação do projeto pela Secretaria Estadual de Transporte essas placas são destacadas com grande ênfase:

A sinalização turística -com padrão internacional- e a de educação ambiental é complementada por uma estrutura temática, concebida pelo arquiteto em esculturas de concreto na forma dos crustáceos caranguejo e camarão; da tartaruga marinha e do peixe corvina (SETRAN, 2000 p.2)

O discurso do Estado para implantação e apoio da comunidade local a esses projetos baseia-se no conceito de sustentabilidade, onde é repassada a ideia de harmonia com o meio ambiente e de minimização dos impactos à natureza:

Além das dunas, as praias do Maçarico e das Corvinas são formadas por vegetação e mangue, que, de acordo com o arquiteto, devem ser sempre preservados e intocados, para que seja mantida a estabilidade do local. A obra utilizou somente as áreas que já estavam impactadas, sem interferir na natureza. A das Corvinas, de areias muito brancas e dunas recentes, ainda em formação, será mantida em seu estado selvagem e está proibido qualquer tipo de construção (SETRAN, 2000 p. 2)

Entretanto, as criações de equipamentos urbanos do porte do Complexo Orla do Maçarico devem ser analisados no intuito de averiguar se a atividade turística realizada em Salínópolis possui, de fato, noções de sustentabilidade.

A contradição da noção de sustentabilidade fica evidente quando analisamos as ilustrações 15 e 16. Na primeira foto há uma preocupação em preservação do mangue, indicando ao frequentador a importância de conservação ambiental. Na segunda, porém, há a construção de uma ponte sobre o mangue que é utilizada para facilitar o acesso dos turistas à praia da Curvina.



Foto15 – Marketing Ambiental
Fonte: SOUZA, D. Julho.2013



Foto 16 – Ponte sobre o mangue – Praia da Corvina
Fonte: SOUZA, D. Julho,2013

Diante dessa contradição, imediatamente nos vem a questão: o Projeto foi pensado realmente com sustentabilidade? Qual a real necessidade de uma ponte sobre o mangue, seria apenas para fins turísticos?

O conforto e a comodidade que a orla proporciona ao visitante traduzem o modelo de turismo realizado na cidade com fins mercadológicos voltados para o consumo daqueles que podem pagar.

Outra preocupação do projeto está na tentativa de revelar características histórico-culturais da cidade idealizada, através dos nomes das barracas e dos grandes monumentos de concreto distribuído ao longo da orla, os quais demonstram a tentativa de revelar ao turista uma cidade com traços culturais marcantes. Tal idealização não foi constatada durante as entrevistas com os visitantes, revelando que essa tentativa não é de fato percebida.

Para BRITO (2004) o Estado com o afã de atender às estratégias do mercado descuidou-se da preservação das características ambientais e culturais locais, pois o que deveria ser valorizado enquanto espaço de particularidades, singularidades tenderam à homogeneização tornando a cidade estranha a seus próprios moradores.

Durante o mês de julho ocorre uma verdadeira reconfiguração no espaço, instalação de equipamentos e serviços para atender a demanda de mais de 200 mil turistas, a orla outrora desocupada e “sem vida” (como destacam alguns moradores) se transforma num espaço voltado para o consumo do turismo (fotos 17 e 18).



Foto – 17 - Orla do Maçarico: Propaganda Governo local.
Fonte: SOUZA, D. Julho/2013



Foto – 18 - Orla do Maçarico: Parque de diversão
Fonte: SOUZA, D. Julho/2013

A orla é a principal atração noturna da cidade no período de julho, todos os anos são programados neste período pela prefeitura em parceria com rádios da capital paraense shows no local (foto 19 e 20). Estes shows são realizados por artistas locais e de outras regiões do País atraindo uma grande quantidade de pessoas. O lugar serve de referência para os jovens de classe alta desfilarem com carros luxuosos com sonoridade elevada, tornando um verdadeiro distúrbio sonoro.



Foto 19 – Orla do Maçarico, Palco de atrações.
Fonte: Souza, D. Julho/2013



Foto 20 – Orla do Maçarico, Visão Noturna.
Fonte: Portal do Sal

Na foto 19 temos uma visão do palco durante o dia com a praça vazia e na foto 20 a ocupação da praça durante os shows noturnos. É importante destacar que a iniciativa da Secretaria de Turismo, através do Circuito Verão de Salinas 2013 com uma programação regional na Fonte o Caranã (foto 21) com a participação de artistas locais, uma alternativa de entretenimento noturno que valoriza a cultura local com as apresentações de grupos folclóricos, todavia essa programação demonstrou não ser muito atrativa para os turistas, pois grande parte dos frequentadores eram moradores locais.



Foto 21 – Atracção cultural na Fonte do Caranã
Fonte: Souza, D. Julho/2013

Todavia, essa iniciativa deve ser exaltada uma vez que valoriza o artista local e fornece uma alternativa diferente daquela oferecida no palco show da Orla Maçarico, devido sua importância, essa iniciativa necessita de uma maior divulgação para atrair um maior número de turistas.

A Orla do Maçarico por ser considerada a principal atração noturna da cidade é possível perceber que o Poder Público Estadual direciona para esta área grande parte dos recursos destinados para o desenvolvimento do turismo. Evidencia também o *marketing* político, uma vez que a cidade recebe cerca de 280 mil veranistas, sendo estes a maior parte do Estado do Pará como já constatamos na pesquisa de demanda turística.

As obras de reforma, pavimentação e recuperação da orla é algo evidente desde o anos de 1997, ano que iniciou a obra do complexo, conforme podemos constatar na tabela 6 , a foto 22 ilustra a utilização dos recursos do governo estadual na reforma da orla.



Foto 22 – Placa de informação da Reforma da Orla do Maçarico
Fonte: Souza, D. Julho/2013.

As obras de reforma iniciam em geral no mês de maio preparando a cidade para o mês de julho, mês que recebe uma grande demanda de turistas na cidade. Excepcionalmente no ano de 2013 diversas placas indicando reforma, pavimentação e execução de serviços foram visualizadas na cidade.

3.3 URBANIZAÇÃO DA PRAIA DO ATALAIA.

A praia do Atalaia, como já foi observado anteriormente, é a mais frequentada da cidade. Durante o período de férias a beira-mar fica lotada de veranistas (fotos 23 e 24). A proibição de veículos na praia do Maçarico na década de 1980 contribui para a grande concentração de veículos ao entorno e por ser a praia mais visitada, o poder público passou a atuar e a direcionar investimentos para facilitar o acesso dos visitantes a partir da década de 1970.

Na foto 23 demonstra a rampa de acesso do início da praia é possível perceber a grande quantidade de veranista, a foto foi realizada em um domingo de julho, este espaço do Atalaia é muito utilizado por turistas que não acessam a praia de carro, em geral são provenientes dos passeios de um dia e se deslocam ao município em ônibus fretado.



Foto 23 – Turismo de Massa na Praia do Atalaia
Fonte: SILVA, D. Julho 2011

Na foto 24 é possível observar o grande engarrafamento na saída da praia em virtude da maré alta, um grande transtorno causado pela grande quantidade de carros.



Foto 24 – Praia do Atalaia, carros na praia
Fonte: blogmanueldutra (Julho/2012)

No ano de 2003, grande parte dos recursos do Estado destinados ao município de Salinópolis foram direcionados para esta praia. Em agosto desse mesmo ano foi inaugurada a Urbanização da Praia do Atalaia (foto 25) com recursos do Governo do Estado do Pará e a realização foi por meio das Secretarias Especial de Integração Regional (SEIR) e Executiva de Transportes (SETRAN).



Foto 25 – Urbanização Praia do Atalaia
Fonte: Agência Pará, Julho 2005.

Esta obra foi realizada seguindo a lógica do Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará, através do Programa “Pará Atratividade”- Ação A-5: Embelezamento Urbano e Melhorias de Infraestrutura tendo como principal objetivo a melhoria da qualidade dos destinos turísticos com ampliação da infraestrutura.

De acordo com SETRAN o projeto envolveu a urbanização da Praia do Atalaia e do acesso ao Farol Velho (ver fotos 25 e 26), revitalização de 500m de pista dupla asfaltada até à praia com três faixas de tráfego e percurso todo iluminado, além de três rampas para o acesso de veículos, duas para pedestres e uma escada. O local passou a dispor também de banheiros masculino e feminino com 13 sanitários incluindo dois para portadores de necessidades especiais. No lado externo foram instalados 20 chuveiros e uma maloca para recepção aos grupos de banhistas.



Foto 26 – Rampa de acesso a praia
Fonte: MELLO, E. Agosto, 2008



Foto 27– Urbanização Praia do Atalaia,Coreto
Fonte: MELLO, E. Agosto, 2008

O projeto contemplou quem chega de carro e também os grupos de banhistas que se deslocam em ônibus fretados, através da implantação de uma área com estacionamento de 15 mil metros quadrados e capacidade para 100 ônibus, este espaço durante o mês de julho recebe uma grande quantidade de ônibus oriundos da capital do estado e também das cidades do interior, são os denominados piquenique conforme foto 28, que são aqueles visitantes que se destinam ao uso do espaço da praia, geralmente nos sábados ou domingos, permanecendo apenas durante um dia, não pernoitando na cidade.



Foto 28– Estacionamento de ônibus
Fonte: SOUZA, D. Julho/2013.

No Farol Velho foram executados 5 km de terraplenagem e revestimento primário nos acessos à praia e atalho no final do Atalaia. Foram plantados 2.500m² de grama esmeralda na rampa de acesso à praia, no estacionamento dos ônibus e canteiros centrais. Houve ainda a plantação de palmeiras Jerivá nos canteiros centrais e na área do coreto da praça, que recebeu dez bancos numa área planejada para contemplação da paisagem.

A urbanização da praia em 2003 facilitou ainda mais a circulação de veículos e acentuou a política do Estado no município baseada na tríade: urbanização, conforto e recursos naturais. Onde o turista e/ou visitante¹⁰ tem acesso ao “Encanto da Amazônia Atlântica” com seus atrativos naturais composto de dunas, lago e praia de água salgada com segurança e comodidade.

Esta obra vem corroborar que a atuação do poder público em Salinópolis, através das intervenções urbanísticas é direcionada para o consumo do turismo, a qual colabora na divulgação da imagem da cidade turística com infraestrutura adequada para atender a demanda de visitantes que desejam entrar em contato com a natureza sem abrir mão do conforto e segurança.

¹⁰ Aqui utilizado como o visitante que utiliza a praia através dos chamados “piqueniques” em geral realizado em um dia.

A Urbanização da Praia do Atalaia foi implantada sob o discurso de geração de emprego e renda e de atendimento aos anseios da população como destaca o governador à época:

O governador fez questão de dizer que a obra do Atalaia pertence ao povo do Pará. "Esta não é uma obra minha, é das pessoas que votaram no Jatene. Foi o voto dessas pessoas que fez com que esta obra acontecesse. O Governo apenas procura atender as necessidades e os sentimentos da população. Estamos honrando nossos compromissos de campanha", lembrou. (SETRAN, 2003)

Com o intuito de obter a adesão da sociedade aos projetos realizados para o turismo na cidade, o Estado elabora discursos com o objetivo de justificar a importância desta atividade para o desenvolvimento local. Entretanto, obras como estas evidenciam também o descaso com a cultura e com o meio ambiente. Pois esta invenção acelerou o processo de ocupação da Ilha do Atalaia e aumentou a quantidade carros nos meses de julho na praia, que evidenciam os problemas gerados pela urbanização turística.

O poema de Mone do Carmo (2008) demonstra um dos grandes problemas e conflitos na praia do Atalaia. A praia é a única que permite a circulação de carros, para quem gosta de comodidade torna-se um atrativo a mais, já para os ambientalistas é uma verdadeira agressão ao meio ambiente.

Intervenções como esta revelam a praia como local exclusivo de lazer e consumo. Evidencia o modelo adotado para o desenvolvimento do turismo nas regiões litorâneas do Brasil no qual segundo Coriolano (1996) raramente são acompanhados de um planejamento que vise à gestão território-ambiental dos espaços;

O turismo tem comprometido o meio ambiente por muitas razões. Considerado indústria e com objetivos puramente econômicos, colocando muito naturalmente o lucro como prioridade, tem desencadeado um violento processo de especulação imobiliária, uma supervalorização do solo litorâneo com construções de hotéis, estradas e infraestrutura de apoio que desrespeitam as normas e as leis ambientais (CORIOLANO, 1996 p. 99 - 100)

Neste sentido, a urbanização da praia do Atalaia evidencia a comercialização do lazer, através dos recursos naturais, no entanto vem comprometendo a preservação desses recursos, demonstrando um modelo de turismo comprometido com a quantidade

em detrimento da qualidade, ou seja, exclusivamente mercadológico. Além disso, um dos grandes problemas desse modelo de turismo é a grande quantidade de lixo produzido durante o período de veraneio (foto 29), onde segundo informações da secretaria Municipal de Meio Ambiente de Salinópolis, muitas vezes a prefeitura não consegue fazer o recolhimento de todos os resíduos causando, dessa forma, impactos ambientais ao principal produto de turismo da cidade.



Foto 29 – Lixo – Praia do Atalaia
Fonte: Souza, D. Julho 2013

A estrada que dá acesso a praia do Atalaia (PA 444) quase todos os anos é recuperada no mês de junho para facilitar o acesso a praia no veraneio, além da estrutura das rampas de acesso que são constantemente destruídas pela ação da maré. O atual governo (2011-14) por ter sido o criador da obra, demonstra preocupação em preparar a praia para a grande massa de turistas (fotos 30 e 31).



Foto 30 – Recuperação da PA 444 – Acesso a Ilha do Atalaia
Fonte: SOUZA, D. Junho 2011



Foto 31 – Revitalização da PA 444 – Acesso a Ilha do Atalaia
Fonte: SOUZA, D. Junho 2013

Muitos moradores questionam essa valorização das áreas de acesso aos principais atrativos turísticos, pois, segundo eles existe muito descaso com as áreas de residência dos moradores locais:

É muito complicado essa valorização dos espaços direcionados ao turismo aqui em Salinas, pois enquanto as vias de acesso do Maçarico e do Atalaia estão sempre impecáveis, principalmente no veraneio, as ruas da escola onde eu trabalho, é horrível, cheia de buracos, quando chove alaga tudo, isso sem contar diversas ruas da periferia da cidade. (Residente - MBG1)

É importante ressaltar que a manutenção da PA 444 é de responsabilidade do governo do Estado e as demais avenidas e ruas da cidade são de responsabilidade da prefeitura municipal. Assim como ocorre na orla do Maçarico, o marketing do Estado é muito utilizado (foto 32) através da divulgação das obras de recuperação, afinal essa PA 444 é a rota utilizada pelos veranistas para chegar até a praia mais visitada do município. Destaca-se também nesse trajeto a grande propagação dos serviços de empresas localizadas na metrópole, como escolas, lojas, supermercados, entre outros; evidenciando o marketing voltado para a população metropolitana.



Foto 32 – Investimento e Marketing do Governo do Estado
Fonte: SOUZA, D. Julho2013

As rampas de acesso a praia que foram construídas pelo projeto de urbanização todos os anos sofrem o efeito da maré e são reconstituídas, através dos recursos provenientes do governo do estado como podemos constatar nas fotos 33 e 34.



Foto 33 – Recuperação das rampas de acesso para a Praia
Visão praia para orla
Fonte: Souza.D. Junho/2013



Foto 34 – Recuperação das rampas de acesso para a Praia
Visão orla para praia
Fonte: Souza.D (Junho/2013)

De acordo com dados do Departamento de Trânsito do Pará (DETRAN, 2012) a quantidade de veículos que acessam a praia de Atalaia aos finais de semana de julho tem sido, em média, de 45 carros por minuto, chegando a um número de quase 47.000 veículos circulando na faixa de praia, principalmente no último final de semana.

No período de veraneio o chamado “atalho” localizado no final da praia (foto 35) é a principal entrada dos veranistas que possuem veículos, este acesso também é constantemente contemplado nos investimentos do Estado e atualmente é considerado o principal ponto de concentração dos turistas de classe média alta, isso porque muitos turistas consideram este local mais tranquilo, além disso, também é instalado um palco, onde são realizados shows no período da noite de artistas nacionais e internacionais, (foto 35 e 36).



Foto 35 – Acesso ao Final da Praia do Atalaia –
Observe ao fundo o palco de show.
Fonte: SOUZA, D. Julho2013



Foto 36 –Praia do Atalaia – Palco Show
Observe ao fundo o palco de show.
Fonte: SOUZA, D. Julho2013

Na praia existem 84 barracas de uso comercial que utilizam a faixa de praia com mesas e cadeiras na comercialização de refeições e bebidas aos turistas. Durante o período de baixa estação a extensão da praia fica ociosa, bem diferente do período de veraneio conforme é possível observar nas fotos 37 e 38.



Foto 37 – Praia do Atalaia, baixa estação
Fonte: Souza.D (Junho/2013)



Foto 38 – Praia do Atalaia, alta estação
Fonte: blogmanueldutra (Julho/2012)

Os denominados “barraqueiros” (proprietários das barracas) são alvo constante das atuações a Advocacia Geral da União e do Projeto Orla desenvolvido pela Secretaria de Estado Meio Ambiente em virtude da utilização indevida da faixa de praia com instalação de banheiros e fossas, tal como a destinação inadequada dos resíduos sólidos, conforme fotos 39 e 40.



Foto 39 – Fossas Irregulares
Fonte: Souza.D (Julho/2013)



Foto 40 – Fossas Irregulares
Fonte: Souza.D (Julho/2013)

Com o objetivo de disciplinar o uso e a ocupação da praia do Atalaia, a AGU moveu em 2011 uma ação civil pública contra a Prefeitura Municipal de Salinópolis, bem como 70 barraqueiros que trabalham de forma precária no local. Na ação, a AGU proíbe a realização de qualquer tipo de evento ou atividade naquelas praias que não possuam as licenças obrigatórias junto a Superintendência Geral da União.

A atuação da AGU na praia do Atalaia é alvo de muita polêmica entre a Prefeitura, Associação de Barraqueiros e esta Instituição. Isso porque de acordo com o Secretário de Meio Ambiente a prefeitura por não ter gerência da área de praia e por se tratar de terras da união não tem a competência para impedir certos empreendimentos e os barraqueiros questionam o fato dessas atuações ocorrerem somente às vésperas do veraneio.

A ocupação e uso da praia do Atalaia envolver uma série de discussões e problemas que devem ser detalhadas constantemente por meio de estudos sobre o impacto do turismo. Alguns autores e órgãos de pesquisas vêm estudando os principais impactos da ação humana sobre o meio ambiente dessa região, destacando-se a atuação do Museu Paraense Emílio Goeldi, por intermédio do Geólogo Almicar Mendes (2001) e a Universidade Federal do Pará, através de diversos pesquisadores que realizam constantes estudos sobre as consequências da ocupação desordenada da Ilha do Atalaia.

A orla da Praia do Atalaia e suas proximidades é um espaço que vem sofrendo ações de diversos órgãos ambientais do governo Federal e Estadual, destacam-se a atuação da AGU e SPU, SEMA (Secretaria de Estado de Meio Ambiente) no que diz respeito a ocupação desordenada no sentido de minimizar os impactos ambientais, que vão desde a destruição de áreas de restinga e de dunas em virtude de edificações irregulares até a contaminação do lençol freático por esgoto sanitário doméstico.

Ainda com relação ao reordenamento territorial da orla da Praia do Atalaia, segundo Souza (2012) diante das indefinições e problemáticas de uso desse espaço, os atores sociais, apresentam projetos; não oficiais, cuja intenção seria uma melhor reorganização espacial. A autora analisou os principais projetos dentre eles: Projeto Balneário, Projeto do engenheiro civil Osmar Raniere, Projeto de Barraca e Projeto Orla; onde destaca que esses projetos, ou outro que possa surgir devem levar em consideração a preocupação com as condicionantes ambientais, assim como a capacidade de suporte dos ecossistemas costeiros a fim de amenizar os problemas ambientais e perdas consideráveis de investimentos:

É necessário entender, inicialmente, que o espaço pode ser otimizado de várias maneiras, no entanto, geralmente a que se sobrepõe é a econômica, enquanto os espaços de lazer e de acesso público, por exemplo, são negligenciados. A Ilha do Atalaia, hoje, exclui determinados atores sociais, sendo necessário repensar a distribuição de seus atores locais, o que é possível através dos instrumentos da política e do jurídico. (SOUZA, 2013 p. 108).

É possível perceber que a praia, por ser o principal produto do turismo de Salinópolis, sofre com os modelos de reorganizações espacial baseado na questão econômica com o intuito de atrair um maior número de visitantes. O que corrobora com a análise de Souza (2012) onde ressalta que o processo desorganizado de ocupação juntamente com as imprecisões na legislação tornou possível o uso privativo e desigual da Ilha do Atalaia, ocasionando a transferência efetiva deste espaço para o domínio privado, destinado, portanto aqueles que podem pagar.

Como é possível observar as duas obras de urbanização turística valorizaram os principais atrativos paisagístico do município, todavia trouxeram diversos problemas ambientais. Na orla do Maçarico não houve um estudo de impacto ambiental e o que é observado hoje é a diminuição da faixa de praia e despejo do esgoto das barracas que ocupam a extensão da orla diretamente na praia sem tratamento adequado, além disso, a

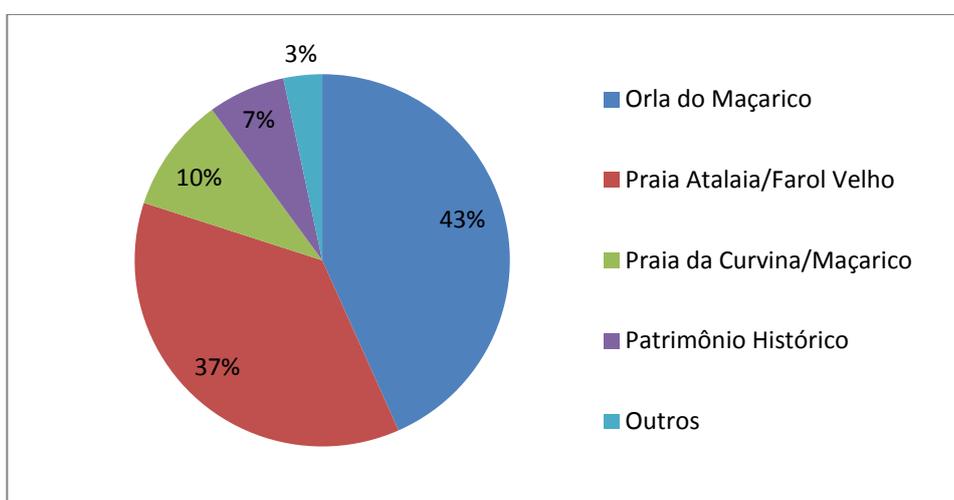
impermeabilização do solo, o asfaltamento das ruas e o calçamento da orla contribuíram para a diminuição da reposição de água dos aquíferos Barreiras e Pirabas. As praias do Farol Velho e Atalaia na Ilha do Atalaia também sofrem com problemas que vão desde a destruição de áreas de restinga e de dunas, em virtude de edificações irregulares, até a contaminação do lençol freático por esgoto sanitário doméstico e das barracas, assim como o problema de compactação do solo causado pela grande quantidade de carros na praia.

O estudo dos impactos ambientais desses empreendimentos tal qual a problemática que envolve a gestão ambiental e ordenamento territorial não são objetos de estudo dessa dissertação, isso já vem sendo estudado por vários pesquisadores BRITO (2004) MELLO (2008), MARINHO (2009), SOUZA (2012), SOUZA (2011), SOUZA (2013), MENDES (2007). Nosso objetivo é analisar as repercussões socioespaciais no município de Salinópolis, após a inserção do projeto Turístico Orla do Maçarico e Urbanização Praia do Atalaia, bem como avaliar se esses empreendimentos propiciaram o desenvolvimento socioespacial para a comunidade local. São esses objetivos que irão nortear os tópicos seguintes dessa dissertação.

3.4 INFRAESTRUTURAS TURÍSTICAS E OS PARÂMETROS DO DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL.

A construção dos projetos de intervenção turística no Maçarico e Atalaia incentivou a propagação desses dois espaços como principais produtos do turismo do município de Salinópolis, isso foi evidenciado durante a pesquisa com os turistas que consideraram esses dois pontos como os mais atrativos para visitação e mais frequentados por eles, conforme podemos constatar no gráfico 3:

Gráfico 3 – ÁREAS MAIS ATRATIVAS E FREQUENTADAS



Fonte: Dados de pesquisa
JULHO (2013)

O gráfico tr s está relacionado a pesquisa de opinião realizado em julho de 2013, ressaltando que o patrimônio histórico refere-se àqueles que estão descritos no Plano Diretor do Município. Grande parte dos entrevistados consideram a Praia Atalaia e a Orla do Maçarico como os locais com melhor infraestrutura para receber os turistas, justificando, desse modo a sua presença nesses espaços.

Como já foi apresentado nessa pesquisa a constru o das duas interven es foram realizadas para aumentar o fluxo de visitantes no intuito de aumentar a potencialidade econômica desta atividade. Mas a urbaniza o turística tem gerado autonomia para a comunidade local? Quais os benefícios que essas constru es proporcionaram   popula o?

Como defende Souza (1997) a atividade turística, em vez de simplesmente se ajustar a uma realidade marcada por heteronomia, disparidades e preconceitos

(eventualmente até agravando esses problemas) deve contribuir para minorar esse quadro. Ele estará sem ressalvas sendo um fator de desenvolvimento socioespacial. Desse modo, partindo das premissas defendidas pelo autor, onde o desenvolvimento deve designar um processo de superação de problemas sociais tornando a sociedade mais justa e legítima, fato que será a direção de análise desse estudo a partir de agora.

Na leitura de Marcelo Lopes de Souza é possível perceber que conceituação do termo “desenvolvimento” contém sérios equívocos enraizados, através de discursos ideológicos/políticos (SOUZA, 2002). O autor defende que o desenvolvimento das cidades é apresentado, muitas vezes por meio do crescimento horizontal ou vertical, modernização, embelezamento ou remodelação urbana e a diversidade de equipamentos de infraestrutura bem organizados. Além disso, o ponto de vista econômico percebido na atração de investidores e consequente aumento do PIB local (SOUZA, 2003) são indicadores que revelam a cidade desenvolvida. Todavia, o autor defende que as aparentes conquistas da cidade não expressam as demais dificuldades geradas por elas, seja em relação aos problemas ambientais, ou mesmo, os problemas sociais urbanos de violência e segregação espacial.

Souza (2002) a partir do antagônico processo de uma cidade supostamente desenvolvida questiona: Pode-se chamar “desenvolvimento” uma mudança em que se desconsideram os “efeitos colaterais” em termos sociais e ambientais? Considerando a realidade de Salinópolis evidenciamos que a resposta é não. Os custos sociais e ambientais de tal “desenvolvimento” são problemáticos.

Em concordância com Ruschmann (2008), ressalta-se que a instalação de áreas ou espaços para as atividades de lazer requer um planejamento adequado que envolve: análise sobre fluxo e circulação de pessoas; atendimento às condições básicas de visitantes e moradores; capacidade de proporcionar atrações (recreativas, esportivas, artísticas e culturais, entre outras) para diferentes faixas etárias de visitantes e também da população local. Esse planejamento vai proporcionar não só a permanência dos visitantes como também gerar a satisfação da comunidade local. Entretanto o Complexo Turístico Orla do Maçarico e a Urbanização da Praia do Atalaia foram destinados ao turista, uma vez que a população local não utiliza o espaço como espaço de lazer e entretenimento, e nem usufrui de forma plena os benefícios que o turismo pode proporcionar conforme o quadro a seguir:

QUADRO 3 – CONSEQUÊNCIAS GERADAS PELOS IMPACTOS DO TURISMO EM SALINÓPOLIS

IMPACTOS	POSITIVOS	NEGATIVOS
Econômicos	Geração de empregos	Atividades primárias são deixadas de lado pela população
	Expansão de construção	Inflação e exploração imobiliária, especulação imobiliária.
	Incremento da renda dos habitantes	Sazonalidade da demanda
	Implantação de grandes redes de supermercados.	Dependência excessiva do turismo
		Falta de capacitação aos moradores locais, condicionando-os somente aos serviços que não exigem escolaridade.
Cultural	Resistência dos grupos folclóricos	Descaracterização da cultura local
		Imposição da cultura metropolitana
Sobre o meio ambiente	Criação de planos e projetos para proteger o meio natural (Projeto Orla, APA)	Modificação das áreas naturais do destino
		Grande quantidade de resíduos sólidos
		Falta de campanhas de Educação Ambiental
Social		Criminalidade
		Falta de segurança
		Áreas de segregação social
		Falta de políticas públicas para melhoria da qualidade de vida da população.

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Ruschmann (1999).

Essas duas intervenções urbanas na cidade de Salinópolis voltadas para atender as demandas turísticas são potencialmente geradoras de diversos problemas e conflitos socioambientais que vêm sendo analisado por diversos autores¹¹. A ideia de “vender a Amazônia” levou os projetos urbanos a serem implantados com o objetivo de aumentar o fluxo de visitantes utilizando-se do discurso da melhoria da qualidade de vida à

¹¹ Ver Adrião (2003), REIS, M. C. & MENDES (2001).

população, evidenciado no discurso do Governador Simão Jatene por ocasião da inauguração da urbanização da praia do Atalaia, conforme já foi observado.

Este discurso utiliza-se da ideia de benefício social, assim como destaca Sanches (1999), onde o *city marketing* constitui-se na orientação da política urbana à criação ou ao atendimento das necessidades do consumidor, seja este empresário, turista ou o próprio cidadão [...]” (SÁNCHEZ, 1999 p. 115). Cria-se um sentimento de orgulho com relação à cidade estimulando a aprovação da população local e dos visitantes.

Entretanto, o que se observa em Salinópolis é que o processo de urbanização turística aspira aos interesses dos grandes grupos econômicos, já que as modificações realizadas na cidade visam concretizar os interesses de grupos ligados ao turismo, transportes, setor imobiliário, grandes empresas prestadoras de serviços, dentre outros.

Atualmente, o intenso fluxo do turismo no verão vem causando problemas ambientais à cidade, fato que vem sendo alertados por diversos meios de comunicações causados pelas infraestruturas de acesso (asfaltamento, urbanização da orla e áreas de mangue) e turística (hotéis, bares e restaurantes) e pela grande massa de turistas na cidade gerando problemas como a poluição, o desmatamento e engarrafamentos. Vários estudos já foram realizados demonstrando tais impactos, como já foi apresentado anteriormente.

Além disso, a urbanização turística desordenada tem trazido muitos problemas para as comunidades locais, como conflitos sociais e mudanças no padrão de comportamento causando danos ao espaço urbano e à qualidade de vida das populações locais:

Com o processo de urbanização balnear e a intensificação da segunda residência ou casa de veraneio, há um remanejamento dos moradores locais em nome de uma pretensa “ordem urbana” necessária a prática do veraneio. Esta nova ordem urbana implica no afastamento e/ou substituição das casas de familiares locais, de baixa renda, para a periferia e a instalação de casas de veraneio, prédios de apartamentos e condomínios de alto padrão, destinados a veranistas com maior poder aquisitivo (ADRIÃO, 2003 p.36).

A expansão urbana em decorrência do turismo gera na cidade, além da agitação e poluição, o anseio de espaço, de natureza e do mar iniciando o que segundo Madruga (1992), chama-se litoralização efetiva. Este autor revela que a litoralização envolve o aumento na intensidade das relações econômicas e socioculturais das sociedades humanas com o litoral e o mar.

Segundo Corbin (1989), o litoral adquiriu importância não apenas como meio natural, mas também como fator econômico e social. Desse modo, o litoral é objeto de pressões industrial, urbana e turística causadas pela ocupação desordenada e degradação do ambiente.

Esta situação pode ser constatada em ambientes urbanos do litoral da cidade de Salinópolis. A expansão do turismo urbano tem provocado impactos ambientais causados pelo desmatamento de áreas de manguezal e ocupação da linha da praia:

Esta atividade, devido ao seu caráter comercial, vem gerando diversos conflitos de territorialidades ligados a especulação imobiliária, principalmente nas áreas de baixos platôs, restingas e manguezais, que se configuram basicamente como choques de interesses entre a construção de bairros luxuosos e de ocupações “espontâneas”. Cabe ressaltar que este último fenômeno ocorre principalmente nos ambientes de manguezais, o que por sua vez desencadeiam diversas modalidades de impactos sócio-ambientais (MELO, 2006 p.23).

Em Salinópolis a supervalorização dos imóveis na principal praia de atração turística – praia Atalaia - aumentou o valor da terra e prejudicou a permanência de pescadores, pois estes foram pressionados a vender suas terras de forma indevida. No litoral, a aquisição das terras dos pescadores e da própria casa de morada foi, sobretudo, um desrespeito ao nativo. Além disso, é possível perceber um dos grandes problemas gerados pelo turismo de massa que é a descaracterização cultural da cidade muito comum em cidades do litoral brasileiro:

A intensa massificação do turismo em um país ou localidade gera influências na cultura, muitas delas decisivas, quando, por exemplo, o visitante oriundo de centros maiores impõe-se nas maneiras de ser das instituições menos desenvolvidas. Absorção origina uma incorporação cultural que poderá deturpar e poluir a cultura local, implantando-se uma aculturação descaracterizante. (CORIOLANO, 1996, p. 97).

O intercâmbio cultural é importante em alguns casos benéficos, porém o que tem se verificado é uma relação de dominação cultural. Em Salinópolis o conceito de “vida balnear” (ADRIÃO, 2003) é cada vez mais utilizado como o estilo de vida predominante, caracterizando a atividade turística voltada exclusivamente para fins lucrativos com padrões internacionais de luxo inacessível à grande maioria da comunidade local. No entanto, como objetivo consumista que não produz efeitos positivos que possibilite a melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade.

De acordo com Adrião (2003), os moradores utilizam o principal equipamento turístico de Salinópolis como forma de angariar renda e não utiliza com espaço de lazer. A urbanização turística realizada em Salinópolis inibe o uso do espaço pelo morador, que se sente inadequado ao uso devido suas condições econômicas e culturais.

Neste sentido, questiona-se qual a real consequência da urbanização turística? Melhorias sociais ou maquiagem da realidade? Para quem, de fato, são realizadas essas intervenções urbanas? Para o cidadão (o que tem direito à cidade) ou para o cidadão (o que mora na cidade).

Os investimentos do Governo Estadual destinado ao setor de turismo da cidade são em grande parte destinados a manutenção e recuperação das duas obras que estão sendo analisados nessa pesquisa, conforme podemos constatar na tabela 6.

Tabela 6 - INVESTIMENTO NO SETOR TURISMO – SALINÓPOLIS 1997/2013

Ano	Obra	Estágio	Valor Liquidado
1997	Urbanização da Orla da Praia do Maçarico	Concluído	1.699.878,96
1998	Restauração e Pavimentação da Orla da Praia do Maçarico	Concluído	8.074.132,02
	Urbanização da Orla da Praia do Maçarico	Concluído	276.550,00
1999	Execução de Sinalização Gráfica Horizontal e Vertical da Orla da Praia do Maçarico e Praia do Atalaia	Concluído	84.574,00
	Urbanização da Orla da Praia do Maçarico	Concluído	87.830,00
	Urbanização da Orla da Praia do Maçarico - Construção de 03 Barracas Padronizadas	Concluído	149.770,00
	Urbanização da Orla da Praia do Maçarico - Readequação das Barracas Padronizadas	Concluído	13.600,00
2000	Conservação da Orla da Praia do Maçarico - Retirada de lixo e transporte de pedras e areia	Concluído	42.607,00
	Conservação da Orla da Praia do Maçarico - Serviços hidráulicos e elétricos	Concluído	7.980,00
	Restauração e Pavimentação da Orla da Praia do Maçarico	Concluído	44.693,00
	Conservação da Orla da Praia do Maçarico - Recuperação do Calçamento		72.837,00
	Reforma do Complexo Fonte do Caraná	Concluído	168.596,00
	Conservação da orla da praia do atalaia - construção de 01 gazebo	Concluído	14.918,60
	Conservação da orla da praia do	Concluído	185.744,40

2003	atalaia - implantação da infra-estrutura do estacionamento de ônibus		
	Conservação do acesso a orla da praia do atalaia - obras de artes	Concluído	148.574,75
	Construção da orla da praia do atalaia - levantamento planim. P/elab. De proj. De infra. E urbaniz.	Concluído	5.400,00
	Construção de pontes de concreto na orla da praia do atalaia - serviço de obras de artes especiais	Concluído	149.121,95
	Construção de 4 rampas na orla da praia do atalaia	Concluído	148.723,22
	Pavimentação e urbanização da orla da praia do Macarico - dea	Concluído	673.913,48
2004	Reforma do complexo fonte do carana	Concluído	49.500,00
	Conservação da orla da praia do atalaia - const. De plato de concreto e serviço nas rampas	Concluído	130.322,89
	Elaboração de projeto executivo da orla da praia do atalaia	Concluído	143.004,14
2005	Reforma de vias de acesso na orla da praia do macarico	Concluído	13.800,00
	Construção do complexo de restaurantes da praia do atalaia - elaboração do projeto arquitetônico	Concluído	44.550,00
	Urbanização da orla da praia do atalaia - construção do coreto na orla de salinas - 2 nr	Concluído	22.567,39
2006	Construção do centro de atendimento ao turista em Salinópolis - abrigo	Concluído	60.454,99
	Construção do complexo de restaurantes da praia do atalaia - elaboração do projeto arquitetônico	Concluído	4.950,00
2007	Revitalização da Orla do Maçarico	Concluído	375.000,001
2013	Reforma Da Orla Do Maçarico-Contemplando Bares Da Praça, Banheiros Públicos, Troca Da Cobertura Do Pórtico Do Maçarico E Acesso À Praia Da Curvina (Rampa E Guarda Corpo)	Em andamento	527.205,88

Fonte: GPPARA / DIPLAN/SEPOF (2013).

Outras áreas que poderiam também ser valorizadas para o turismo não são destinados recursos do governo. Além disso, a população local não participa do planejamento dessas áreas e não usufrui do lazer que essas intervenções oferecem:

Eu não lembro de ter chamada a população local para participar do planejamento nem do Maçarico nem lá do Atalaia, eu lembro que teve muita divulgação na cidade e teve muita gente na inauguração, mas também era julho, aí você sabe né? Aqui fica lotado. [...] no início agente até ia lá no Maçarico, realmente ficou bonito, mas agora agente aqui de casa quase não vai, fica muito deserto e em julho é muito lotado, se bem que os meninos gostam dos shows, as vezes eles vão. (Residente, MBSV)

O maçarico e o Atalaia não é pra nós que mora aqui. Tudo caro. A não ser que seja pra gente vender alguma coisa, mais aí é maior confusão na prefeitura pra pegar liberação. Eu nem me lembro de quanto tempo faz que eu não vou no Atalaia nem tenho vontade e Maçarico só funciona em julho e carnaval, depois disso agente tem é medo de andar por ali. (Residente, MBP1).

As duas obras trouxeram melhorias para o turismo, todavia segundo Fernandes (2002), os resultados positivos ou negativos dos impactos econômicos do turismo sobre uma comunidade dependerão, em grande parte, do grau de desenvolvimento da região em estudo. Mas como mensurar os benefícios do turismo em uma cidade? Como avaliar se os investimentos em turismo geraram desenvolvimento?

Para efeitos dessa pesquisa optamos em utilizar como recurso **os Parâmetros Subordinadores: Autonomia Individual e Coletiva e os Parâmetros Subordinados Qualidade de Vida e Justiça Social** a partir da reflexão dos índices oficiais e a opinião de alguns atores não só a comunidade local, como o poder público local e turista, objetivando avaliar as contradições e realidades dos diversos atores que atuam na configuração socioespacial de Salinópolis.

3.4.1 A autonomia como Parâmetro Subordinador para a busca do Desenvolvimento Socioespacial em Salinópolis.

De acordo com Souza (2002), a autonomia individual só é possível se o indivíduo for capaz de estabelecer metas para si próprio de forma lúcida e na medida em que for capaz de refletir criticamente sobre informações de que dispõe em fontes confiáveis. Já a autonomia coletiva depreende não só de instituições sociais capazes de garantir justiça, liberdade e possibilidade de pensamento crítico, mas também a constante formação de indivíduos lúcidos e críticos, dispostos a encarnar e a defender essas instituições. Neste sentido, a autonomia tem relação com o controle democrático

dos processos decisórios e com ausência de opressão, considerada por Souza (2000) como um princípio básico:

De um ponto de vista operacional, propõe-se que a autonomia seja entendida, em virtude de sua importância, como um *parâmetro subordinador*. O papel preeminente atribuído à autonomia explica-se à luz do pressuposto de que o caminho democraticamente mais legítimo para se alcançar mais justiça social e uma melhor qualidade de vida é quando os próprios indivíduos e grupos sociais específicos definem os conteúdos concretos e estabelecem as prioridades com relação a isso. Por isso é que a *defesa da autonomia* pode e deve ser, ademais, tida como um *princípio básico*. Registre-se, ainda, que a defesa da autonomia, para ser eticamente válida como princípio libertário, deve ser assumida por cada um não apenas para si. Mas para todos os indivíduos; a maximização da autonomia de alguns indivíduos ou grupos em detrimento de outros não passa de egoísmo e corporativismo, o que só reforça a heteronomia ao nível da sociedade. (SOUZA, 2000, p. 79).

Pensando na realidade de Salinópolis e na grande urgência da população em alcançar melhores níveis de vida e fontes alternativas de renda, observa-se que o nível da heteronomia ainda é muito elevado, considerando que os empreendimentos turísticos foram implantados aquém dos interesses ou participação dos moradores locais:

Quando foi construída a orla do Maçarico eu pensei que a gente poderia ter alguma participação, mas tudo foi construído pra turista ver. A população não participou de nada. (Residente, MBP2).

A participação da população é servindo de empregado nas barracas e lojas, isso quando não vêm de fora, eu mesmo não fui perguntada se eu queria ou não essas obras. (Residente, MBSV).

Eu não me lembro, acho que não, mas também naquela época a gente era menos organizado, ninguém ia procurar seus direitos, mas acho que agora as coisas tem mudado, a gente cobra da prefeitura, participa das reuniões, o problema que nem sempre a gente é ouvido, mas agente persiste. (Residente, RAVAS).

Nos depoimentos acima percebemos que não existe consulta ou participação da comunidade. O planejamento e instalação da infraestrutura turística deveria envolver a comunidade local para propiciar os benefícios da atividade turística, pois em consonância com a OMT (2003) é importante destacar que a presença da comunidade com todas as suas representações é essencial para o desenvolvimento de qualquer plano turístico, visto que a mesma é a melhor conhecedora da área turística e da própria sociedade.

A educação deveria ser o principal instrumento de sensibilização da população para valorizar e designar importância ao patrimônio local seja cultural, ambiental ou histórico, através não só da educação formal, mas também a não formal tornando os sujeitos críticos e conscientes com respeito aos reais benefícios e problemas que o turismo pode causar, possibilitando, assim, maior inserção dos residentes na reivindicação por melhores condições de vida.

A atividade turística desenvolvida em Salinópolis, apesar de ter contribuído para geração de emprego e renda, não tem, por si só, força para garantir melhorias nas oportunidades sociais oferecidas aos moradores, pois as melhorias devem acontecer independentes da consolidação da atividade turística. Os benefícios advindos dos investimentos deveriam ser orientados, principalmente, para atender as necessidades dos próprios moradores. As entrevistas evidenciaram que a relação entre turismo e melhoria social ainda é algo distante:

A gente imaginou que ia melhorar muito o turismo e gerar emprego pra muito gente, todo mundo imaginava: “agora sim os turistas vão encher nossa cidade a gente vai ganhar mais com o turismo”, mas ainda falta muito para isso acontecer... até melhorou um pouco... mas turista o ano todo é difícil, assim a gente só ganha mesmo no verão ou feriados. (Residente, RAAPAS).

A partir do relato acima, para o representante da Associação de Artistas Plásticos de Salinópolis é possível perceber que as obras turísticas geraram grande expectativa para os moradores, pois representava perspectivas de melhorias para a população com a vinda de muitos turistas, porém a instalação dessas obras não acompanhou uma política de manutenção da atividade do turismo que garantisse a presença de visitantes o ano todo, deixando a população dependente da sazonalidade da atividade.

Salinópolis, hoje, conta com algumas associações que buscam de alguma forma lutar pelos interesses da população e garantir mais justiça social e incentivar os sujeitos na luta por melhor qualidade de vida:

Aqui na nossa associação a gente tenta trazer as pessoas para lutar pelos nossos direitos. A gente sabe que aqui na nossa cidade tem muita família que passa necessidade, mas também tem muita vontade de melhorar [...] a gente procura incentivar não só essas pessoas a garantir renda, mas também dignidade. (Residente, RAPAS)

[...] eu sempre falo pro pessoal, agente tem que se unir pra cobrar aquilo que a gente tem direito, pois se sozinha eu não consigo, tem muita gente que se

acomoda, mas tem gente aqui que participa muito, que vai pra rua brigar, manifestar, tem que ser assim, a nossa cidade é linda é turística e a gente precisa ter proveito disso. (Residente, RAMAA)

O relato acima corrobora com que é defendido por Souza (2002) que indica que os movimentos sociais e ativismo como protagonistas de uma sociedade autônoma, pois permite a junção das grandes questões com uma revalorização do local contribuindo com a autonomia individual e coletiva.

Diante dessa perspectiva surge a seguinte indagação: Os equipamentos aqui analisados destinados ao turismo geraram desenvolvimento socioespacial? Analisando sob o aspecto da autonomia individual e coletiva a resposta é não, mas esses equipamentos não originaram nenhum benefício à população local? Os parâmetros subordinados como justiça social e qualidade de vida, tendo como baseamento os indicadores sociais e conflito de opiniões entre turista e residente será o direcionamento da análise a partir de agora com objetivo de buscar responder essas questões.

3.4.2 Os Parâmetros Subordinados e a Infraestrutura Turística: Realidade, conflitos e perspectivas.

Como já foi apresentado anteriormente é sabido que o turismo com objetivo de atrair turistas transforma espaços da cidade para o consumo. Baseado no discurso de geração de desenvolvimento, os empreendimentos urbanos são planejados e implementados. A partir disso, muitos residentes vislumbram no turismo uma alternativa para um aumento de renda.

Neste sentido, o turismo é utilizado por diversos atores sociais, seja eles os turistas que podem usufruir dos produtos e serviços turísticos existentes no mercado, seja os residentes sendo mão de obra dos serviços turísticos ou fornecendo todos os elementos necessários para que a atividade continue em seus diversos constituintes.

Em Salinópolis, por meio da pesquisa de campo e das entrevistas, tanto as quantitativas e qualitativas foram observados sérios conflitos de interesse entre os dois atores distintos, demonstrando que nem sempre o turismo consegue atender as expectativas de todos os envolvidos com a atividade.

As necessidades e especificidades de ambos os lados apresentam-se em certas vezes conflitantes, onde os anseios e necessidades dos residentes e os turistas, por muitas vezes, ficam de lados opostos. O turismo deveria conciliar e colaborar no sentido

de tornar a exploração turística sustentável. Todavia, o que se observa em muitas cidades turísticas é que essa atividade tende a corroborar com uma sociedade heterônoma, marcada por desigualdades. O que torna valorado o debate sobre a autonomia como defende Souza:

Enquanto houver *heteronomia*, enquanto houver iniquidades, pobreza e injustiça, fará sentido falar em implementar uma mudança para melhor na sociedade, rumo a mais autonomia individual (capacidade individual de decidir com conhecimento de causa e lucidamente, de perseguir a própria felicidade livre de opressão) e coletiva (existência de instituições garantidoras de um acesso realmente igualitário aos processos de tomada de decisão sobre os assuntos de interesse coletivo e auto-instituição lúcida a sociedade, em que o fundamento das “leis” não é o metafísico, mas a vontade consciente de homens e mulheres). (SOUZA, 2006).

Em conformidade com SOUZA (2008) este estudo reforça a ideia de que a autonomia é tida como parâmetro subordinador essencial ao desenvolvimento sócio-espacial, enquanto que a justiça social e a qualidade vida são tidos como parâmetros subordinados.

Diante desse cenário, ocasionalmente questiona-se o que o turismo propiciou para Salinópolis: maior autonomia individual e coletiva ou aumento da *heteronomia*? As infraestruturas turísticas aqui analisadas geraram mais qualidade de vida e maior justiça social?

Considerando justiça social e qualidade de vida parâmetros substantivos constructos extremamente abstratos devem ser vistos como o que Souza (2006) define como *parâmetros subordinados gerais*, os quais precisam ser complementados por *parâmetros subordinados particulares*. Assim sendo esse estudo definiu analisar duas classes desses referidos parâmetros, conforme apresentado no quadro abaixo:

QUADRO 4 – PARÂMETROS SOCIOESPACIAIS.

<i>PARÂMETROS SUBORDINADOS PARTICULARES</i>	1. Justiça Social	2. Qualidade de Vida
	1.1 Segregação Residencial	2.1 Educação
	1.2 Graus de desigualdade socioeconômica	2.2 Saúde
	1.3 Grau para participação cidadã direta em processo decisórios relevantes.	2.3 Moradia

Fonte: Elaborada pela autora a partir de SOUZA (2008).

Este estudo não tem como objetivo detalhar os fatores sociais, aqui considerados parâmetros subordinados particulares, o detalhamento e análise desses fatores já foram discutidos por outros autores, como França (2008) e Nunes (2011). Nesta dissertação privilegia a apresentação dos dados oficiais e a realidade dos atores locais com o objetivo de avaliar o grau de desenvolvimento socioespacial.

1. Justiça Social

De acordo com Souza (2002) a justiça social corresponde a capacidade de conciliar o respeito à alteridade com a exigência de igualdade, para o autor isto só é possível, se repensarmos a concepção de autonomia individual e a concepção autonomia coletiva. Sendo que cada uma destas concepções teria um papel importante a cumprir numa sociedade que visa a democracia como sistema político não apenas formal.

1.1 Segregação Residencial

A segregação residencial é algo muito presente nas localidades que desenvolvem o turismo, isso ocorre quando há a separação espacial de residências conforme sua classe social. Desse modo, as classes com mesmo poder aquisitivo tendem a ocupar os mesmos espaços destinados à moradia. Assim sendo, a classe com maior poder aquisitivo em geral ocupam os espaços com melhor infraestrutura urbana e a classe com menor poder aquisitivo tendem a ocupar as áreas periféricas, onde nem sempre os serviços de saneamento básico são acessíveis.

A separação espacial de diferentes classes sociais na área urbana de Salinópolis não ocorre de forma aleatória, ela segue a lógica do turismo de veraneio. Isso porque os veranistas impuseram a pressão por meio do poder de aquisição, fato que acabou expulsando os moradores locais de áreas nobres da cidade para os bairros periféricos.

Como já foi apresentada nessa pesquisa, a cidade de Salinópolis após o grande impulso do turismo passou a atrair um grande número de pessoas que adquiriram residências para veraneio, pois como argumenta Adrião (2003), as áreas mais privilegiadas e procuradas pela especulação do veraneio a partir da década de 1960 são aquelas com vista para o mar com terreno seco passando a ser entrecortada por residências de veranistas. A autora defende que a urbanização turística incentivou o remanejamento dos moradores locais em nome de uma pretensa “ordem urbana” necessária à prática do veraneio. O que gerou o afastamento e/ou substituição das casas de famílias locais de baixa renda, para a periferia e a instalação de casas de veraneio,

prédios de apartamentos e condomínios de alto padrão, destinados a veranistas com maior poder aquisitivo ADRIÃO (2003).

Marinho (2009) destaca que em Salinópolis o reflexo direto da expansão de veraneio marítimo influenciou a organização de bairros marcados pela tendência uniforme socioeconômica de seus moradores, evidenciando o bairro Destacado marcado pelo padrão suntuoso as residências de veraneio e, contrapondo a esse padrão, os bairros São José, Atlântico I e II, Nova Brasília e Pedreirinha, bairros marcados pela infraestrutura deficitária e ausência de serviços públicos essenciais.

Durante a pesquisa de campo, e também através da fala dos atores locais foi possível constatar que a implantação do Complexo Orla do Maçarico e Urbanização da Praia do Atalaia aumentou ainda mais os níveis de segregação residencial, as residências em torno desses empreendimentos obedecem a um padrão de requinte diferentes daquelas encontradas nos bairros periféricos, além disso alguns moradores locais questionaram a falta de serviços públicos comparando aos bairros de casas de veraneio:

Aqui é complicado quando chove, vem todo o lixo fica tudo alagado... ah lá no Destacado é outra realidade é tudo sequinho, o carro de lixo chega, a iluminação é boa, as casa são lindas. Aqui só lembram da gente de 4 em 4 anos, aqui já prometeram várias vezes o aterro e o asfalto, mas fica só na promessa, se não for a gente fazer mutirão para limpar, fazer coleta pra compra aterro, a gente fica esquecido aqui.(Residente, MBJP1)

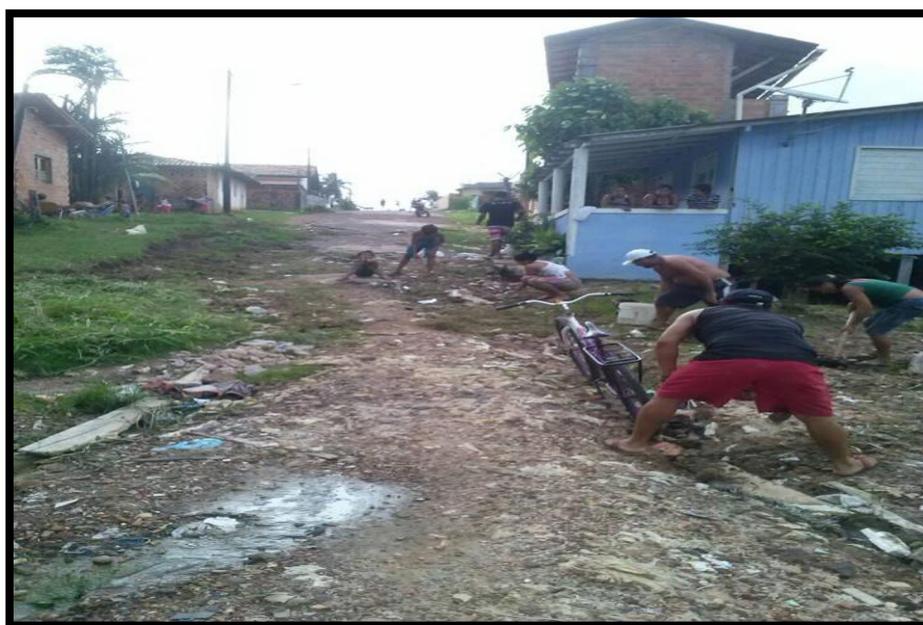


Foto 41. Mutirão no Bairro João Paulo II para limpeza da rua.
Fonte: SILVA, J. Fevereiro/2014

A foto acima ilustra a realidade das áreas periféricas de Salinópolis, evidenciando a falta de saneamento básico confirmando o relato do morador que se indigna com a ausência de serviços públicos essenciais à cidadania. Diferenças que podemos observar nas fotos (42 e 43) abaixo que ilustram realidades opostas da cidade.



Foto 42- Passagem Trindade, Bairro Guarani
Fonte: SILVA, J. Dezembro, 2013.



Foto 43 - Trav. Manoel Castro, Bairro Destacado
Fonte: Coimbra, R. Março, 2014

As realidades opostas reveladas nas fotos anteriores retratam a insuficiência de políticas públicas em atender as demandas da população local. Na foto 42 vemos a completa falta de saneamento, enquanto que a foto 43 que é a principal travessa de acesso a Orla o Maçarico, apresenta-se asfaltada e saneada. Essa realidade é muito maquiada e muitos turistas e moradores temporários desconhecem a realidade das áreas periféricas:

Olha eu acho que tem que ter sim mais segurança, minha casa já foi arrombada três vezes, mas quanto a questão de limpeza e saneamento até que estão bom, pelo menos aqui perto de casa, não tenho muito o que reclamar, a não ser aquelas ruas lá de baixo que tá um pouco esburacada, mas fora isso acho que a cidade, aqui no centro, tá bem asfaltada e limpa. O que eu reclamava muito era a questão da água, ah isso aqui é precário, falta muito, é um inferno, a gente ficava dias sem água, por isso que eu mandei fazer um poço aí melhorou, aqui em Salinas quem não tem poço sofre muito. (Turista de 2º Residência, TBM4).

No relato do morador temporário acima evidencia o pouco contato com as áreas periféricas, pois para o mesmo o espaço que utiliza possui a infraestrutura suficiente para sua moradia, já que satisfaz seus interesses com relação a sua estadia, mas reclama no que diz respeito ao abastecimento de água e a segurança, pois interfere diretamente na qualidade de sua permanência no município.

Contrapondo a realidade da periferia mostrada nas fotos 41 e 42, na PA 444, que hoje é a principal área de expansão de casas de veraneio, as grandes incorporadoras oferecem *Felicidade e Infraestrutura Completa* para aqueles que podem pagar pelo conforto, segundo imagem a seguir:



Ilustração 2 - Folder de propaganda de Construtora.
 Fonte: Folder ilustrativo gratuito, Julho 2014.

A realidade aqui apresentada referente ao parâmetro Segregação Residencial evidencia a falta de autonomia da população local na decisão de prioridade dos investimentos públicos. Demonstrando que o turismo não consegue atender as principais expectativas dos moradores locais.

1.2 Graus de desigualdade socioeconômica

A desigualdade socioeconômica é algo muito marcante no território brasileiro, isso porque, além do processo histórico de ocupação do País algumas áreas são mais privilegiadas devido aos aspectos naturais, políticos e econômicos e recebem maior investimento em infraestrutura em detrimentos de outras áreas.

Realidade essa muito perceptível nas grandes cidades com a priorização dos investimentos nos centro e áreas nobres, bem como nas cidades turística onde são destinado maior parte dos recursos para as obras de infraestrutura turística.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é hoje considerado uma das principais ferramentas oficiais para obter o padrão de qualidade de vida de uma determinada localidade. Os critérios que são utilizados para calcular o IDH são conhecimento (obtido por meio da média de anos de estudo da população adulta e o número esperado de anos de estudos); saúde (medido pela esperança de vida ao nascer)

e renda (Renda Nacional Bruta per capita), onde considera a paridade de compra dos habitantes.

Recentemente em 2013, Salinópolis foi apontada como a 15ª cidade paraense com melhor IDH, e que vem aumentando ao longo dos anos conforme observamos na tabela abaixo:

TABELA 7: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - IDHM

Ano	IDHM
1991	0,399
2000	0,517
2010	0,647
2013	0,748

Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

A evolução do IDH de 1991 a 2000 foi bem superior com relação àquele a partir de 2000 que coincide com início das instalações de infraestrutura turística no município em especial àquelas enfatizadas nessa pesquisa Complexo Orla do Maçarico e Urbanização da Praia do Atalaia. Entretanto, muitos entrevistados evidenciaram que após a implantação dessa infraestrutura aumentou a oferta de emprego propiciando desenvolvimento correspondendo 78% das entrevistas quantitativas. Além disso, nas entrevistas qualitativas alguns moradores locais ressaltaram a importância dessas obras para diminuição da desigualdade socioeconômica, isso porque aumentaram as oportunidades de emprego:

Acredito que essas obras ajudaram muito no crescimento da economia da cidade, pois houve sem dúvida um aumento de serviços destinados aos turistas e conseqüentemente veio emprego e renda, renda essa que muitos se mantêm por muito tempo. E o turismo ainda atrai para a cidade, visibilidade de desenvolvimento e novos projetos que venham a contribuir para a melhoria local. (Residente, MBN)

Desde que comecei a entender melhor o Turismo, eu costumo dizer que a população de Salinópolis respira Turismo, mesmo que sem se dar conta. O Turismo é a atividade econômica que mais gera renda para a cidade. Salinas é um dos principais destinos no Pará em se tratando de praias e isso gera sem dúvida desenvolvimento. (Residente, MBJP2)

Eu acho que o turismo é essencial para o crescimento econômico da cidade, pois acaba atraindo empresas importantes como é o caso da Yamada e do Líder [...] minha filha é funcionária da Yamada e isso foi muito bom pra ela que já tava um tempão desempregada, isso é bom porque dá oportunidade pra população e agora com o Líder vai ter mais vaga de emprego e isso melhora a vida de quem precisa trabalhar, afinal quem é que não quer ter seu emprego, né? (Residente, MBG2)

O turismo é fundamental para a economia de Salinópolis, movimentando o comércio local, e gerando emprego para a população. Geração de emprego e renda, atração de investimentos infraestruturais para o município como por exemplo a UFPA, UEPA e investimento em saneamento para o Atalaia, construção de portos e os grupos Líder e Yamada.(RSMA, 30 anos)

O relato dos entrevistados corresponde aos objetivos divulgados pelo Estado por ocasião da instalação desses empreendimentos de geração de emprego e renda. Durante a análise das entrevistas observou que grande parte dos moradores locais considera a atividade turística de fundamental importância para a economia do município, atribuindo ao turismo o aumento da geração de emprego e renda, bem como na atração de grandes empresas como foi relatado nas falas dos representantes das associações. De fato, diante da análise da comparação do estoque e emprego entre os anos 1999 e 2010 (ver tabela 8) há um aumento considerável no setor de serviços, todavia não representou o principal estoque de emprego formal, o que indica a dependência da atividade aos períodos de grande visitação não garantidos direitos trabalhistas a população local.

TABELA 8 - ESTOQUE DE EMPREGO SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

SETOR DE ATIVIDADE	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Extrativa Mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústria de Transformação	16	20	32	32	30	32	24	24	27	24	17	10
Serviços Indust. Utilidade Pública	40	44	42	42	42	43	42	41	39	34	33	32
Construção Civil	73	82	38	52	17	20	230	32	39	35	29	7
Comércio	137	179	201	245	276	307	315	380	404	448	481	503
Serviços	176	199	290	336	356	359	397	418	362	396	390	467
Administração Pública	331	324	671	855	840	616	525	856	952	1.021	1.346	1.335
Agropecuária	6	4	2	8	8	8	9	9	9	9	10	10
Outros / Ignorados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	779	852	1.276	1.570	1.569	1.385	1.542	1.760	1.832	1.967	2.306	2.364

Fonte: MTE/RAIS

Elaboração: Idesp/Sepof – Adaptado pela autora

Em 1999, o estoque de emprego na atividade de serviços era de 176 passando em 2010 para 497, o que indica aumento nas vagas de emprego relacionadas a atividade turística. O aumento do estoque de emprego foi acompanhado também do aumento da

Receita Municipal, onde se observa que o Imposto Sobre Serviços (ISS) triplicou entre os anos 2000 e 2010, de acordo com a tabela a seguir:

TABELA 9 - RECEITAS MUNICIPAIS DE SALINÓPOLIS – 2000/2010

Receitas Municipais	2000	2007	2010
Receita Corrente	6.970.294,00	25.213.817,33	36.386.375,48
Receita Tributária	429.415,04	1.663.250,54	2.603.477,52
Impostos	354.311,68	1.514.127,41	2.133.877,74
IPTU	182.543,25	828.941,13	1.018.698,74
ISS	118.948,25	331.939,17	428.035,40
ITBI	52.820,18	72.811,46	206.693,12
IRRF	-	280.435,65	480.450,48
Taxas	75.103,36	149.123,13	469.599,78
Outras Receitas Próprias	234.266	1.542.888,26	2.876.658,12
Receitas Transferidas	6.306.613,23	1.542.888,26	2.876.658,12

Fonte: STN- Elaboração: Idesp/Sepof

Elaboração: Idesp/Sepof – Adaptado pela autora

Todavia, ao analisar os dados do rendimento mensal da população ocupada de 2000 e 2010 (ver tabela 10) é possível observar que a maioria da população ocupada em 2010, recebe até um salário mínimo mais de 57%, e apenas uma pequena parte da população ocupada recebe mais que 20 salários mínimos.

TABELA 10 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA (POC) POR CLASSE DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL 2010 CLASSE DE RENDIMENTOS DE TODOS OS TRABALHOS EM SALÁRIO MÍNIMO 2000 – 2010.

Classe de Rendimento	2000		2010	
	POC	%	POC	%
Total da POC	12.321	-	16.402	-
Até 1	5.039	40,90	9.465	57,71
Mais de 1 a 2	3.868	31,39	3.631	22,14
Mais de 2 a 3	1.273	10,33	786	4,79
Mais de 3 a 5	845	6,86	634	3,87
Mais de 5 a 10	517	4,20	360	2,19
Mais de 10 a 20	163	1,32	103	0,63
Mais de 20	87	0,71	33	0,20
Sem rendimento(2)	529	4,29	1.391	8,48

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010

Elaboração: Idesp/Sepof – Adaptado pela autora

A tabela 10 revela que no período de 2000 a 2010 houve um relativo equilíbrio na distribuição da renda, isso porque em 2000 o índice de Gini¹² era equivalente a 0,640 e em 2010 esse número passou para 0,520, o que equivale uma diminuição aproximada de 19% evidenciando uma diminuição da desigualdade na distribuição de renda.

No ano de 2010 aumentou a quantidade da população em mais de 16%, devemos considerar que em 2000 a população era de 33.449 e em 2010 esse número passou para 37.430 (conforme tabela 11), o aumento da POC foi equilibrado considerando o crescimento populacional, todavia aumentou a disparidade entre a população de baixa renda e àquela com melhor poder aquisitivo. Pois enquanto houve aumento da POC que ganha até um salário mínimo de 40,90% em 2000 para 57,31% em 2010, houve uma redução em todos os demais rendimentos em 2010 comparando com o ano de 2000 e aumento na população sem rendimento. O que evidencia o aumento da desigualdade socioeconômica.

TABELA 11 - POPULAÇÃO, ÁREA GEOGRÁFICA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS - PA (2000, 2007, 2010).

Anos	População (Hab.)	Área (Km ²)	Densidade (Hab./Km ²)
2000*	33.449	217,90	152,87
2007*	37.066	217,90	168,27
2010*	37.430	237,48	157,57

Fonte: IBGE. Adaptado pelo autor. * (1) – População estimada

1.3 Grau para participação cidadã direta em processo decisórios relevantes.

Tendo como base as construções aqui analisadas parte-se do princípio defendido por Souza (2002) que considera de extrema importância a participação popular, que segundo o autor deve ser vista como um fim em si mesma e não como um meio para se atingir determinado fim no planejamento e gestão de uma cidade. É importante considerar a diferença entre a participação real e aquela que acaba por servir de maquiagem para um Estado essencialmente heterônomo.

Como já foi apresentada anteriormente, a participação cidadão no planejamento da atividade turística é de grande relevância para o desenvolvimento local, uma vez que a satisfação da população local é essencial para a realização sustentável da atividade turística. Porém, o que foi possível perceber em Salinópolis, assim como ocorre em outras cidades

¹² Medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de 0 (zero), a perfeita igualdade, até 1 (um), a desigualdade máxima” (IBGE, 2003a).

turísticas é que a implantação dessas obras de infraestrutura turística foi realizada sem consulta a população local, que assumiram o papel de coadjuvantes:

Não participei de nenhuma etapa do planejamento e nem a gente foi consultados em nenhum momento... eu lembro que gerou muita expectativa na cidade a construção dessas obras, mas hoje agente tem cobrado mais... por que todo ano a gente vê investimento na reforma, tanto do maçarico como do Atalaia... mas tem ruas aqui que é uma tristeza, o problema é que o governo só quer deixar bonito por onde o turista passa, mas aqui nem lembra que existe. (Residente, MJP1).

Olha que eu lembro não... não teve participação nenhuma não... até porque a gente só veio conhecer mesmo quando já tava tudo pronto, eu pelo menos não vi nenhum projeto antes nem lembro de nenhuma reunião de nada. (Residente, RAAPAS)

Se teve alguma participação da população local eu desconheço ... o que eu sei que teve muita festa e foto, ah isso sempre tem, nè?afinal é bom pra ganhar voto. Diferente do projeto Orla que já teve várias coisas aqui bacana que a gente participa mesmo, não sei se vai pra frente mas pelo menos tão consultando a gente. (Residente, RABMA)

Em todas as entrevistas as respostas foram unânimes em afirmar: ou não houve ou não tinham conhecimento sobre planejamento das ações e infraestruturas turísticas com a participação da população local. Na fala da representante da Associação de Moradores da Área do Agrisal percebe a revolta da valorização, apenas dos espaços turísticos em detrimento de outras áreas de moradores locais. Assim, como nas entrevistas qualitativas, nas quantitativas mais de 90% afirmaram que não participaram do processo de instalação dos equipamentos turísticos, bem como afirmaram não ter participado de nenhum tipo de capacitação, e os poucos que afirmaram já ter participado acreditam que não foi suficiente.

Acho que o jovem de Salinas poderia ser inserido em projetos voltados para o turismo, aproveitar essa turma para inserir no mercado de trabalho e oferecer oportunidade de emprego. Acho que poderia mudar muito o turismo, formando esses jovens e ao mesmo tempo ocupando a cabeça deles. (Residente, MBP3)

Hoje o que agente percebe que tem muita pressão com relação ao uso da praia pelas barracas, eu sei que tem muitos problemas sim, pois muito não sabem direito os problemas que as fossas, o lixo e outras coisas podem tá gerando para o meio ambiente, até já tiveram aqui algumas palestras, mas depois acaba e aí? Como é que fica? Isso tinha que ser sempre, tá acompanhando e incentivando para que isso aqui, que é o nosso ganha pão, não seja destruído. (Residente, RABMA).

Durante os trabalhos de campo foi percebido o quanto o turismo está associado ao cotidiano dos moradores de Salinópolis, seja por meio do trabalho, dos empreendimentos existentes ou da vontade em fazer esse turismo crescer. Muitos moradores ressaltaram a necessidade de participação dos processos da atividade turística como observamos na fala da moradora do bairro Prainha. Uma insatisfação que pode se considerar positiva, pois revela uma população com interesse crescente por aprender mais sobre turismo, investir mais em seus empreendimentos e no aprendizado relacionado à cultura local.

As insatisfações foram temas recorrentes encontrados nas falas dos sujeitos desta pesquisa. Pois se percebeu nas falas, que os empreendimentos turísticos valorizaram mais a estética da paisagem e o valor empresarial deixando os valores locais desfavorecidos. O que evidencia uma atividade que prioriza o planejamento visando os efeitos econômicos em detrimento do social e espacial.

2. Qualidade de Vida

Souza (2002) defende que a qualidade de vida corresponderia “à crescente satisfação das necessidades tanto básicas quanto não básicas, tanto materiais quanto imateriais de uma parcela cada vez maior da população.

2.1 Educação

A educação é sempre propalada como principal índice de desenvolvimento das nações, pois o aumento nos serviços de educação contribui para a ampliação da qualidade de vida tornando o cidadão consciente dos seus direitos. Amarty Sen (2008) destaca que a educação, assim como outros fatores sociais, é importante não tanto por si mesmo, mas por poder oferecer às pessoas a oportunidade de enfrentar o mundo com coragem e liberdade, além de facilitar a participação econômica.

Em Salinópolis assim como ocorre em diversas cidades brasileiras ainda possui muita deficiência no atendimento educacional de qualidade da população. Durante os trabalhos de campo foi possível perceber que a educação é um dos fatores sociais mais reivindicados pela população, isso porque a deficiência desse fator foi atrelada a diversos problemas sociais no município como a violência, poluição ambiental, falta de consciência política, entre outros. Atualmente Salinópolis possui 24 escolas municipais e 12 estaduais. Porém, muitos moradores relatam esse número não ser suficiente para

atender todas as crianças e jovens e questionam sobre a falta de investimentos na educação.

O que eu sempre reclamo é sobre as ruas perto da escola, são sempre esburacadas, sem iluminação, sem contar a segurança, esses dias mesmo minha filha foi assaltada, levaram o celular dela novinho. (Residente, RAMAA)

Acho interessante que todo ano tem dinheiro pra reformar o Maçarico, o Atalaia, as vias de acesso, instalar um monte de outdoor de propaganda do governo.... Enquanto isso as nossas escolas aqui cheia de problemas de infiltração, não tem laboratório de informática, as cadeiras todas quebrada. Aí eu te pergunto como ter uma educação de qualidade sem uma infraestrutura mínima necessária? Todo mundo culpa logo os professores, mas não se dão conta da responsabilidade que temos de conduzir a educação desse país com um salário defasado e sem condições nenhuma de trabalho.(Residente, MBP)

O relato acima evidencia a insatisfação de alguns moradores com relação à educação tanto da gestão municipal como a estadual, refletida principalmente nos problemas de infraestrutura (fotos 44 e 45), condições de trabalho e salário dos professores.



Foto 44 - Escola Estadual Joaquim de Castro/Bairro Prainha
Fonte: Jornal Clic Salinas. Agosto/2013



Foto 45 - Escola Municipal José Leonardo – Bairro Guarani
Fonte: SANTOS, J. Novembro/2013

As fotos acima ilustram os problemas das instalações dos prédios escolares com ruas sem asfalto e muita vegetação ao entorno e prédios deteriorados, algo muito recorrente nas entrevistas com os moradores:

[...] na escola que a minha filha estuda tá muito abandonada, é mato pra todo lado, os banheiros sujos, as salas com goteiras, acho ruim isso para as crianças, se fosse numa escola limpinha e organizada incentivava mais o estudo, eu acho. (Residente, MBP2)

Infelizmente Salinas é uma cidade tão bonita, mas que sofre com o abandono da educação e isso se reflete na violência, muitos jovens hoje estão envolvidos com o tráfico em vez de estarem na escola. Fico triste porque parece que o futuro da nossa cidade é ser eterna capa de revista; A população não tem consciência dos seus direitos, a gente fica refém de prefeitos que não priorizam a educação e o que a gente assiste quase todos os dias é gente na prefeitura pedindo esmola ao invés de lutar por aquilo que tem direito que é a cidadania, com boas escolas, creche, saúde e segurança. E pedir mais escolas pras crianças que estão sem estudar. Campanha pro verão, carnaval, feriado tem sempre, mas cadê uma campanha pra não deixar criança sem estudar (Residente, RAMAA)

Os dados mais recentes do IBGE no município confirmam a insatisfação dos moradores, pois em 2010, 12,4% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o Ensino Fundamental e a taxa de conclusão entre jovens de 15 a 17 anos era de 45,5%. Todavia, pesquisas mais detalhada em educação devem ser realizadas no município para

detalhar a realidade entre oferta e demanda. Na tabela 12 podemos observar o processo de instalação de escolas entre 1999 e 2010:

TABELA 12 - ESTABELECIMENTOS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E GRAUS DE ENSINO

Ano	Estabelecimentos					Total
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	
1999	Pré-Escolar	-	2	29	-	31
	Ensino Fundamental	-	15	23	-	38
	Ensino Médio	-	1	-	-	1
	Total Geral:					70
2000	Pré-Escolar	-	-	31	-	31
	Ensino Fundamental	-	15	27	-	42
	Ensino Médio	-	1	-	-	1
	Total Geral:					74
2003	Pré-Escolar	-	-	33	-	33
	Ensino Fundamental	-	15	27	-	42
	Ensino Médio	-	2	-	-	2
	Total Geral					77
2007	Pré-Escolar	-	-	24	2	26
	Ensino Fundamental	-	11	23	1	35
	Ensino Médio	-	2	-	-	2
	Total Geral					63
2010	Pré-Escolar	-	-	22	2	24
	Ensino Fundamental	-	11	23	-	34
	Ensino Médio	-	3	-	-	3
	Total Geral					61

Fonte: MEC/INEP/SEDUC

Elaboração: Idesp/Sepof – Adaptado pela a autora.

No período que coincide com a instalação das infraestruturas analisadas nesse trabalho é possível observar que houve uma relativa diminuição nos estabelecimentos de educação, passando de 70 em 1999 para 61 em 2010 (conforme tabela 12), obviamente isso não indica diminuição da demanda, já que poderia ter aumentado a oferta de matrícula nos estabelecimentos, através da ampliação dos prédios destinado a educação, porém na tabela 13 há uma indicação na diminuição no número de matrícula, pois enquanto em 2000 o número total foi de 14.314 em 2010 esse número diminuiu para 12.429, não acompanhando o crescimento populacional.

TABELA 13 - MATRÍCULA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E NÍVEIS DE ENSINO

ANO	NÍVEL	Matrícula				
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
2000	Pré-Escolar	-	-	1.644	-	1.644
	Ensino Fundamental	-	5.918	5.255	-	11.173
	Ensino Médio	-	1.497	-	-	1.497
	Total Geral					14.314
2007	Pré-Escolar	-	-	2.146	189	2.335
	Ensino Fundamental	-	4.865	4.154	2	9.021
	Ensino Médio	-	2.799	-	-	2.799
	Total Geral					14.155
2010	Pré-Escolar	-	-	1.412	180	1.592
	Ensino Fundamental	-	3.755	4.795	-	8.550
	Ensino Médio	-	2.287	-	-	2.287
	Total Geral					12.429

Fonte: MEC/INEP/SEDUC

Elaboração: Idesp/Sepof

Pesquisas mais detalhadas devem ser realizadas para verificar quais os motivos dessa diminuição no sentido de verificar as reais causas/consequências dessa realidade.

O município não possui universidades, a maioria dos jovens que prosseguem os estudos precisam se deslocar para outros municípios como Castanhal e Belém. Em 2015 está previsto a inauguração de um Campus da Universidade Federal do Pará (UFPA). Em junho de 2013 a UFPA recebeu a doação de um terreno com 42 hectares para a construção da nova unidade, segundo a Assessoria de Comunicação da UFPA inicialmente os cursos ofertados pelo Campus de Salinas serão: Engenharia de Exploração e Produção, da Faculdade de Engenharia de Petróleo; Engenharia Costeira e Oceânica, da Faculdade de Engenharia Oceanográfica; Tecnólogo em Informática, da Faculdade de Tecnologia; e, ainda, cursos de Licenciatura em Matemática, Física e Ciências com ênfase em Geociências. Também pretende ofertar Programas de Pós-Graduação em Engenharia de Ambientes Costeiros, Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo e Engenharia de Produção de Alimentos de Mar, além de alguns cursos modulares que serão implantados como Saúde Pública, Enfermagem, Turismo e Administração de Empresas. O início das obras está previsto para o primeiro semestre de 2014. O primeiro processo seletivo para o campus de Salinas está previsto para 2015, antes da entrega do prédio. Por essa razão, a Instituição pretende alugar um espaço para as aulas. Além disso, está previsto a construção da Casa de Cultura “Fonte Caranã”, em

um terreno doado pela Prefeitura Municipal de Salinópolis, localizado no centro da cidade. A casa servirá para sediar a Fundação Cultural, que contará com uma biblioteca, um auditório, salas de leitura e de informática. A instalação do Campus já era algo discutido no meio acadêmico, porém ganhou grande impulso devido os estudos da Petrobras que realizou perfuração na região em 2011 detectando a presença de óleo de baixa densidade, o tipo que possui o maior valor comercial.

A educação é um dos parâmetros fundamentais para a conquista da autonomia, pois uma sociedade com indivíduos lúcidos e críticos estão mais dispostos a lutar e defender os seus direitos.

2.2 Saúde

O direito ao acesso dos serviços de saúde é algo sempre almejado pela população brasileira, isso porque historicamente no Brasil ainda existem muitos problemas relacionados ao sistema de saúde que não consegue atender as expectativas de todos os cidadãos.

No total, Salinópolis possui 13 estabelecimentos de saúde, sendo que somente um presta serviço ambulatorial. Estão assim distribuídos: dois na sede municipal funcionando 12 horas e oito na zona rural, abrangendo as localidades de Derrubadinho, Arú, Santo Antônio, Santa Rosa, São Bento, Cuiarana, Corema e Atalaia. Ainda, existe um posto em construção na zona urbana, denominado Atlântico. Quanto aos serviços disponibilizados à população local, há somente atendimento básico, como por exemplo, consultas, serviço odontológico, pequenas cirurgias, inalações e curativos. A Secretaria conta com apenas três farmacêuticos cadastrados, havendo falta de pessoal especializado nas áreas de cardiologia e endocrinologia. Além disso, não existem convênios. Durante os meses de alta temporada, a Secretaria de Saúde conta com o reforço vindo de Belém já a UNIMED mantém uma unidade móvel e um helicóptero que atende as necessidades de seus clientes. O município dispõe de um hospital do Estado e um de caráter particular.

- Hospital Regional Dr. Olímpio Cardoso da Silveira

De caráter público, situado à Rua Miguel Santa Brígida, S/Nº, é subordinado ao 4º Centro Regional de Capanema. Possui um quadro clínico com seis médicos, três enfermeiras, dois odontólogos, dois bioquímicos e 25 auxiliares de enfermagem, sendo

que alguns não atuam na área. Conveniado com o SUS, funciona 24 horas com os serviços de urgência e emergência. Na ala hospitalar dispõe de raios-X, internações, laboratório, farmácia, remoção de pacientes e plantão noturno. Desenvolve os Programas de Imunização, Teste do Pezinho, Pré-Natal, PAS, MIKE, Doenças Controladas (Hanseníase, Tuberculose, entre outras). Segundo a Secretaria de Atenção à Saúde, o hospital possui oito leitos.¹³

- Hospital e Maternidade Frei Samarate

De caráter particular, localiza-se à Rua C, S/Nº. Funciona no período de 24 horas com limites de atendimentos. Dispõe de 35 leitos assim distribuídos: 14 para cirurgias, 10 para clínica obstétrica, cinco para clínica médica, cinco para clínica pediátrica, e um para FTP/Crônica. O Hospital presta serviços nas áreas de urgência e emergência, consultas, clínicas médicas, serviço ambulatorial somente interno, laboratório em caráter particular e preventivo do câncer.¹⁴

A oferta de estabelecimentos de saúde no município está preparada para atender basicamente a casos simples de turistas, e durante o período de baixa temporada. Durante a alta temporada o número de profissionais, estabelecimentos e outros recursos não são suficientes, pois apenas um hospital regional pertencente ao Sistema Único de Saúde (SUS) para atender a população com o quantitativo de 65 leitos, essa oferta de leitos vem sendo aumentada nos últimos anos passando de 40 em 2006 para 65 em 2010. (conforme tabela 14), todavia não demonstra ser suficiente para atender as necessidades de toda população, uma vez que a quantidade de leitos recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é de três leitos para cada mil habitantes o que representaria em Salinópolis um quantitativo em média de 112 (cento e doze) leitos, considerando a população de 37.430, (IBGE, 2010).

¹³ Secretaria de Atenção à Saúde. Indicadores – Leitos. Disponível em: <
http://cnes.datasus.gov.br/Mod_Ind_Leitos_Listar.asp?VCod_Leito=45&VTipo_Leito=5&VListar=1&VEstado=&VMun=>. Acesso em 22 mar.. 2014

¹⁴ Companhia Paraense de Turismo - PARATUR. *Inventário Turístico do Município de Salinópolis*. Belém, 2000.

TABELA 14 - HOSPITAIS E LEITOS SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS 2006-2011

Características	Hospitais			Leitos		
	2006	2008	2010	2006	2008	2010
POR NATUREZA						
Adm. Direta da Saúde (MS, SES, e SMS)	1	1	1	40	63	65
Adm. Direta outros órgãos (MEX, MEx, Marinha)	-	-	-	-	-	-
Adm. Indireta – Autarquias	-	-	-	-	-	-
Adm. Indireta – Autarquias	-	-	-	-	-	-
Org. Social Pública	-	-	-	-	-	-
Empresa Privada	1	1	1	34	36	36
Fundação Privada	-	-	-	-	-	-
Ent. Beneficente sem fins lucrativos.	-	-	-	-	-	-
POR ESFERA ADMINISTRATIVA						
Federal	-	-	-	-	-	-
Estadual	1	1	1	40	48	48
Municipal	-	-	-	15		17
Privada	1	1	1	34	34	36

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: Idesp/Sepof – Adaptado pela autora

Os investimentos para Salinópolis no setor de saúde não mudaram muito a realidade da população, pois nos últimos anos não foram construídos mais hospitais, o que não atende as necessidades de todos os moradores.

O turismo trouxe algumas coisas pra nossa cidade, mas ainda temos muito problema com a saúde, a gente não consegue consulta, as vezes tem que ir pra Belém porque as vezes a gente consegue marcar a consulta, mas quando chega no dia não tem médico. (Residente, MBJP2)

Aquilo que eu sempre falo: o turismo é bom? É. Mas a gente que mora aqui tem que receber esses benefícios do turismo, principalmente melhorando os serviços de saúde, nossa isso me chateia muito, porque dinheiro pra show em julho tem dinheiro, para reformar o maçarico tem. Sempre tem dinheiro para o turismo, parece que surge de algum lugar do nada, mas dinheiro pra investir nos hospitais, contratar mais médicos, melhorar os postos de saúde, nunca tem... Ainda tem gente que se conforma e diz: ah mas em todo Brasil é assim, é assim porque a gente se conforma. Porque se todo recurso que vem pro turismo fosse tirado pelo menos uma parte pra saúde e educação a gente teria com certeza uma vida melhor. (Residente, MBG1)

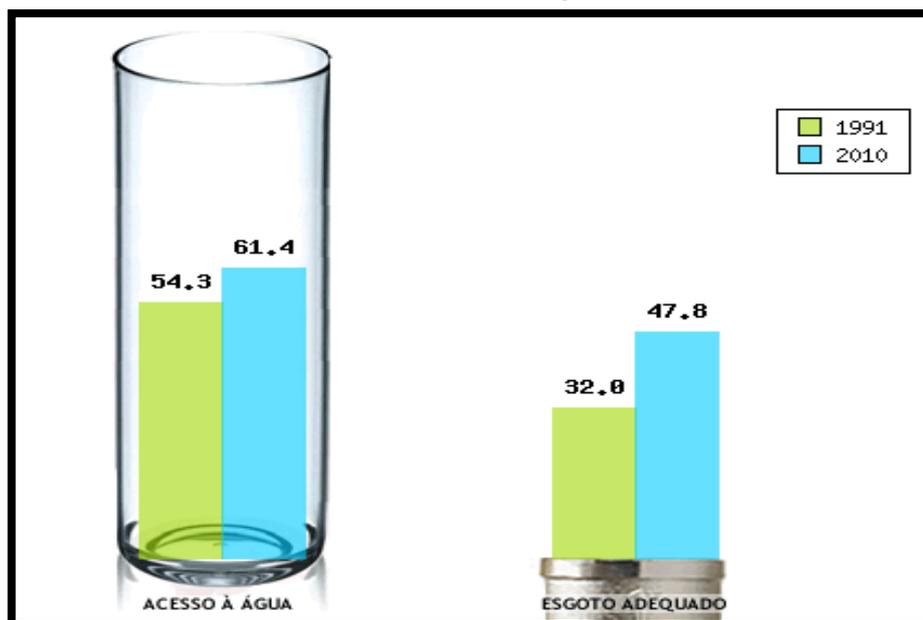
No relato dos moradores, é evidente a urgente necessidade de investimentos públicos para a promoção de oportunidades sociais, sobretudo na área da saúde. A população necessita ter acesso adequado à saúde para garantir melhor qualidade de vida.

2.3 Moradia

A condição de moradia também é considerada como parâmetro essencial para a qualidade de vida do cidadão; serviços como coleta de lixo e de esgoto sanitário, abastecimento de água encanada e segurança são de extrema importância para o cidadão.

Em Salinópolis de acordo com o Portal ODM em 2010 61,4% dos moradores tinham acesso a rede de água geral com canalização em pelo menos um cômodo e 47,8% possuíam formas de esgotamento sanitárias consideradas adequadas, conforme gráfico a seguir:

GRÁFICO 4 - PERCENTUAL DE MORADORES COM ACESSO A ÁGUA LIGADA À REDE E ESGOTO SANITÁRIO ADEQUADO - 1991-2010



Fonte: IBGE –Censo Demográfico 1991 -2010
Elaboração: Portal ODM, 2013.

O gráfico 4 ilustra que em quase 20 anos o acesso à água encanada não foi muito alterado passando de 54,3% para 61,4%, um acréscimo apenas de um pouco mais de 7%. O serviço de abastecimento de água é algo que também é muito questionado pelos moradores:

A responsabilidade pelo abastecimento de água da população urbana é da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), que abastece normalmente durante as 24 horas do dia, com exceção dos dias em que ocorre o reabastecimento do reservatório, no qual a Companhia reduz o horário de distribuição para 18 horas. A rede possui uma extensão de 65.000 m, com o diâmetro de rede variando de 60 a 450 mm, profundidade de 60 a 80 cm da superfície e um volume de 371.322 m³ produzidos por bomba submersa ligada a 18 poços, sendo que 15 estão em funcionamento. Nos períodos em que a cidade recebe um número grande de visitantes, as áreas elevadas ficam com pouca pressão de água.

Com relação à distribuição de água, a maior parte do consumo se dá pelas residências, estando o comércio em segundo lugar. Entre os anos de 2006 e 2007 houve uma diminuição no número de domicílios consumidores, como evidencia a tabela 15. A explicação para essa diminuição é atribuída a distribuição realizada de forma insuficiente pela COSANPA, fazendo com que uma boa parcela da população obtenha o consumo de água de poços escavados do tipo amazonas, com profundidades média de 3,75 metros no período chuvoso e 2,48 metros no período de estiagem. Destaca-se que tais técnicas são vulneráveis à contaminação. Isso ocorre principalmente na praia do Atalaia, local frequentado por muitos visitantes na alta temporada (PEGADO,2008).

TABELA 15 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Anos/ Classe	Consumidores (Economias)
2006	
Residencial	6.497
Comercial	295
Industrial	33
Público	156
2007	
Residencial	6.368
Comercial	250
Industrial	30

Fonte: COSANPA - SEPOF/DIEPI/GEDE, 2008.

A gente tem problema com a falta de água quase todo dia e quando vem, vem muito fraca. É um serviço precário (Residente, MBP1).

No mês de julho ainda é mais complicado, porque falta mesmo. Ai quem tem condições faz poço artesiano, quem não tem, tem que dá seu jeito, economizar, guardar, porque se for esperar do governo melhorar a gente morre seco que eles não tão nem aí (Residente, RAVAS).

O tratamento do esgoto é algo ainda muito precário em Salinópolis, pois menos de 50% da população tem acesso a esse serviço de qualidade, conforme consta no gráfico 4 isso também gera insatisfação por parte dos moradores:

Não tem como negar que o turismo gerou um aumento na renda circular da cidade e trouxe visibilidade positiva para a localidade, mas algumas melhoras na infraestrutura da cidade só foram realizadas por interesse em oferecer uma localidade melhor aos turistas, claro que acabou beneficiando a população em algumas áreas, mas ainda existem muitos problemas. Um deles são as condições de alguns bairros aqui, lama, enchentes, lixo, são constates e esgoto aberto, e isso é muito ruim para o morador (Residente, RAJCS).

Outro problema muito levantado pelos moradores locais é referente à questão da segurança, isso porque os residentes de Salinópolis ilustraram que o índice de criminalidade tem aumentado muito no município em virtude do quantitativo de policiais ser insuficiente para atender a população.

Salinópolis ainda deixa a desejar em muitas áreas, as mais importantes no meu ponto de vista, seria a segurança pública, isso é porque é impressionante os caso de roubo que tem aumentado na nossa cidade, eu mesmo já fui assaltada com arma na cabeça (Residente, MBJP2).

Os investimentos em segurança pública deveriam ser priorizados, isso porque a população de Salinas vive com medo, tem boca de fumo, assalto a mão armada. É uma tristeza, levam bicicleta, celular do cidadão de bem trabalhador isso sem falar nas casas de veraneio frequentemente saqueadas, que já fizeram até muitos de refém, agente já foi pra rua protestar porque isso tem que mudar, precisamos de segurança urgente (Residente, RAMAA).

De acordo com o jornal Clic Salinas (2013), no último feriado de Carnaval a Polícia Militar trouxe todo um aparato para conter a violência no município com Helicóptero Guardião equipado com alta tecnologia; a Ronda Tática Metropolitana, (ROTAM), todavia segundo o jornal a grande questão que atormenta o povo de Salinas

é que passado o feriado de carnaval toda essa estrutura de segurança vai embora e, os moradores ficam novamente reféns da insegurança e violência crescente.

O turismo é apresentado por alguns moradores como importante para o crescimento econômico, porém ainda são necessárias realização de planejamento que possam satisfazer plenamente a população. Como defende Coriolano (2002, p. 148), o desenvolvimento local significa, acima de tudo, um desenvolvimento pensado na escala humana, atendendo às demandas sociais, no qual o cidadão passa a ser a medida de todas as coisas e não apenas os índices quantitativos e o lucro. O que poderá evidenciar o turismo como atividade sustentável.

Como foi constatada, a grande insatisfação dos moradores locais diz respeito a não continuidade dos serviços no período de baixa estação, principalmente a questão da segurança, gerando certa insatisfação com relação ao planejamento do turismo em razão da sazonalidade.

3.5 O TURISMO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL: OPINIÕES E CONFLITOS.

O turista quando se destina a uma cidade turística em geral tem como principal objetivo o lazer e o desfrute do tempo livre das obrigações trabalhistas, desse modo dificilmente tem o interesse em conhecer e compreender a realidade do processo de consolidação da atividade turística na localidade e se esta atividade traz benefícios ou malefícios ao destino e aos moradores locais.

Em Salinópolis como já foi observado o segmento do turismo predominante é o turismo de massa voltado para o sol e mar. A interação com a cultura local não é algo muito presente, isso porque de acordo com Krippendorf (2003) a massificação da viagem, a organização racionalizada e o desenvolvimento padronizado impedem mais uma vez as relações calorosas e qualquer tipo de troca intelectual. Desse modo, como em Salinópolis a maioria de turistas são aqueles que utilizam a segunda residência como meio de hospedagem, o que é observado é uma transposição do modo de vida metropolitano para o município, principalmente para a área urbana, não havendo contato com a cultura local. Luchiari (1997) descreve que os turistas se preocupam com a conservação dos atrativos por serem utilizados como “recursos para o lazer”, mas não necessariamente com o bem estar das comunidades locais.

A pesquisa de campo realizada, através da aplicação de 30 questionários revelou que mais de 80% dos entrevistados consideram que atividade turística importante para o desenvolvimento da cidade propiciando melhor qualidade de vida e justiça social, e mais de 70% dos entrevistados consideram as obras o Complexo Orla do Maçarico e Urbanização da Praia do Atalaia muito importante, pois incrementou a atividade turística e gerou desenvolvimento para o município. Dentre o principal ponto positivo dessas obras, 60% consideraram que melhorou o acesso aos principais atrativos da cidade, 20% afirmaram que gerou desenvolvimento da atividade turística e apenas 6,7% indicaram que possibilitaram melhor qualidade de vida para população local, os 13,3% restantes não responderam ou sugeriram outras respostas.

É possível perceber que o turista indica como principal ponto positivo a melhoria de acesso aos equipamentos e espaços utilizados para o turismo, uma vez que o seu principal objetivo em permanecer no município está relacionado com o lazer. Cabe ressaltar que o turista não tem capacidade para comentar sobre a melhoria da qualidade de vida da população local, todavia é importante compreender como se configura suas opiniões a cerca do desenvolvimento para análise dessa pesquisa.

Com relação ao questionamento dos principais problemas gerados nos período de alta estação, mais de 80% indicaram o engarrafamento, a poluição e a falta de serviços (água e luz) e apenas 10% incluíram a violência, os demais 10% não indicaram problemas. Relacionando aos períodos de baixa estação, mais de 70% indicaram que já visitaram a cidade em período de baixa estação e mais de 90%, desses, consideram a violência o principal problema. Quando perguntado se o turismo tem atingido as expectativas da comunidade local mais de 70% afirmou que sim.

Os dados acima revelam que as propagandas do poder público que ilustram o turismo como gerador de desenvolvimento tem surtido efeito com os turistas, uma vez que esses consideram essa atividade de grande importância para a comunidade local e consideram as obras, aqui analisadas, de grande relevância para o desenvolvimento do turismo. Dados esses que entram em conflito com a opinião do morador local que consideram o turismo importante, mas que não tem propiciado melhor qualidade de vida para a população local.

É importante destacar que mais de 80% dos entrevistados não incluíram a violência como problema nos períodos de alta estação, porém mais de 90% indicaram que ao visitarem o município no período de baixa estação a violência é considerada o principal problema, o que corrobora com uma das principais reivindicações dos

moradores locais que consideram Salinópolis desprotegida de segurança pública nos períodos de grande visitação turística.

Considerando que as entrevistas quantitativas foram realizadas durante o período de lazer dos turistas nos espaços destacados nessa dissertação, optou-se selecionar por conveniência alguns turistas que possuem casa de veraneio para as entrevistas qualitativas. A análise desse trabalho teve como premissa desenvolver uma relação da opinião desses com a realidade das consequências do turismo em Salinópolis. As entrevistas revelaram que o turista em sua maioria considera o turismo de extrema importância para a melhor qualidade de vida da população local, pois sempre associam essa atividade como geradora de emprego e renda:

O que seria de Salinas sem o turismo? Eu acho que hoje é uma atividade imprescindível para a cidade, pois isso gera possibilidades de emprego para a população local. Eu mesmo tenho uma pessoa aqui uma pessoa que cuida da minha casa e eu pago um salário mínimo para ela, eu acho que isso ajuda muito ele (Turista de 2º residência, TMC2).

Eu penso assim quanto mais turista melhor pra cidade, olha só a Yamada, ela só veio pra cá porque tem muita gente pra comprar, não é? E com certeza gerou emprego pra muita gente aqui, isso é bom pra população, pois traz oportunidade de se inserir no mercado de trabalho (Turista de 2º residência, TMC3).

Com relação as obras de infraestrutura as respostas também foram unânimes em considerar de extrema importância não só para o desenvolvimento do turismo como também para melhorar a qualidade de vida da população:

Ah sem dúvida nenhuma essas obras forma de muita importância para o turismo, eu que o diga que fico aqui perto do Maçarico e vejo a movimentação em julho (Turista de 2º residência, TCA1).

Muita gente passou a visitar mais a cidade e isso beneficia a população que acaba se inserindo em alguma atividade econômica ligada ao turismo, gerando maior desenvolvimento econômico (Turista de 2º residência, TCA4).

Todavia, alguns consideram que ainda faltam algumas ações para aproveitar mais esses espaços no sentido de atrair mais visitantes e aumentar o desenvolvimento de Salinópolis:

Uma coisa que eu acho que aqui a gente não vê é gringo, e essa nossa “praiona” é para gringo ver! Parece que aqui a gente vê as mesmas caras de Belém, não é como Algodão que sempre tem gringo. Acho que falta investir mais no marketing e atrair gente de fora (Turista de 2º residência, TCA2).

Olha eu acho que a cidade se beneficiou muito com o turismo, eu me lembro de Salinas há uns 15 anos atrás, que foi quando eu comecei a visitar. e vejo o quanto mudou para melhor, mas acho que ainda falta melhorar mais. o turismo aqui ainda é muito fraco se considerarmos muitas cidades do nordeste, por exemplo, essas obras precisam estar constantemente atentas com as necessidades dos turistas (Turista de 2º residência, TCA5).

Com relação aos principais parâmetros do desenvolvimento socioespacial a maioria dos entrevistados manifestaram desconhecimento sobre a realidade da população local, mas indicaram a violência e a precariedade no fornecimento de alguns serviços básicos como principais problemas da cidade.

As opiniões dos turistas de também condizem com a ideia do turismo como gerador de desenvolvimento local sempre aliado a questão econômica, principalmente na geração de emprego e renda não evidenciando a importância dos parâmetros do desenvolvimento socioespacial.

3.6 PERSPECTIVAS PARA AUTONOMIA EM SALINÓPOLIS

Seguindo o pensamento de Souza (2008) as discussões sobre planejamento e gestão urbanos deveriam ser vistos como pertencendo ao amplo domínio das estratégias de desenvolvimento com a finalidade superação de problemas, em especial, fatores de injustiça social e a melhoria da qualidade de vida:

Vale a pena ressaltar, *en passant*, que, a partir do momento em que se assume que a finalidade do planejamento e da gestão urbanos é contribuir para a mudança social positiva, e que o planejamento é um hábito mental frequentemente bastante arraigado se impõe: não é razoável cultivar um campo como “teoria do planejamento” que não seja razoável cultivar um subconjunto de uma reflexão teórica sobre a sociedade, e mais especificamente, sobre mudança social (SOUZA, 2008, p. 73).

Partindo desse pressuposto deve-se considerar que o desenvolvimento não deve ser atrelado exclusivamente as intervenções no espaço físico sem a preocupação com a contextualização da mudança social. Pois como já foi observado em Salinópolis, as grandes intervenções urbanas foram realizadas sem estudos de impactos socioambientais, sem participação popular e não tem oportunizado uma melhor qualidade de vida e justiça social.

Mas como a Orla do Maçarico e a Urbanização da Praia do Atalaia espaços hoje consolidados para a atividade turística poderiam gerar o desenvolvimento socioespacial? Quais as alternativas que poderiam ser realizadas em Salinópolis para que o turismo possa propiciar os benefícios de maneira mais equitativa no território?

Em consonância com Souza (2008) este trabalho defende a ideia que as respostas para esses questionamentos é uma tarefa coletiva, construída democraticamente baseada no planejamento e gestão em parceria, num ambiente e diálogo com razoável transparência em que Estado e Sociedade Civil Organizada colaboram para a implantação de políticas públicas que beneficiem a população local.

Neste sentido, o que se faz necessário é possibilitar o aumento da autonomia individual e coletiva para que a comunidade local possa participar dos processos de decisão relacionados a mudança na configuração socioespacial e assim poder está inserido nos possíveis benefícios, que o turismo pode gerar relacionado a melhor qualidade de vida e aumento da justiça social, onde a questão da justiça seja algo aberto:

Uma sociedade justa não é uma sociedade que adotou leis justas para sempre. Uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta, ou seja, onde existe sempre a possibilidade socialmente efetiva de interrogação sobre a lei e sobre o fundamento da lei. Eis aí outra maneira de dizer que ela está constantemente no movimento de sua auto instituição explícita. (CASTORIADIS, 1983 apud SOUZA p 77, 2000).

Neste trabalho em concordância com Souza (2000) defende-se que autonomia é considerada como o princípio e parâmetro central para a avaliação de processos e estratégias de mudança socioespacial, pois como foi apresentado a sociedade até pode ter conquistas nos parâmetros subordinados, mas não serão ganhos defensáveis, pois somente serão coerentes e legítimos se o caminho for traçado democraticamente, onde os próprios indivíduos e grupos específicos definem os conteúdos concretos e estabelecem as prioridades com relação a isso (SOUZA, 2002), ou seja, baseados e subordinados ao conceito de autonomia.

A maioria dos cidadãos salinopolitanos demonstrou ser favorável ao turismo no município, pois acreditam que essa atividade ainda pode trazer benefícios para população, todavia ilustram que a sazonalidade tem sido um dos principais problemas dessa atividade, uma vez que os investimentos em melhorias sociais só são priorizados nesse período.

Para atenuar a sazonalidade do turismo e fazer com que essa atividade seja mais bem planejada é necessário criar mecanismos que incentive a presença de turistas durante todo o ano bem como priorizar os serviços públicos à população.

Em Salinópolis algumas medidas podem reduzir a sazonalidade da procura turística, baseado em Lage e Milone (1998) duas alternativas podem ser utilizadas: o uso múltiplo dos espaços, oferecendo alternativas culturais incentivando o uso não só de turistas, mas também de moradores locais. Outra alternativa que pode ser adotada é a política de preços para criação de mercados na baixa temporada com a utilização de preços diferenciados nos principais serviços da atividade turística. Além disso, pode ser considerado o que propõe Butler (1994): diversidade da oferta, estratégia de promoção, qualidade da imagem do destino, parceria público privada.

O município de Salinópolis passou por diversas transformações econômica, cultural e socioespacial através da intensificação da atividade turística; e isto gerou alguns efeitos negativos para a população. A necessidade de planejamento do turismo aliado aos interesses da comunidade no município foi mencionada como essencial por

todos os questionados, sendo fundamental para melhor qualidade de vida e justiça social.

Desse modo, o turismo não deve ser entendido unicamente como sinônimo de desenvolvimento econômico sendo reduzido ao aumento da produção de bens, progresso técnico e construção de infraestrutura turística, mas aliar esses aumentos a superação dos problemas socioambientais propiciando maior felicidade individual e coletiva. (SOUZA, 1997).

Baseado na pesquisa de campo tanto na observação empírica quanto nas entrevistas quantitativas e qualitativas este trabalho apresenta algumas alternativas para potencializar os espaços turísticos na geração do desenvolvimento socioespacial:

QUADRO 5 – ALTERNATIVAS PARA POTENCIALIZAR OS ESPAÇOS TURÍSTICOS NA GERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL.

Ação O que?	Justificativa Por quê?	Metodologia Como?	Período Quando?	Atores Quem?
Pesquisas sobre o uso desses espaços por parte da população local;	Analisar os motivos do não uso dos espaços pela população local para criar alternativas de utilização desses lugares como área de lazer.	1- Pesquisa junto as associações de moradores. 2- Audiências públicas.	Durante a baixa estação.	Secretarias municipais de meio ambiente, turismo e obras em parceria com o governo do Estado.
Criação de Conselho Comunitário para elaboração de ações de uso do espaço;	Necessidade de articulação do cidadão para cobrar sobre direito a cidade.	Reuniões com a comunidade	Contínuo	Associações de Moradores e demais associações.
Dar visibilidade à população local sobre o uso dos recursos públicos nesses espaços;	Esclarecer sobre as competências da prefeitura e governo do Estado.	Articular com o governo do estado para a realização. Audiências públicas.	Contínuo	Poder público local em parceria com o Governo do Estado

Melhorar a segurança não somente nesses espaços, mas no município como um todo nos período de pouca visitação;	Necessidade de segurança nos espaços do cidadão local.	Aumentar o número de rondas e policiais, divulgar para a população o serviço de denúncia.	Contínuo	Comando de Policiamento Regional.
Estimular o uso desses espaços pela população local como espaços destinados ao lazer;	Necessidade de estimular o usos desses espaços como formar de valorização do patrimônio.	Através de campanhas, festivais gastronômicos e artesanais, tours educacionais através das escolas.	Contínuo	Secretarias municipais de turismo e educação.
Capacitação da mão de obra local e formação de agentes turísticos municipais;	Incentivar o cidadão local na conservação e valorização dos espaços.	Cursos de capacitação em parceria com as Secretarias de Estado de Turismo e Meio Ambiente.	Período de baixa estação	Secretarias municipais de turismo e educação
Desenvolver parcerias com as Secretarias Estaduais para formação de Termos de Cooperação Técnica para auxiliar na elaboração de projetos que minimizem os impactos ambientais do turismo;	Estimular o uso adequado dos recursos naturais.	Estudos diagnósticos dos impactos do turismo e realização de campanhas educativas.	Período de baixa estação	Secretarias municipais de turismo educação e meio ambiente.
Realizar eventos culturais em períodos de baixa visitação.	Dinamizar o turismo no município.	Parceria com os artistas locais, projetos de incentivo a cultura local.	Durante a baixa estação	Secretarias Municipais: Cultura e Turismo.

Fonte: Elaborada pela autora (2013)

Cabe ressaltar que essas alternativas não se esgotam aqui, ressaltando que compartilhamos da ideia defendida por Souza (2008) que o planejamento e a gestão urbana devem ser vistos como meios para alcançar um maior desenvolvimento socioespacial na cidade, sendo contemplado não só as relações sociais como a espacialidade, tendo em vista ganhos crescentes de autonomia individual e coletiva, propiciando melhoria na qualidade de vida e aumento da justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio de abordar sobre a relação do turismo com o desenvolvimento não foi tarefa fácil, isso porque os diversos conceitos, histórias e personagens revelaram a complexidade dessa abordagem. Diante desse quadro, a seleção da temática do desenvolvimento a partir de uma perspectiva socioespacial elaborada por Marcelo Lopes de Souza (2002, 2006, 2008) apresentou ter maior coerência com os ideais almejados nas pesquisas iniciais dessa dissertação.

A análise de estudar a importância do turismo para a geração de desenvolvimento socioespacial, esbarra na dificuldade de mensuração das satisfações dos atores envolvidos com o turismo o que leva a necessidade do desenvolvimento de metodologias que possam, pelo menos em partes, superar tais dificuldades. Este foi o propósito deste trabalho, que buscou apresentar uma proposta metodológica que explanasse a relação entre turismo e desenvolvimento socioespacial.

Como foi apresentado ao longo dessa dissertação a atividade turística exerce um papel de destaque nas políticas públicas por ser considerada uma atividade potencialmente propulsora para a geração de desenvolvimento, principalmente nos lugares com atrativos naturais e isso tem incentivado uma racionalidade na produção do espaço voltado para o consumo.

No caso específico das cidades litorâneas observam-se novas destinações de usos, com a valorização desses espaços, destacando-se a predominância do fenômeno das segundas residências e do turismo. Assim, a praia passa ser urbanizada com equipamentos e serviços para o consumo do turista, porém o modelo de urbanização turística baseada em padrões estéticos homogêneos ignora as questões ambientais e sociais, com a premissa de tornar o turismo uma oportunidade, quiçá a única, na geração do desenvolvimento.

Valendo-se dessa perspectiva e contextualizando o município de Salinópolis, podemos dizer que uma série de fatores que se desencadearam, sobretudo a partir da década de 1970 com a descoberta e eleição desse espaço pela elite belenense como mais novo balneário paraense, fez com que o turismo surgisse e fosse visto como uma das principais atividades econômicas do município.

Diante desse cenário, o que pode constatar é que as políticas públicas passam a eleger essa atividade como potencialmente capaz de gerar o tal almejado desenvolvimento, que foi automaticamente atrelado ao processo de urbanização do espaço como forma de incentivar o crescimento do turismo no município. E assim, a partir da década de 1980 Salinópolis se consolida definitivamente como o principal local de escolha da elite paraense

para construção das casas de veraneio, ou casa de segunda residência, deixando para traz a Ilha de Mosqueiro, fazendo surgir uma reconfiguração espacial do litoral voltado para o consumo do turismo. Porém esse turista que visitava o município era, quase que exclusivamente da capital e de alguns municípios do Estado e na maioria das vezes sua hospedagem ocorria em suas casas de veraneio.

A partir do ano 2000, Salinópolis com objetivo de mudar esse quadro, são destinados recursos públicos para a construção de alguns grandes projetos de urbanização turística e assim inserir o município em uma das principais rotas do turismo nacional, meta essa que ainda não foi alcançada.

O objetivo dessa dissertação foi realizar um estudo da relação entre turismo, políticas públicas e desenvolvimento socioespacial, a partir da implantação de grandes obras de urbanização turística procurando demonstrar quais as repercussões para a geração do desenvolvimento socioespacial. Entretanto, buscou-se analisar essa relação a partir da perspectiva do cotidiano, dos agentes locais que atuam direta ou indiretamente na atividade turística.

A principal hipótese que norteou os estudos preliminares desse estudo partia da ideia que as políticas públicas voltadas para o turismo no município de Salinópolis seguem a lógica do capital em inserir a cidade no contexto global, através de uma racionalidade homogeneizante do espaço e da vida. Onde o que se predomina é o modelo de turismo como o ideal para geração de desenvolvimento econômico, no qual demonstra ser espacialmente restrito e elitizado, já que se apresenta limitado a determinados espaços que são objetos e fluxos da atividade turística. Esses espaços são utilizados como discursos que transformam parcelas privilegiadas do espaço urbano em áreas representativas da totalidade urbana e desse modo o turismo é difundido como gerador de desenvolvimento, mas sem de fato gerar autonomia (SOUZA, 2006) à população local.

O estudo do município de Salinópolis revelou que o território foi transformado para oferecer às condições necessárias para o modelo de turismo predominante no litoral brasileiro estabelecendo uma nova ordem, uma nova organização espacial que não foi construída efetivamente pelos atores locais. O turismo propiciou uma marcante exclusão social da população local e marginalização de sua cultura, predominando a cultura advinda da metrópole. Os benefícios econômicos advindo do turismo não propiciaram uma melhoria satisfatória na qualidade de vida da população. As políticas direcionadas para implantação de grandes projetos priorizam os empresários e turistas, atraindo cada

vez mais investimentos sem o devido planejamento, principalmente no que se refere a questão imobiliária, excluindo a população local dos reais benefícios que o turismo proporciona.

Na realização dessa pesquisa durante o trabalho de campo em Salinópolis foi possível perceber que o desenvolvimento, por meio do turismo, é algo muito ansiado pelos moradores locais, que consideraram o Complexo Orla do Maçarico e Urbanização do Atalaia de grande importância econômica, ilustrando esses empreendimentos como importantes instrumentos na geração do desenvolvimento. Todavia, a construção das principais obras de infraestrutura turística não atingiu as expectativas dos salinopolitanos com relação a ampliação dos benefícios sociais.

Neste sentido, o tipo de desenvolvimento proposto pela implantação dessas infraestruturas não é condizente com as práticas sociais encontradas na localidade de Salinópolis, isso porque apesar de alguns indicadores sociais apontarem um crescimento ou melhora não são satisfatórios para suprir a necessidade do cidadão.

A insatisfação com os problemas gerados pelo turismo e a geração de desenvolvimento de modo mais equitativo foram temas recorrentes encontrados nas falas dos atores locais. Considerando as infraestruturas turísticas aqui analisadas, a pesquisa demonstrou que na construção dessas obras foi deixado para segundo plano os estudos de benefícios sociais para comunidade, sendo que foi mais valorizada a questão empresarial, onde o planejamento foi idealizado tendo como principal objetivo os seus efeitos econômicos.

No município de Salinópolis podemos constatar que a atuação do poder público, através das intervenções urbanas voltadas para o lazer a partir da década de 2000, segue o padrão das novas políticas urbanas, procurando produzir uma imagem urbana como estratégia de internacionalização da cidade pelas intervenções voltadas para a competitividade. Assim, o município possui uma racionalidade no espaço voltada para o consumo, onde o processo de urbanização turística tem excluído o cidadão salinopolitano. Cada vez mais o morador se identifica menos com a porção da cidade territorializada pelo e para o turismo.

As principais intervenções turísticas construídas no município a partir da década de 2000: Orla do Maçarico e a Urbanização da Praia do Atalaia revelam que o objetivo principal encontra-se no aumento de lucros de empreendedores e na satisfação dos desejos e necessidades do turista. Isso demonstra a tendência à criação de espaços destinados ao consumo e lazer objetivando proporcionar a sensação de bem estar e

conforto ao visitante, totalmente isolado da realidade dos residentes. Neste sentido, o turismo que deveria representar uma alternativa socioeconômica para a cidade, torna-se uma atividade incapaz de gerar qualidade de vida aos moradores locais, uma vez que não considera importante o espaço do cidadão local.

Esses projetos, que representam pequenas parcelas privilegiadas do município são utilizados para representar a totalidade da configuração espacial urbana da cidade, sendo assim, as intervenções urbanas voltadas para o turismo são utilizadas como discurso de melhorias sociais, procurando legitimar esta atividade como importante agente gerador de benefícios socioeconômicos, entretanto, o real interesse dessas benfeitorias é transformar a cidade em mercadoria a ser consumida e conseqüentemente gerar lucro.

O turismo não tem propiciado a autonomia, tanto individual; pois não permite que o cidadão estabeleça metas para si próprio, de forma lúcida com a capacidade de refletir criticamente sobre a realidade; como a coletiva, que depreende não só de instituições sociais capazes de garantir justiça, liberdade e possibilidade de pensamento crítico, mas também a constante formação de indivíduos lúcidos e críticos, dispostos a encarnar e a defender essas instituições (SOUZA, 2002).

Apesar da organização de alguns moradores em algumas associações, a pesquisa demonstrou que de um modo geral o cidadão salinopolitano não possui a autonomia necessária ao desenvolvimento socioespacial. As construções das grandes obras de infraestrutura urbana foram apresentadas sob um viés econômico, fazendo que os moradores incorporassem essa visão ao enxergarem no turismo uma fonte de renda como possibilidade de melhor qualidade de vida.

O quadro de Salinópolis revelado a partir dos Parâmetros Subordinados e Subordinadores apresentado nessa dissertação foi construído a partir da observação e principalmente do registro dos próprios moradores, evidenciando os diversos conflitos e problemas socioespaciais, sobretudo em razão da não evidência de uma mudança social positiva com maior qualidade de vida e mais justiça social. Tais conflitos não permitem, ainda que o turismo atue como um instrumento capaz de promover a autonomia dos indivíduos e, assim, promover o desenvolvimento socioespacial.

Aos moradores não são dadas condições para permitir a crescente satisfação das necessidades básicas e não básica, conciliando com maior respeito e igualdade e dessa forma, ainda não foram criadas oportunidades para que o investimento na atividade turística fosse capaz de contribuir para o processo de efetivo desenvolvimento sócio-espacial.

A população flutuante detentora de elevado poder aquisitivo ocupa os espaços privilegiados da cidade, sendo a população local pressionada pela especulação imobiliária e supervalorização da terra próxima a esses projetos levadas a ocupar áreas periféricas, além de que atividades tradicionais como a pesca vem sendo substituídas por subempregos do turismo balnear: caseiros e empregadas domésticas, ocasionando a inversão dos valores da comunidade e perda da identidade cultural com a implantação de novos costumes.

Em Salinópolis não se pode descartar o turismo enquanto fonte econômica dada a importância dessa atividade no setor produtivo, afinal o turismo faz parte do cotidiano de muitos moradores. Entretanto, a utilização do turismo apenas para fins mercadológicos reflete apenas os anseios dos empreendedores e do Estado. A população residente não usufrui dos benefícios do turismo. O próprio turista perde a possibilidade de adquirir novas experiências e obter conhecimentos acerca da cidade e da comunidade.

Nas entrevistas realizadas com os moradores constatamos a insatisfação com o atual modelo de política do turismo que privilegia áreas da cidade onde a maior parte do ano fica desocupada, já que são ocupadas por casas de moradores flutuantes. E desse modo, a dependência pela sazonalidade do turismo tem aumentando os índices de violência e diminuído a qualidade de vida da comunidade.

Incorporar a população por meio das suas opiniões e sugestões sobre as mudanças no território desses espaços na elaboração de políticas públicas, permite realizar uma forma de planejamento turístico que prioriza a qualidade de vida da comunidade e a organização adequada de seu espaço, possibilitando, inclusive a conservação desses espaços.

Diante disso, a promoção do desenvolvimento socioespacial a partir do turismo só será possível se for planejado levando em consideração a valorização dos próprios agentes sociais locais, sendo valorizadas as singularidades da cultura local atrelada à qualidade de vida e justiça social em que sejam incorporadas as propostas de ações públicas possibilitando condições aos moradores para agirem de maneira autônoma e participativa.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, D. G. da S. *Pescadores de Sonhos: Um olhar acerca da Mudança nas relações de Trabalho e na Organização Social entre as Famílias de Pescadores Diante do Turismo Balnear em Salinópolis – Pará* São Paulo: s.n., 2003 – 254p.
- ARANTES, O., V., C., M., E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BAENA, A. L. *Ensaio corográfico sobre A Província do Pará*. Belém: Typographia de Santos & Menor, 1839.
- BARRETO, M. *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*. Campinas: Papyrus. 1997.
- BECKER, B. *Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira*. Brasília: PNMA, 1998.
- BENEVIDES, I. P. *Imagens Urbanas Depuradas pelo Turismo: Curitiba e Fortaleza*. In: RODRIGUES, A. B. R. (org.). *Turismo Modernidade e Globalização*. 1º Encontro Nacional de Turismo com Base Local. São Paulo, 1 a 4 de maio de 1997.
- BOHLE, H. G. *Geografia do Desenvolvimento*. Mercator - volume 9, número 20, 2010: set./dez 2010, disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/510/323>, acesso em 21/11/2013
- BRAGA, T. *Noções de chorographia do estado do Pará*. Belém: Empreza Grafhica Amazonia, 1919.
- BRASIL. Ministério do meio ambiente, dos recursos hídricos e da Amazônia legal. *Programa de desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia legal PROECOTUR: propostas de pré-investimentos*. Belém: Secretaria de Coordenação da Amazônia/ MMA, 1998.
- BRITO, F. M. O. *(Re) Organização Sócio-Espacial do Município de Salinópolis/PA*. 2004. p.12-176. Dissertação (Curso de Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- BRUNDTLAND, G. H. (Org.) *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1987.
- _____. *O turismo em um lugar atlântico-amazônico: recentes alterações sócio-espaciais. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008*.
- BUTLER, R. *Seasonality in tourism: Issues and problems*. In: *Tourism: The State of the Art*. SEATON, A. V. Chichester: Wiley, p. 332-339, 1994.
- CARDOSO, B. *Salinópolis, a cidade mais querida do Pará*. Apoio cultural Barra do Pará – Belém. Serviços de Praticagem Ltda., 2001

CASSELL, C.; SYMON, G. *Qualitative methods in organizational research*. London: Sage Publications, 1994.

CASTRO, I. E. Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política. In: YÁSIGI, Eduardo (org.) *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

CASTROGIOVANNI, A. C. (org.) *Turismo Urbano*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, A. F. A. O turismo e a Produção do não-lugar. In: YÁSIGI, E.;

CARLOS, A. F. A. e CRUZ, R. C. da (orgs.) *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 2 ed. São Paulo: Husitec, 1996.

CORIOLOANO, L. N. Turismo e Degradação Ambiental no Litoral do Ceará. In: LEMOS, A. I. G. *Turismo: Impactos Sócioambientais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CORBIN, A. *Território do Vazio: A praia e o imaginário ocidental*, São Paulo: Companhia das Letras, 1989

CRUZ, R. C. Políticas de Turismo e Construção do Espaço Turístico-Litorâneo no Nordeste do Brasil. In: LEMOS, A. I. G. (org.) *Turismo: Impactos Socioambientais*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *Introdução à geografia do turismo*. 2º ed. São Paulo: Roca, 2003a.

_____. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁSIGI, Eduardo (org.) *Turismo e Paisagem*. 2º ed. São Paulo: Roca, 2003b.

_____. *Geografia do Turismo: de Lugares a Pseudo-lugares*. Colaboradores: André Luiz Sabino, Fabio Silveira Molina, Rodolfo Pereira das Chagas. São Paulo: Roca, 2005. 140p.

CRUZ, S. H. R. *Ecoturismo e Desenvolvimento: Análise do Programa Nacional de Desenvolvimento do Ecoturismo – Proecotur No Pólo Marajó/PA* [S. l.]: 2007 disponível em: <http://www.artigocientifico.com.br/uploads/artc_1158893946_78.doc> Acessado em 12/07/2010 às 14h25

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. *Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico*. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008

DENCKER, A. F. M. *Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnica*. São Paulo: Futura, 2007.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocado*. São Paulo: NUPAUB, 1995.

DUBOIS, P. *Salinópolis (ex-Salinas) praia balnear oceânica* 1949. (Ensaio de Monografia) Belém: Oficinas gráficas da Revista da Veterinária, 1949.

EMBRATUR. Ministério do Turismo/Instituto Brasileiro de Turismo. *Anuário Estatístico 2010*. V. 33 268p. 2004/2005. Brasília: /Diretoria de Estudos e Pesquisas, 2006.

_____. *Estatísticas Básicas de Turismo*. Brasília, Outubro 2010. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/estatisticas_indicadores/downloads_estatisticas/Estatisticas_Basicas_do_Turismo_-_Brasil_2004_a_2009.pdf. Acesso em: 14/05/2012 às 17:36.

FERNANDES, A. C. *Da Reestruturação Corporativa à Competição entre as Cidades: Lições Urbanas sobre os Ajustes de Interesses Globais e Locais no Capitalismo Contemporâneo*. [S. l.]: Espaço e Debates nº 41, 2001

FERRARA, L. O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgs.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Os lugares improváveis. In: YÁZIGI, Eduardo. *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 65-82.

FILHO, J. A. F. *Projeto urbano. Urbanismo de mercado ou fantasmagoria da cidade contemporânea?* XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional 21 A 25 de Maio de 2007 Belém - Pará – Brasil

FONTELES, J. O. *Turismo e Impactos sócio-ambientais*. São Paulo: Aleph., 2004.

FRANÇA, D. *Turismo e dinâmica demográfica: Reflexos da atividade turística no comportamento reprodutivo da mulher no município de Salinópolis, pa*). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

GASKELL, G. Entrevistas Individuais e Grupais. IN: BAUER, M. W. GASKELL, G. (org.); tradução GUARESCHI, P. *Pesquisa Qualitativa com texto: imagem e som: Um manual prático*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GÜNTHER, H. *Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão?* Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol. 22 n. 2 Mai-Ago 2006, pp. 201-210.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980

_____. *Do Gerenciamento ao Empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. v 16, n39, pp. 48-64. Espaço e Debates. São Paulo: 1996

_____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Hucitec, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2000*.

_____. *Censo Demográfico 2010*.

_____. *Perfil dos Municípios Brasileiros 2012*.

_____. *Perfil dos Municípios Brasileiros 2013*.

_____. *Estimativa Populacional dos Municípios Brasileiros 2013*.

_____. Cidades . Salinópolis – Informações Estatísticas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 19/09/2013, às 17:15h.

IDESP, *Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – Estatística Municipal Salinópolis*. 2011.

KNAFOU, R. Turismo e Território. Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (org.). *Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Trad., Contexto Traduções. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2003.

LAGE, H. G.; MILONE, P. C. *Economia do turismo*. Campinas: Papyrus, 1998.

LEANDRO, A. G. *O turismo em João Pessoa e a construção da imagem da cidade*. –, Dissertação (Mestrado). João Pessoa UFPB/CCEN, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000 [1974]. 487 p.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LE GOFF, J. *Por amor às cidade*. São Paulo. Fundação Ed. UNESP, 1988 (p.23-69).

LENCIONI, S. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, A. F.; LEMOS, A. I. G. *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 35-44.

LEMOS, I G. (org.) *Turismo: Impactos sócio-ambientais*. São Paulo, Hucitec: 1996.

LUCHIARI, M. T. D. P. Urbanização Turística – um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LIMA, Luiz (org.). *Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico*. Fortaleza: Uece, 1998.

MADRUGA, M. *Litoralização: da liberdade à modernidade autofágica*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In: *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. Petrópolis: Vozes, pp 121-192, 2000

MARINHO, R. *Faces da Expansão Urbana em Salinópolis, Zona Costeira do Estado do Pará*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará. Belém, 2009.

MATTA, M. A. S. Perigo de Salinização da Água Subterrânea de Salinópolis/PA - ABASTECE. Revista da Associação Brasileira de Águas Subterrânea – ABAS .2 (8):16., 2001

MATTAR, F. *Pesquisa de marketing*. Ed. Atlas. 1996

MASCARENHAS, G. Cenários Contemporâneos da Urbanização Turística. In: Caderno Virtual de Turismo. n. 14 ISSN 1677- 6976. Dez 2004. Disponível em: www.ivt-rj.net. Acesso em 10 Jun. 2008.

MAY, T. Pesquisa Social: Questões, métodos e processos. Tra. Carlos Alberto Silveira Netto Soares – 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEIHY, J. C. S. B. Manual da História Oral. 2 ed. São Paulo: Layola, 1998.

MELO, P. A. *Análise das Transformações Sócio-Espaciais na Planície Costeira De Salinópolis Ne/Pa Entre 1988 E 2005*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Faculdade de Geografia e Cartografia. Universidade Federal do Pará, 2006.

_____. *Apropriação da natureza e sensibilidade ambiental de paisagens costeiras: proposições para a gestão ambiental da urbana de Salinópolis-PA*. Dissertação de mestrado. Belém: UFPA, 2008.

MIRANDA, C. S. *Cidade Velha e Feliz Lusitânia: cenários do Patrimônio Cultural em Belém*/ orientadora, Jane Felipe Beltrão. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Belém, 2006.

MENDES, A. C.; SILVA, M.S; FARIA JR. A expansão urbana e seus efeitos danosos ao meio ambiente da Ilha do Atalaia - /Salinópolis/PA. In: COSTA, M.L.; ANGÉLICA, R.S. *Contribuições a Geografia da Amazônia*. FINEP/SBG – NO, P. 359 – 396. Belém: 1997.

MULLINS, P. *Tourism urbanization*. International Journal of Urban Regional Research, 15 (3): 326-342, 1991.

NAHUN, J. S. *Região, Discurso e Representação: A Amazonia nos Planos de Desenvolvimento*. Bol. Geogr., Maringá, v. 29 n. 2, p. 17-31, 2011.

NOBREGA, W.R.M. *Participação popular e as políticas públicas de turismo na Amazônia: o Proecotur no distrito de Mosqueiro, Belém –Pa*. Universidade Estadual de Santa Cruz–UESC; Universidade Federal da Bahia–UFBA, Dissertação de Mestrado. Ilhéus, BA: 2006.

_____. *Turismo, Planejamento e Políticas Públicas na Amazônia*. Rio de Janeiro: E-parers, 2007.

NUNES, J. C. *A gestão dos resíduos sólidos e a percepção sobre riscos ambientais em área do aterro sanitário no Município de Salinópolis (PA)*. Dissertação (mestrado). Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, Universidade da Amazônia. Belém, 2012.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Turismo Internacional: uma perspectiva global*. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2008.

_____. Organização Mundial do Turismo (United Nations World Tourism Organization). *World Tourism Barometer*. Madrid: UNWTO Press, 2008, v.6.

_____. *World Tourism Barometer*. Madri, v. 7, n. 2, junho 2012.

_____. *Panorama Internacional do Turismo. 2013*.

PARÁ. Companhia Paraense de Turismo - PARATUR. *Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará*. Belém: Internacional Brasil Assessoria em Turismo Hotelaria e Recreação, 2001.

_____. Companhia Paraense de Turismo – PARATUR. *Pesquisa de Demanda Turística no Município de Salinópolis*. . PARATUR:2007.

_____. Companhia Paraense de Turismo – PARATUR. *Proposta de Programa para o Turismo (2008-2011)*. Belém: 2007.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento. Coordenadoria de Articulação Municipal. *Plano Anual de Trabalho*: Salinópolis. Belém: SEPLAN, 1981

_____. Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. *Estatística Municipal – Salinópolis*. Belém : SEPOF. SEPOF/DIEPI/GEDE, 2007.

_____. Secretária Especial de Produção, Belém. *Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal*. Belém. 2004.

_____. *Apropriação da natureza e sensibilidade ambiental de paisagens costeiras: proposições para a gestão ambiental da urbana de Salinópolis-PA*. Dissertação de mestrado. Belém: UFPA, 2008.

PEREIRA, P. C. X. *Turismo, Hotelaria e Imagem Urbana: A construção e o consumo de espaços de simulação*. Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais. Universidade de Barcelona, 2008.

PEREIRA, V. *Planejamento Urbano e Turismo Cultura em Belo Horizonte, Brasil: Espetacularização da Cultura e a Produção das Imagens Urbanas*. [S. l.: s. n.], 2007, disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000087&pid=S0034-7612200700020000600015&lng=en, acesso em 22/11/2013.

PEGADO, Rosielle Souza; SILVA, Priscila dos Santos; ROCHA, Edson José Paulino; RIBEIRO, João Batista Miranda. Avaliação da Qualidade da Água Subterrânea destinada ao consumo humano no município de Salinópolis-PA: Estudo de caso na Praia do Atalaia, Fontes Caranã, Caranzinho e COSANPA. Disponível em: <<http://www.abes.locaweb.com.br/XP/XP-EasyArtigos/Site/XP-ArtigosSessaoShow.php?idevento=7&id=119&min=0>>. Acesso em: 23 out. 2013.

PROECOTUR, *Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo Na Amazônia Legal*, disponível em: <http://www.worldbank.org/rfpp/news/debates/proecotur2.doc>. Acesso e Maio 2012.

POUPART. J. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. IN: VARIOS AUTORES. Tradução Ana Cristina Nasser. *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Voses, 2008.

REIS, M. C. ; MENDES, A. C. *Análise crítica do plano de urbanização do Maçarico*. Belém: Traços, v. 4, n.7.p.17-21. mar, 2001.

Revista Ver-o-Pará. Agência Ver Editora LTDA, nº 8 Belém: Setembro, 1997.

Revista Ver-o-Pará. Agência Ver Editora LTDA, nº 12 Belém: Junho, 1998.

Revista Pará Turismo. Agência Amazônica de Notícias, Ano I nº 1 Belém: Setembro, 2003.

Revista Pará a Síntese da Amazônia, Ano 3 nº 2. 2001

RIBEIRO, A. C. T. *O espetáculo no Rio de Janeiro*. In: Cadernos IPPUR/UFRJ, ano IX n1/4, jan./ Dez. pp. 55-64. Rio de Janeiro, 1995.

RIBEIRO, W. O. *Ordem e desordem do território turístico : a chegada do estranho e os conflitos de territorialidades na orla oeste de Mosqueiro, Belém, PA*. 2007. 168 f . Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia , Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

RODRIGUES, A. B. (org.) *Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais*. São Paulo: Husitec, 1996.

RODRIGUES, A. B. *Turismo e Espaço: Rumo a um conhecimento transdisciplinar*. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1999

RUSCHMANN, D, V. de M. *Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente*. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1999.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1989.

RODRIGUES, A. B. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. Série Linha de Frente. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANCHES, F. *Cidade Espectáculo: política planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.

_____. *Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes*. Porto Alegre: ANPUR, 1999.

_____. *A Reivenção das Cidades na Virada de Século: Agentes, Estratégias e Escalas de Ação Política*. Revista de Sociologia Política n° 16, p. 31-49. Rio de Janeiro: 2001.

SANTOS, B. S. e RODRÍGUEZ, C. Para Ampliar o Cânone da Produção. In SANTOS, Boaventura de Souza (org). *Produzir para Viver: os Caminhos da Produção Capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p

_____. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo. Hucitec, 3. edição, 1991.

_____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *Território globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 2002.

_____, B. *Prodetur Pará passa por nova avaliação de consultor do BID*. Agência Pará, 2012. Disponível em: http://www.pa.gov.br/noticia_interna.asp?id_ver=110080

SARGES, M. N. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque*. Belém: Pakatatu, 2002.

SCATOLIN, F.D. *Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o estado do Paraná*. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação (Mestrado em Economia Rural). 1989.

SCHWARTZMAN, Simon. Seminário sobre Política de Desenvolvimento Social. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: v. 5, n. 2, p. 101-111, 1974.

SEABRA, O. C. de L.. *A Muralha que cerca o mar: uma modalidade de uso do solo urbano*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1979.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SERRA, H. *A concepção de turismo e de sua espacialidade no plano de desenvolvimento de turismo do Pará (PDT-PA)*. Dissertação (MESTRADO). Programa

de Pós-graduação em Geografia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

SETRAN. Secretaria Executiva de Estado de Transporte. *Orla do Maçarico tem referências histórico-culturais*. Belém : SETRAN. Diretoria de Planejamento, 2001.

_____. DO PARÁ. *Município de Salinópolis recebe novas obras*. Disponível em: www.pa.gov.br. Acesso em Jun, 2008.

_____. Á. *SETRAN já está concluindo as obras em Salinas*. Disponível em: www.pa.gov.br. Acesso em Jun, 2008

_____. *Urbanização da praia do Atalaia está concluída*. Disponível em: www.pa.gov.br. Acesso em Jun, 2008

SOARES, B. *Plano de desenvolvimento turístico do Pará será lançado em outubro*. Agência Pará, 2011. Disponível em: http://www.agenciapara.com.br/noticia.asp?id_ver=81918#

SOUZA. M. L. *A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma 'teoria aberta' do desenvolvimento sócio-espacial"*. *Território*, ano I, nº 1, pp. 5-22.1996

_____. *Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social*. *Território*, ano 11, nQ 3, pp. 13-35.1997

_____. *Desenvolvimento urbano: A problemática renovação de um "conceito" – problema*. *Revista TERRITÓRIO*, ano 111, nº 5, jul./dez. 1998

_____. *Como pode o turismo contribuir com o desenvolvimento local?*. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org.). *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. *O Planejamento e a Gestão das Cidades em uma perspectiva Autonomista*. *Território*, nº 8, pp39-58, 2000

_____. *Mudar a Cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *A prisão e a Ágora reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA. D. L *A Participação do Turismo na Produção do Espaço Urbano Litorâneo Paraense: Uma Abordagem do Processo De Urbanização Turística De Salinópolis/PA* Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Faculdade de Geografia e Cartografia. Universidade Federal do Pará, 2011.

SOUZA.G.B.N *Uso do solo da Ilha do Atalaia no Município de Salinópolis (PA): desafios para o reordenamento territorial* . Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, 2012.

PASSAVENTO, S. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. In. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol.8 nº16, 1995

TULIK, O. “Residências secundárias no Estado de São Paulo: identificação de centros emissores de demanda” In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (Orgs.). *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

_____, O. *Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada*. São Paulo: Roca, 2001.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

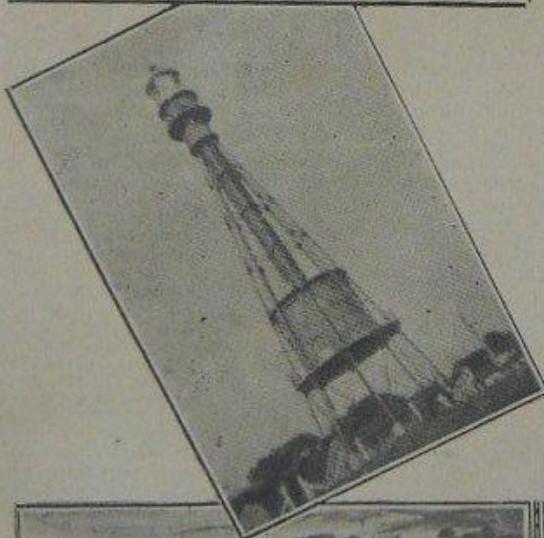
YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A. e CRUZ, R. C. da (orgs). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 2 ed. Husitec, São Paulo: 1999.

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo, Companhia das Letras: 1989

ANEXO

ANEXO A – Salinas como novo balneário paraense.

Salinas — o novo balneário paraense



Durante o verão ou por ocasião das férias, paraense que desejasse se retirar da capital, com o fim de recuperar as energias dispendidas na labuta quotidiana, tinha apenas 2 rumos a tomar, se visasse usufruir os benefícios dos banhos de mar e da vida praiana: Soure e Mosqueiro, vila esta que tinha sobre aquela as vantagens da menor distancia e da melhor viagem.

Mosqueiro foi, porém, pouco a pouco civilizando-se. Deixou de ser aquele logradouro pacato, de moradas pobres, onde se podia viver sem o mundanismo e as preocupações citadinas, para se transformar numa vila movimentada, social, aristocrática, que exige do veranista as mesmas obrigações mundanas da capital. Mosqueiro, atualmente, nada mais é do que um pedaço elegante de Belém transportado às proximidades do mar. Assim, os que desejavam uma estação de repouso abandonaram a vila modernizada, em busca de outro lugar ainda não atingido pelo que se convencionou chamar Progresso. O nome de Salinas começou então a chegar aos seus ouvidos, entremetido de elogiosas referências.

Salinas é realmente a estação balnearia propicia ao repouso. Possuindo um magnífico clima, constitui um local aprazível para quem aprecia a vida simples, para os que gostam da Natureza. O clima é seco sem ser quente. Também lá se desconhece o frio. Um clima esplêndido e um ótimo local para um sanatório, sendo a cidade arejada pela constante brisa do mar.

Além do seu magnífico clima, Salinas é, antes de tudo, um balneário impar. Servida de lindíssimas praias banhadas pelo mar — sendo esta mais uma vantagem sobre suas congêneres — Salinas proporciona aos que a procuram uma vida agradabilíssima e um banho do mar sem simile no Estado. Praias planas e extensas, a se perder de vista.

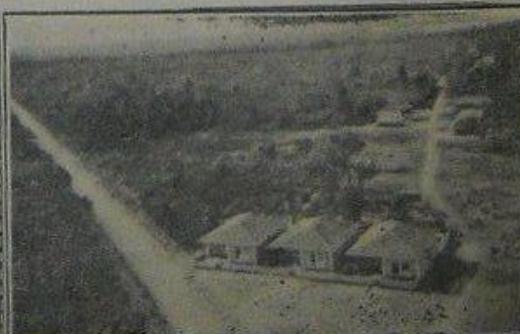
Um pouco distante e em frente à cidade, na ilha do farol velho, existe uma linda praia, outrora considerada como das mais extensas do mundo. O primitivo farol, desmoronado, divide-a atualmente em duas. Morros e dunas de alva e finíssima areia, ao longo da praia, deslumbram o veranista.

As praias salinenses, como as demais do Estado, são mÉRas obras da Natureza, sem nenhum tratamento ou conservação, onde grupos de veranistas lutam incessantemente com as ondas revoltas do mar. Devido à ventilação seca, não se sente o sol, que deixa os banhistas bronzeados, porém, fato curioso, sem as queimaduras solares frequentes nas outras estações.

O hotel, muito bem situado, suplanta o de qualquer outra cidade do interior do Estado. Localizado junto à praia, na primeira rua, é amplamente arejado pela contínua ventilação marítima, de modo a proporcionar aos seus hóspedes os benefícios do belo clima salinense. Assim, Salinas, dia a dia, modernizando-se cada vez mais, vai tendo novos enamorados de sua vida clara, alegre, cheia de sol e poesia.

O dedicado prefeito local, tenente Evangelista Filho, ajudado pelo atual Interventor, tem procurado saber compreender as grandes possibilidades dum município promissor como Salinas.

Que continue a sua obra pela beleza e pelo progresso do Novo Balneário Paraense, o tenente Evangelista Filho. São os nossos votos.



APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTAS QUALITATIVAS COM OS MORADORES LOCAIS

Nome do entrevistado: _____ Idade _____

Formação Profissional: _____ Bairro: _____

1. Como você analisa o processo de consolidação da atividade turística na cidade? Quais os principais atores envolvidos nesse processo? Você se sente parte desse processo?
2. Quais as são as áreas que você considera prioritárias de investimento turístico, e quais os critérios para essa escolha?
3. Como você analisa as duas infraestruturas turísticas: Complexo Orla do Maçarico e Urbanização do Atalaia? Você acha que trouxeram benefícios para população local?
4. Você considera que o turismo trouxe benefícios na área da saúde, educação e moradia?
5. Você está satisfeito com esses serviços?
6. Você realiza alguma atividade econômica relacionada ao turismo? Qual?
7. Como você vê os moradores de 2º residência? Qual importância desses moradores para o desenvolvimento do turismo?
8. Quais as estratégias utilizadas para o desenvolvimento da atividade turística que você acredita ter gerado maior interesse por parte da população?
9. Quais os pontos positivos e/ou benefícios gerados pelo turismo para a comunidade local?
10. Quais os pontos negativos do turismo para a comunidade local?
11. Você ou alguém que você conhece já participou de algum projeto e/ou programas de capacitação voltados para o público receptor do turismo? Qual?

12. Qual a sua opinião sobre os meses de maior visitação na cidade? Você considera esse período importante? Por que?
13. Qual a sua opinião sobre o período de baixa visitação? Como fica cidade nesse período?
14. Você ou alguém que você conhece já participou de algum planejamento das ações da secretaria voltadas para o turismo?
15. Você acha que o turismo tem atingido as expectativas da comunidade local?
16. O turismo tem gerado desenvolvimento para a sua cidade? Em caso de resposta afirmativa quais

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

APÊNDICE B

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS QUANTITATIVAS COM OS MORADORES
LOCAIS**

Nome: _____

Idade: _____ Profissão: _____

Endereço: _____ Bairro: _____

1. Você realiza alguma atividade econômica relacionada ao turismo? Qual?
 Sim. Comercialização de produtos e/ou alimentos
 Sim. Atividade em residência de turistas de 2º moradia – Caseiro, empregada doméstica, jardineiro,
 Não

2. Quais as são as áreas que você considera prioritárias de investimento turístico?
 Praia do Atalaia
 Orla do Maçarico
 Vias de acesso
 Outras áreas: _____

3. . Você considera a atividade turística importante para economia da cidade?
 Sim. Porque gerou desenvolvimento para cidade.
 Sim. Pois traz benefício direto a população local e gera emprego e renda
 Não. Pois não gerou desenvolvimento para cidade
 Não. Pois não traz benefício direto a população local com emprego e renda

5. Qual a importância para você das principais obras de infraestrutura turística – Orla do Maçarico e Urbanização da Praia do Atalaia?
 Muito importante pois incrementou a atividade turística na cidade
 Importante pois valorizou a atividade turística
 Pouco importante
 Sem importância

6. Quais os pontos positivos e/ou benefícios gerados pela implantação dessas obras?
 Melhorou a infraestrutura
 Desenvolvimento da atividade turística
 Geração de Emprego e Renda
 Outros: _____

7. Você considera as obras de acesso e infraestrutura turística satisfatória?

- Sim
- Não

8. Quais as são as áreas sociais que você considera prioritárias de investimento turístico? (classificar em ordem de importância)

- Educação
- Saúde
- Segurança
- Moradia
- Saneamento
- Outras áreas: _____

9. Nos meses de maior visitação na cidade, quais os principais problemas encontrados. (pode sugerir mais de uma)

- Engarrafamento
- Poluição
- Falta de serviços (água e luz)
- Violência
- Todas as alternativas acima
- Não encontra problemas

10. Quais os principais problemas e dificuldades que você encontra na cidade durante o veraneio?

- Engarrafamento
- Poluição
- Falta de serviços (água e luz)
- Violência
- Todas as alternativas acima
- Não encontra problemas

11. Você considera que o turismo tem atingido as expectativas da comunidade local em proporcionar melhor qualidade de vida?

- Sim
- Não

11. Você já participou de algum curso de capacitação relacionado ao turismo em Salinópolis?

- Sim
- Não

12. Você acredita que o turismo deve inserir a comunidade local no planejamento das atividades turísticas.

- Sim
- Não

13. Na sua opinião o turismo deve ter o compromisso social na melhoria da qualidade de vida da população?

- Sim

Não

13. Na sua opinião o turismo tem gerado desenvolvimento para de vida da população?

Sim de forma plena e satisfatória

Sim mas ainda falta melhorar a vida da população local

Em parte, alguns benefícios foram gerados

Não

13. Na sua opinião, o que é necessário para o turismo propiciar desenvolvimento de modo satisfatório? Caso tenha mais de um, enumerar pelo grau de importância.

Inserir a população no planejamento

Potencializar a geração de emprego e renda

Crescimento econômico atrelado a melhorias sociais

Outros _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTAS QUANTITATIVAS COM OS TURISTAS

Nome do entrevistado: _____ Idade _____

Formação Profissional: _____ Bairro: _____

1. Você possui imóvel em Salinópolis: Sim () Não (). Qual o Bairro? -
_____. Se não qual o local em que se hospeda? -

2. Qual o principal motivo da sua escolha de Salinópolis como destino de visitação
turística?

() As praias () Fácil Acesso () Infraestrutura () Op es de entretenimento ()
Outros _____

3. Quais são as áreas que você considera mais atrativas para visita o?

() A praias () Entretenimento Noturno – Complexo Maçarico () Praças e Igrejas
() Outros _____

4. Você considera a atividade turística importante para economia da cidade?

() Sim. Porque gerou desenvolvimento para cidade.
() Sim. Pois traz benefício direto a popula o local e gera emprego e renda
() Não. Pois não gerou desenvolvimento para cidade
() Não. Pois não traz benefício direto a popula o local com emprego e renda

5. Qual a importância para você das principais obras de infraestrutura turística – Orla do
Maçarico e Urbaniza o da Praia do Atalaia?

() Muito importante pois melhorou a qualidade de vida da popula o
() Importante pois valorizou a atividade turística
() Pouco importante
() Sem importância

6. Quais os pontos positivos e/ou benefícios gerados pela implanta o dessas obras?

() Melhorou a infraestrutura
() Desenvolvimento da atividade turística
() Gera o de Emprego e Renda
() Outros: _____

7. Você considera as obras de acesso e infraestrutura turística satisfatória?

- Sim
- Não

8. Quais os investimentos necessários por parte do poder público para melhorar a estadia dos turistas e/ou moradores de segunda residência?

- Mais atrativos turísticos
- Mais segurança
- Melhorar a infraestrutura.
- Outros: _____

9. Você utiliza o carro para acessar a praia? Qual o seu posicionamento quanto a utilização de carro na Praia do Atalaia?

- Sim. Sou favorável pois facilita o acesso a praia
- Sim. Mas não sou favorável
- Não. Mas sou favorável ao uso do carro
- Não. Não sou favorável

10. Nos meses de maior visitação na cidade, quais os principais problemas encontrados. (pode sugerir mais de uma)

- Engarrafamento
- Poluição
- Falta de serviços (água e luz)
- Violência
- Todas as alternativas acima
- Não encontra problemas

11. Você já visitou a cidade no período de baixa estação? Quais os principais problemas e dificuldades que você encontra na cidade?

- Sim. Engarrafamento
- Sim. Poluição
- Sim. Falta de serviços (água e luz)
- Sim. Violência
- Todas as alternativas acima
- Não visita a cidade nos períodos de baixa estação

12. Você considera que o turismo tem atingido as expectativas da comunidade local em proporcionar melhor qualidade de vida?

- Sim
- Não

13. Você acredita que o turismo deve inserir a comunidade local no planejamento das atividades turísticas.

- Sim
- Não

14. Na sua opinião o turismo deve ter o compromisso social na melhoria da qualidade de vida da população?

- Sim
- Não

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

APÊNDICE D

ROTEIRO DE ENTREVISTAS QUALITATIVAS COM OS TURISTAS DE 2º
RESIDÊNCIA

Nome do entrevistado: _____ Idade _____

Formação Profissional: _____

Endereço casa de veraneio Salinópolis: _____

1. Qual o principal motivo da sua escolha de Salinópolis como destino de casa de veraneio?
2. Quais as são as áreas que você considera mais atrativas para visitação?
3. Como voc e analisa o turismo hoje para cidade de Salinópolis. Qual a importância econômica e social?
4. Qual a importância para voc e das principais obras de infraestrutura turística – Orla do Maçarico e Urbanização da Praia do Atalaia?
5. Quais os pontos positivos e/ou benefícios gerados pela implantação dessas obras?
6. Voc e considera as obras de acesso e infraestrutura turística satisfatória? O que poderia melhorar?
7. Quais os investimentos necessários por parte do poder público para melhorar a estadia dos turistas e/ou moradores de segunda residência?
8. Qual o seu posicionamento quanto a utilização de carro na Praia do Atalaia? Concorda ou não?
9. Qual a sua opinião sobre os meses de maior visitação na cidade? Quais os principais problemas e dificuldades que voc e encontra na cidade?
10. Qual a sua opinião sobre o período de baixa visitação? Voc e já visitou a cidade nesse período?
11. Voc e acha que o turismo tem atingido as expectativas da comunidade local em proporcionar melhor qualidade de vida?
13. O turismo tem gerado desenvolvimento para a cidade? Em caso de resposta afirmativa quais os indicadores que evidenciam esse desenvolvimento?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

APÊNDICE E

ROTEIRO DE ENTREVISTAS QUALITATIVAS REPRESENTANTE DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Nome do entrevistado: _____ Idade _____
Formação Profissional: _____

1. Como a Secretaria de Meio Ambiente tem atuado no processo de consolidação do turismo na cidade? Quais atividades da secretaria neste processo?
1. Como Sr. analisa o turismo hoje para cidade de Salinópolis. Qual a importância econômica e social?
2. Quais as estratégias utilizadas pela secretaria envolvendo turismo e meio ambiente que você acredita ter gerado maior interesse por parte da população?
3. Quais os pontos positivos e/ou benefícios gerados pelo turismo para a comunidade local?
4. Quais os pontos negativos do turismo para a comunidade local?
5. A secretaria realiza pesquisas referentes aos impactos ambientais do turismo? Quais os principais resultados?
6. Quais as principais providências da secretaria para os meses de maior demanda de turistas na cidade?
7. Existem projetos e/ou programas de ação voltados para o público visitante (veranista, morador de 2º residência)? Qual?
8. Existe algum envolvimento da comunidade no planejamento das ações da secretaria voltadas para o meio ambiente?
9. Você acha que o turismo tem atingido as expectativas e as metas estipuladas pelo planejamento da secretaria?
10. O turismo tem gerado desenvolvimento para a cidade? Em caso de resposta afirmativa quais os indicadores que evidenciam esse desenvolvimento?